

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA SOB A ÓTICA DOS “POBRES” DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Maria de Fátima Pereira

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará como
requisito para obtenção do grau de
MESTRE EM SOCIOLOGIA.

Orientador: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

Fortaleza-Ceará

2007

MARIA DE FATIMA PEREIRA

**AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA SOB A ÓTICA DOS “POBRES” DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do grau de MESTRE EM SOCIOLOGIA.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Peregrina Fátima Capelo Cavalcante
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Universidade Federal do Ceará

DEDICATÓRIA:

*Aos meus pais,
João Pereira e Maria Gregório
Pela educação que me proporcionaram;
A minha irmã, que amo
Aos meus irmãos, que amo
A minha família por tudo que somos e vivemos;*

AGRADECIMENTOS

A Alba Carvalho, minha orientadora, pelos momentos de orientação, por partilhar de modo tão intenso sua sabedoria com seus orientandos;
Carinhosamente, aos professores, Yrles Mayorga, Estevão Arcanjo, Lúcia Morales e João Arruda por tudo de bom que plantaram em mim;
A todos que fazem o IRT, com quem tenho partilhado o dia-a-dia
As minhas lindas amigas: Lucinha e Conceição
Aos meus amigos artistas da vida e do palco também;
Ao Marcos Costa...
Ao Cláudio Perebo...
A FUNCAP e a CAPES pelo fomento à minha busca pelo conhecimento;
Enfim, ao universo pela dádiva da vida,
E a todas as pessoas que ainda cultivam sonhos e tem a capacidade de ter sorrisos nos lábios ao dizer um bom dia ao cruzar com alguém.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo o estudo das representações da pobreza para os considerados pobres inseridos no Programa Bolsa Família. O foco do trabalho é adentrar nas representações que o “pobre”, a partir de suas vivências sociais, faz da sua condição de pobreza, tendo em vista o contexto de transformações sociais que, cada vez mais, tem levado milhares de indivíduos à condição de “refugo” social. Diante dessa realidade, a condição de “pobre” se configura numa condição socialmente reconhecida e encarnada em várias representações relacionadas ao “ser pobre”. Tais questões são o fio condutor desta pesquisa, como também nos instigaram a dimensionar as formas de representações da pobreza, como elas refletem nas vivências do “pobre”, na maneira como tais pobres se apresentam a um programa voltado aos pobres, no modo de interagir com as diversas situações e enfim nos espaços por eles ocupados a partir do lugar social que a sociedade do capital lhes reserva.

Palavras Chaves: Representações da pobreza, Pobreza, Programa Bolsa Família.

ABSTRACTS

The present research has as objective the study of the poor considered representations of the poverty for inserted in the Program the Stock market Family. The focus of the work is to in the representations that the “poor person”, from its social experiences, makes of its condition of poverty, in view of the context of social transformations that, each time more, has taken thousand of individuals to “the social rubbish” condition. Ahead of this reality, the condition of “poor person” if configures in a recognized and socially incarnate condition in some representations related to the “poor being”. Such questions are the conducting wire of this research, in had as well as instigated them to the forms of representations of the poverty, as they reflect in the experiences of the “poor person”, in the way as such poor persons if they present to a come back program the poor persons, in the way to interact at last with the diverse situations and in the spaces for busy them from the social place that the society of the capital them reserve.

Key-words: Representations of the poverty, poverty, Program Stock markets Family.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: Balizamentos/referências e demarcações fundantes	8
1.1_ A pobreza na contemporaneidade: re-significações de uma questão histórica	8
1.2_ A pobreza no Brasil contemporâneo: configurações peculiares no cenário da vida social	13
1.3_ Representação do “ser pobre” pelos sujeitos que vivenciam a experiência de pobreza: demarcações do objeto	20
1.4_ Percurso Metodológico	26
1.4.1_ Caminhos trilhados	26
1.4.2_ A dinâmica expositiva da dissertação	30
Capítulo 2 – POBREZA NA SOCIEDADE DO CAPITAL: CONSTRUINDO VIAS ANALÍTICAS	32
2.1_ Ser pobre: lugares possíveis no contexto na sociedade do capital	32
2.2_ Processos globalizantes: a constituição do ser pobre em meio as fronteiras e transformações econômicas	35
2.3_ O enfrentamento da pobreza na sociedade do capital: a categoria pobreza nas formulações do Banco Mundial	42
Capítulo 3 – RE-SIGNIFICAÇÕES DA CONCEPÇÃO DE POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	49
3.1_ Bolsa Família: tentativa de novo olhar no tratamento da pobreza	49
3.2_ Re-significações da pobreza: políticas de transferência de renda como o “alívio da pobreza”	55
3.3_ Condicionalidades: superação da condição de pobreza à condição de cidadãos	59
Capítulo 4 – O “SER POBRE” NO UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	64
4.1_ Representações sociais: uma leitura possível da pobreza	64
4.2_ As representações da pobreza construídas no discurso e na prática social	71
4.2.1_ Pobreza como falta, ausência, carência e insuficiência de renda	73
4.2.1.1_ Pobreza como demanda de assistência	77
4.2.2_ Pobreza como privação de capacidades	79
4.2.3_ Pobreza como exclusão social	82
4.2.4_ Pobreza enquanto vulnerabilidade social	91
Capítulo 5 – AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA PRÁTICA SOCIAL	99
5.1_ Inserção no campo de pesquisa: o cenário da teatralização da pobreza	99
5.2_ Recadastramento: da representação à realidade do “ser pobre”	106
5.3_ Recadastramento: demarcação de espaços simbólicos	112
5.3.1_ A fila de espera e a sala de apresentação	113
5.4_ A pobreza na concepção dos pobres: o <i>outro</i> como espelho	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
BIBLIOGRAFIA	131

1. INTRODUÇÃO: Balizamentos/referências e demarcações fundantes

1.1. A pobreza na contemporaneidade: re-significações de uma questão histórica

Os espaços sociais, no limiar do século XXI, revelam um cenário sócio-político-cultural de ofensiva do capital nos circuitos das suas redefinições, com distintos ciclos de ajustes, que vem implicando em custos sociais para a população, sobretudo para a maioria trabalhadora. Logo, os circuitos contemporâneos do capital entram em contradição com a exigência histórica de superação da condição de miserabilidade e pobreza por parte dos sujeitos que sofrem as conseqüências diretas da lógica excludente da civilização do capital. É um confronto entre a dinâmica excludente do capital e a luta emancipatória que vem se efetuando em diferentes espaços, com distintos formatos. É nesse duplo movimento, contraditório, que a pobreza se redefine, afirmando-se como marca do nosso tempo, em meio a formas de resistência e lutas emancipatórias.

Assim, a questão da pobreza, hoje, apresenta-se sem fronteiras, nem temporalidade. De fato a pobreza simplesmente persiste, redefine-se descartando seres humanos. José de Souza Martins (2002), ao retratar novos estudos sobre a pobreza, acredita que *“a novidade da chamada exclusão social é a sua velhice renovada”*. (MARTINS, 2002, p. 14). Ou seja, a pobreza que constitui uma questão histórica, assume novas dimensões, constituindo o foco das problemáticas sociais contemporâneas. É um percurso de redefinições em que a pobreza adquire novos sentidos e re-significações.

Então, quais seriam as singularidades e simbologias do ser *“pobre”* no Brasil Contemporâneo? De imediato, ocorre-nos como uma primeira aproximação, a título de hipótese: a pobreza, hoje, amplia-se, rompendo fronteiras sociais entre grupos, atingindo segmentos antes tidos como integrados socialmente. É uma pobreza que se articula com a vulnerabilidade do trabalho, ou seja, ser pobre implica em uma inserção precária excludente no mundo do trabalho sem conseguir garantir condições efetivas de inclusão na vida social.

Nesse seu percurso contemporâneo, a pobreza, hoje, penaliza crescente contingente da população trabalhadora, em todas as faixas etárias, atingindo, de modo peculiar, os jovens, que se vêem privados do acesso ao trabalho, em uma sociedade do consumismo, enveredando por caminhos marginais: criminalidade, exploração sexual,

gravidez na adolescência, constituição precoce de famílias, estas cada vez mais destituídas de condições de vidas “decentes”.

Ao longo das décadas e, mesmo séculos, pensadores sociais desenvolvem estudos no sentido de desvendar as diversas facetas assumidas pela pobreza. Neste sentido, um dos maiores enigmas postos aos pesquisadores sociais, nas últimas décadas, é compreender o abismo da desigualdade social. Isso porque, convivemos com o aparente paradoxo de uma sociedade “*que se diz moderna*” (TELLES, 2001), ao mesmo tempo em que encarna uma sociabilidade da pobreza, visível aos nossos olhos cotidianamente e que massifica, mesmo, milhares de pessoas na condição de miseráveis.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em seu olhar analítico, adentra no ambiente da vida contemporânea, buscando decifrar fatos e fenômenos extremamente preocupantes. O autor refere-se a uma “*produção de refugio humano*”, ou seja, a seres humanos refugados que são um produto inevitável da modernização e um acompanhante inseparável da modernidade. Diz mais, “*é um efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico*”. (BAUMAN, 2005, p. 12).

Na ótica de Bauman, atrelada à produção desse refugio, vem também a remoção desse “lixo humano”. Tanto a produção como a remoção de refugos humanos pesam no contexto da moderna e consumista cultura da individualização. Nessa cultura moderna, o que predomina nas relações sociais é a “*marca do descarte eminente*” (BAUMAN, 2005, p. 15). Todos nós estaríamos inseridos em uma sociedade que descarta qualquer coisa ou alguém que não lhe for mais útil, inclusive a própria vida humana.

Para o entendimento do processo de constituição do “refugio do capital” ou da população sobrando, dois eixos são fundamentais. O *primeiro eixo analítico* seria considerar as estruturas do sistema do capital vigente, decorrentes da busca desenfreada pelo dinheiro, sob a égide da mercantilização na economia da mundialização capital. Com efeito, esta economia passa por profundas e amplas transformações na sua forma de funcionamento e, cada vez mais, torna crescente a parcela da população mundial descartável aos seus interesses. Uma dessas transformações revela-se na “crise do trabalho”: milhares de trabalhadores e trabalhadoras são impedidos de vender sua força de trabalho, não podendo ser sequer uma reserva de mão-de-obra, passando a constituir os “desnecessários” ou os “descartáveis” da sociedade do capital.

Ao mesmo tempo em que estão na condição de inutilidade na sociedade do capital, é forçoso reconhecer que “o refugio”, “os descartáveis” estão no interior da vida social. Inegavelmente, são seres humanos concretos e viventes, que, de múltiplas maneiras, lutam por sua sobrevivência. Sua inserção, através das políticas de combate à pobreza, é uma dessas vias de sobrevivência dos descartáveis do capital.

Nessa dimensão social que lhes é imposta, a de lutar de diferentes formas pela inserção social, os “descartáveis” re-significam as suas ações, valores, padrões, a partir do lugar social em que vivem. É justamente esse o *segundo eixo analítico*, para o entendimento do processo de constituição do refugio humano. São as re-significações das vivências sociais da maioria dos refugados ou dos pobres que se efetivam no plano do simbólico, das representações. Então, questionamo-nos: quais as especificidades simbólicas e culturais dessa nova sociabilidade vivenciada pelos pobres na sua busca de inserção social? Como eles se pensam e se representam na condição de pobres? E, mais especificamente: como os pobres, integrantes de programas de distribuição de renda – no caso de nosso estudo, do Programa Bolsa Família – vêem-se, percebem-se, representam-se nessa condição de pobreza “oficialmente” reconhecida?

Nessa linha de raciocínio, aventuramo-nos a uma hipótese: os programas de distribuição de renda, oficialmente destinados aos pobres e, como tal, encarnando uma concepção do “ser pobre”, constituem-se em espaços sociais de produção de representações da pobreza. Em outras palavras, para enquadrar-se bem no “tipo ideal do pobre” do Bolsa Família, os que vivenciam a pobreza passam a teatralizar o “ser pobre” como condição de ser selecionado e/ou permanecer no programa. Logo, o “beneficiário” face ao poder institucional declara-se pobre, mas, em outros cenários, nega esta condição do “ser pobre” sempre tomando como referência critérios de comparação com vizinhos e conhecidos.

Para adentrar com mais propriedade nesse universo complexo da pobreza no atual momento da vida social brasileira, é preciso compreender os mecanismos sócio-políticos e culturais hoje em curso, os quais estão levando a uma ampliação dos pobres, que se vêem sem alternativas e saídas, no sentido de afirmar sua identidade pelo trabalho.

Inegavelmente, a pobreza no Brasil cresce e complexifica-se na condição de “refugio humano”, de população sobrando. Cabe, tentar configurar o contexto que se gesta dessa complexificação da pobreza.

Assim, consideramos, especificamente, a sociedade brasileira sob a ótica das mudanças advindas com o novo modelo de redefinições da sociedade do capital. Para tanto, faz-se necessário reconhecer que, durante os anos 90 do séc. XX foi consolidado o modelo de ajuste à nova ordem do capital, definido pelos países considerados hegemônicos, principalmente, os Estados Unidos, para os países periféricos da América Latina.

Para viabilizar o extraordinário movimento do capital nos “países periféricos”, esse modelo estabelece regras para abertura de fronteiras, visando à circulação do capital estrangeiro, em detrimento de definições nacionais, implicando no agravamento da questão social. Os países, classificados como periféricos, precisariam participar do ajuste à ordem do capital mundializado para se manter inseridos no cenário político internacional. O fato a considerar é que, ao mesmo tempo em que se abrem às fronteiras para a “liberdade” do capital, também se abrem às fronteiras para suas conseqüências mais perversas, como o agravamento das problemáticas sociais, as quais atingem sobretudo a população trabalhadora..

Assim, o chamado “ajuste estrutural” é uma política imposta por uma agenda de interesses dos países hegemônicos que deixa marcas profundas nas decisões e direcionamentos políticos dos países “vulneráveis”. Na lógica do capital, esse ajuste tem um caráter seletivo e excludente, gerador de novos mecanismos de desigualdades sociais.

No caso do Brasil, na ótica de Carvalho (1999), a sua inserção, a partir dos anos 90, no “novo cenário da ordem do capital”, através do que é designado como “ajuste brasileiro”, é um marco decisivo para compreender o cenário de miséria e pobreza predominante no país. O fato é que estamos diante de uma questão estrutural no sistema contemporâneo do capital que vulnerabiliza o trabalho como mecanismo gerador de pobreza.

Araújo (1996) acredita que a dimensão da categoria do “*novo pobre*” está diretamente ligada à categoria do trabalhador desempregado. Nas palavras da autora,

o novo pobre é aquele que até a bem pouco tempo ainda permanecia, bem ou mal, inserido no mercado de trabalho, ou pertencia a um grupo familiar capaz de mantê-lo integrado no sistema social, mesmo sem emprego. À medida em que os postos de trabalho escasseiam, os fundos de reserva das famílias se extinguem e o Estado se retira, um contingente cada vez maior de pessoas desvinculadas do processo produtivo dá o tom do que hoje se tem como ‘novo’. (ARAÚJO, 1996, p. 85)

Observamos que a inserção social através do trabalho é algo decisivo na configuração da pobreza. O acesso ao trabalho parece afirma-se como uma das possíveis formas de inserção social dos “*pobres*”. Na própria representação do pobre sobre sua situação, percebemos que ele destaca, com relativa segurança, a questão de ter ou não um trabalho como critério de pobreza. No entanto, faltam postos de trabalho na dinâmica da vida social brasileira. Na realidade, o que se tem é um processo de extinção dos postos de trabalho e alta concorrência para ocupar os que sobram, não havendo chance de retorno dos excluídos – vistos como desnecessários ou descartáveis – ao mercado de trabalho formal. Para o sobranço, para o “refúgio humano”, não há lugar no mercado de trabalho que lhe garanta uma efetiva inserção como trabalhador e trabalhadora.

Esse cenário nos faz delimitar indagações que instigam vias de estudo no âmbito das ciências sociais: para onde tem se deslocado socialmente esses indivíduos desnecessários? Que espaços sociais têm ocupado? Que papéis sociais e formas de resistências têm assumido socialmente? Quais os novos espaços de inserção social buscado por eles? Como esses indivíduos convivem com a sua “desimportância” no mundo social? Como esses pobres se vêem e se percebem no universo de vida social? Como elaboram, no seu imaginário, sua condição de sobranço?

Tais questões abrem vias de investigação, dando margem a distintos objetos. Dentre essas questões, considerando o contexto das peculiaridades da vida social brasileira, interessa-nos investigar as representações que os pobres fazem de sua pobreza, especificamente, os considerados pobres inseridos no programa Bolsa Família.

O percurso histórico brasileiro tem mostrado uma problemática da pobreza que se retrata e se “re-significa” sob diversos ângulos: nos milhares de indivíduos no cenário das ruas, na esmola dada, nas condições precárias de moradia, no desempregado e, principalmente no aumento do número de pessoas que buscam se inserir em programas voltados ao “pobre”. Apenas no Bolsa Família são mais de 11,1 milhões de famílias (Ministério de Desenvolvimento Social, 2007).

Neste sentido, as questões relacionadas às re-significações da pobreza, no contexto da vida social do Brasil contemporâneo, são emergentes e pulsantes. Por isso, merecem ser apreendidas, visto que novas formas precárias de vivências dos “pobres” surgem e se

reconstituem a todo o momento, na confluência com o dilema da pobreza que persiste como grande desafio a enfrentar.

1.2_ A pobreza no Brasil Contemporâneo: configurações peculiares no cenário da vida social

A sociedade brasileira, segundo Telles (2001), é constituída por um dualismo. De um lado, uma sociedade que se quer moderna, civilizada, de outro uma sociedade que convive com a realidade da violência e iniquidade. É nesse intermédio, que se constitui a especificidade da pobreza contemporânea no Brasil, que traz consigo o “*descompasso*” entre as promessas da modernidade e a realidade vivenciada no cenário contemporâneo. Em verdade, “*vivemos em sociedades a braços com problemas modernos precisamente os decorrentes de não realização prática dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade para os quais não dispomos de soluções modernas*” (SANTOS, 2006, p. 27).

A marca da modernidade, adquirida na década de oitenta, para essa autora, deixou para trás um velho Brasil patriarcal, que, em alguma medida, fez-se moderno, no sentido de uma sociedade que se industrializou, urbanizou, gerou novas classes sociais e teve novos padrões de mobilização social e conflitos. No entanto, a persistência da pobreza reativa velhos dualismos nas imagens de um atraso, atando o país às raízes de seu passado. (TELLES, 2001, p. 80)

Mais do que isso, a face contemporânea da pobreza se apresenta no empobrecimento dos trabalhadores integrados nos centros dinâmicos da economia do país, pela deteriorização salarial, pela degradação dos serviços públicos o que afeta a qualidade de vida nas cidades.

Em verdade, a tão propalada modernidade trouxe, através dos conflitos e lutas sociais, a evidência do sistema de desigualdades. Foi, dessa maneira, que na argumentação da já referida autora, a questão social é configurada, nos anos 80, como cerne dos discursos no Brasil, ganhando dimensão institucional. Agregadas a isso, vieram novas formas associativas de organização e de representação coletiva, que significaram novos mecanismos de negociação e gerenciamento de conflitos.

Outra característica pulsante da pobreza contemporânea, resgatada por Telles, é o fato dela ser “*enigmática*” face a uma sociedade que não consegue, diante de todos os conflitos e da redemocratização dos anos 80, transformar os direitos sociais em realidade efetiva capaz de diminuir o grau de desigualdade social.

Um dos questionamentos fundamentais para essa autora é entendermos como uma sociedade, diante de significativos avanços democráticos, tecnológicos e econômicos, não consegue avançar no sentido da diminuição da desigualdade social.

No entanto, o que temos registrado na história é o fato de que o crescimento econômico e tecnológico não necessariamente significou o alcance de padrões de igualdade no tocante às condições sociais para a maioria da população. Nem mesmo os avanços na produção de conhecimento - que tem como objeto de estudo a desigualdade social e a pobreza - contribuíram de maneira significativa, para enfrentar esta grave dimensão da questão social.

Na concepção de Carvalho (2003), a articulação de antigas problemáticas sociais geradoras de pobreza somadas às novas problemáticas ocasionadas, principalmente, pela crise do trabalho, a partir da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto consubstancia mecanismos que geram essa nova configuração da pobreza contemporânea.

O fato do Brasil ter se submetido a exigências de um ajuste estrutural em sua agenda política, acarretou uma espécie de despreocupação com as singularidades das questões sociais internas. A inserção brasileira nesse modelo de ajuste estrutural ocorreu de maneira subordinada, fragmentada e com alto risco. Esse movimento evidenciou um caráter seletivo e excludente, gerador de novos mecanismos de desigualdade social que se expressam na “*complexificação da questão social, diante do Brasil se fazendo*” (CARVALHO, 2003, p. 135).

Alba Carvalho (2003) em suas produções dos anos 2000 vem, de forma recorrente, enfatizando que esse ciclo de ajuste brasileiro vem se efetivando numa confluência contraditória com o processo de democratização deflagrado no final dos anos 70 e em curso. A pesquisadora sustenta que a chave analítica para compreender o Brasil Contemporâneo é ter presente o tecido contraditório da vida brasileira na confluência dos processos de democratização e de ajuste à nova ordem do capital.

Assim, a questão social brasileira contemporânea está imersa num cenário contraditório entre dois projetos: de um lado o projeto político democratizante, através das pressões dos movimentos sociais e os ganhos alcançados e, de outro, o projeto de ajuste ao capital mundializado. (CARVALHO, 2006, p. 8).

Cabe aqui lembrarmos Boaventura de Sousa Santos (1997), quando nos fala da influência desses modelos políticos de países economicamente hegemônicos às nações consideradas periféricas. A reprodução social desses modelos hegemônicos prioriza diretrizes que comprometem a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

O autor faz uma crítica, inclusive, à produção de conhecimento no âmbito das pesquisas científicas, que, em muitos casos, estariam direcionadas pela necessidade de informações voltada aos processos do capital globalizado. Argumenta Boaventura (1997) que, o fato dos cientistas sociais se submeterem a esse tipo de produção científica, tem implicado na afirmação de uma ciência arrogante que se fecha entre seus muros desconhecendo experiências vivenciadas nos contextos singulares de cada sociedade.

Numa prerrogativa de uma ciência arrogante e indolente (SANTOS, 1997), os países desenvolvidos vendem aos demais seu modelo de modernidade e desenvolvimento como o ideal. É dessa forma que as ações políticas, nos países emergentes, passam a ter parâmetros de comparação com o modelo desses países.

Adentrando nessa lógica, perguntamo-nos até que ponto os modelos políticos institucionais de discussão da pobreza no Brasil estão relacionados à reprodução de modelos mundializados de interpretação da realidade? Como se dá a construção do “*ser pobre*” nessa dimensão do conhecimento diante das especificidades de distintas realidades sociais, sobretudo nos países periféricos? Neste caso específico, interessa-nos configurar as representações do “ser pobre” nesta sociedade brasileira, profundamente fraturada, que impõe a um significativo contingente de pessoas viverem no fio da navalha do capital entre mecanismos de exclusão e formas de precárias e perversas de inclusão. (CARVALHO; GUERRA, 2006).

Voltando aos argumentos de Telles (2001) ela entende que a pobreza contemporânea decorre dos impasses do crescimento econômico dos países considerados da periferia capitalista. Porém, no caso do Brasil, além disso, focaliza o caráter de uma

tradição conservadora e autoritária como especificidade da persistência da pobreza na sociedade brasileira.

Dito de outra maneira, o problema de pobreza, enraizado na lógica econômica, especifica-se nos jogos políticos que excluem, priorizam privilégios de uma elite em detrimento da exclusão de uma maioria. Acredita Telles (2001), que o Brasil fez sua entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal de mando de autoridade. É considerando esse amálgama sócio-político-cultural que a autora refere-se ao “*enigma da pobreza brasileira*”:

Tema do debate público e alvo privilegiado do discurso político... a pobreza acompanha a história brasileira, compondo o elenco dos problemas e dilemas de um país que fez e ainda faz do progresso um projeto nacional. É isso propriamente que especifica o enigma da pobreza brasileira. Pois espanta que essa pobreza persistente, conhecida, registrada e alvo do discurso político, não tenha sido suficiente para construir uma opinião pública crítica capaz de mobilizar vontades políticas na defesa de padrões mínimos de vida para que este país mereça ser chamado de civilizado. (TELLES, 2001, p. 18)

O fato é que, independentemente de seus resquícios históricos culturais, o Brasil como outros países periféricos, não encontra formas de enfrentar as desigualdades que, hoje, configuram um fenômeno mundial e estrutural, mesmo em países considerados desenvolvidos, como os Estados Unidos, aonde o número de pobreza vem dando indícios de expansão. Neste país, após quatro anos de aumentos consecutivos, o número de pobres se encontra em 37 milhões de indivíduos, o que corresponde a 12,6% da população americana. (O POVO, 2006)

Os levantamentos estatísticos sobre a pobreza configuram um desafio analítico: compreender como se constituem os critérios institucionais e sociais que legitimam e reconhecem a condição social de “*ser pobre*” a partir das metodologias consubstanciadas nos dados estabelecidos. E, nessa direção, um dilema específico é resgatar como os considerados pobres se reconhecem nesta identidade.

O economista Amartya Sen (2000) entende que a discussão contemporânea de pobreza deve levar em consideração outros parâmetros que não somente os ligados à condição de subsistência material em si. Para o autor, a pobreza deve ser vista como a

“*privação de capacidades*” básicas, em vez de ser vista a partir apenas do nível de renda, como critério tradicional de representação da pobreza.

Essa proposição é importante para o entendimento de que a discussão contemporânea de pobreza ou da representação do “*ser pobre*”, deve incrementar outros critérios, que fogem apenas às justificativas unicamente voltadas ao aumento de renda. Hoje, as condições de pobreza se situam entre outras necessidades que incluem fatores do “*mínimo vital*” (CÂNDIDO, 1964), o que significa entender, antes de tudo, os processos de sociabilidade, sentidos e significados de como o indivíduo pensa seu papel no interior do mundo social.

Sen (2000) questiona o fato de vermos a pobreza classificada apenas através da renda. Apesar de reconhecer que ela é um instrumento de geração de capacidades muito importante, sustenta não ser a renda o único. Uma grande contribuição do autor é ampliar o debate dos critérios de classificação dos considerados pobres - utilizados por grandes instituições financiadoras mundiais do combate à pobreza - para critérios com aspectos mais singulares sobre a realidade e as condições sociais do indivíduo.

O pensamento do autor pressupõe que todos os indivíduos detêm capacidades de desenvolvimento que podem ser barradas ou não, dependendo do que seu contexto social lhes proporcionar.

A expansão das liberdades individuais, para ele, é o que terá consequência direta nos processos de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento depende da expansão de liberdade dos indivíduos. A liberdade das pessoas está diretamente ligada ao reconhecimento dos valores sociais e costumes prevaletentes no meio social do indivíduo. São esses valores, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e que elas prezam. Ao mesmo tempo, o exercício da liberdade, que é mediado por valores, também é influenciado por discussões públicas e interações sociais, que são, por sua vez, influenciadas pelas liberdades de participação. (SEN, 2000, p. 23-24).

Quando se fala em um processo que promova liberdades básicas para se obter o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, penso ser primordial considerar a compreensão da representação social que nos liga ao mundo. E esse reconhecimento social deve ser entendido, em todas as suas dimensões e não apenas restrito à identidade social como *desqualificação social*, como ocorre na maioria dos casos dos considerados pobres.

Para Sarti (2005), as ciências sociais, diante de suas diversas imagens dos pobres, trabalham a partir de uma *identificação por contraste*, fazendo dos pobres um *outro*. Nesse sentido, os trabalhos científicos, muitas vezes, dizem mais *de que* fala, do que *de quem se* fala, num mecanismo que a autora chama de *projetivo*.

O processo de construção social da identificação da pobreza se dá através de uma abordagem que reproduz todo o caráter da representação negativa dos pobres no meio social, sempre baseado no pressuposto da *falta*, ou seja, *falta* de consciência, *falta* de noções de direitos de cidadania. (SARTI, 2005, p. 36)

Daí a importância de estudos que vislumbrem esses espaços constituintes das representações sociais dos pobres e tentem compreender seus significados sociais. Isto é, abrir espaço para pensar que representações de pobreza os pobres mobilizam para pensar-se na concepção do pobre. Pensar também o que estas representações revelam da complexa experiência do ser pobre hoje. O que os “pobres” pensam sobre seu papel no mundo? Como vêm, pensam e entendem a si mesmos na condição de pobres? Como lidam com essa identidade do “ser pobre”.

Nos parâmetros modernos de intervenções junto aos indivíduos em situação de pobreza, temos as políticas de assistência e/ou transferência de renda, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família. Para Telles (2001), muitos desses programas de transferência de renda seriam *o não-lugar*, um lugar reservado “*onde pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que os indivíduos têm acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído*”. (TELLES, 2001, p. 26).

Percebemos que a relação entre tais programas e as representações do “*ser pobre*” passa pelo viés de afirmação da própria pobreza. A situação de pobreza é legitimada e simbolizada como moeda de troca entre Estado e os considerados pobres. Ou seja, é uma representação social legitimada institucionalmente, que atesta a moeda de troca dos “*pobres*”: a sua condição de pobreza.

Nesse sentido, temos um ciclo de reprodução da condição de pobreza. É uma situação em que a pobreza precisa ser evidenciada para existir um elo político entre os considerados pobres, o Estado e outras instituições. Desaparecem os sujeitos enquanto

cidadãos ativos e despertam sujeitos dependentes regularmente da ação de assistência institucional.

Assim, é priorizado o *mérito da necessidade* (SPOSATI, 1988). Dessa maneira, o grau de carência que o sujeito ou as famílias consideradas pobres comprovarem é o que indicará que tipos de tutela terão.

Nos últimos anos, determinadas formulações dos programas de combate à pobreza enfatizam, no seu discurso, a perspectiva da capacitação dos pobres para que eles adquiram qualificação e autonomia para se inserir economicamente através do mercado de trabalho. É essa uma proposta que parece não se ter encarnado na prática.

Num estudo feito por Ugá (2004), sobre a categoria pobreza nas formulações do Banco Mundial, ela observa que, desde os anos de 1980, o BIRD – que atua como um dos formuladores de recomendações políticas para os países de periferia para o combate à pobreza – busca a elevação dos indivíduos situados na linha de pobreza, através da capacitação do capital humano, porém numa potencialização voltada ao mercado.

A autora faz uma crítica às políticas do BIRD, argumentando que a política desenvolvida por essa instituição não trata das conseqüências negativas decorrentes das políticas de ajuste, fugindo, assim, de propor soluções estruturais e tornando-se, dessa forma, numa estratégia pontual no combate à pobreza.

Na sua lógica de argumentos seriam consideradas estratégias de combate à pobreza pelo Banco Mundial:

1. Políticas que estimulem a criação de novas oportunidades econômicas para que os pobres possam obter rendimentos. Nesse caso, o aumento da renda levaria o indivíduo a ultrapassar a fronteira da pobreza;
2. Prestação de serviços sociais como educação e saúde aos pobres pela via do governo. O BIRD acredita na íntima relação entre prestação de serviços sociais e a diminuição da pobreza, o que significaria promoção de políticas focalizadas de aumento de capital humano dos indivíduos.

A preocupação com o capital humano e desenvolvimento de capacidades dos indivíduos dá-se no sentido de que a educação tornaria os indivíduos mais competitivos para o mercado de trabalho. Nessa ótica, o principal bem dos pobres seria o tempo para

trabalhar e aqueles que não dispõem desse capital são incapazes para atuar no mercado de trabalho. (UGÁ, 2004, p. 06).

Assim, nos relatórios de 2000-2001, o Banco Mundial passa a abordar a concepção de Amartya Sen sobre o “*desenvolvimento como liberdade*”, considerando que, para redução da pobreza, é necessário ampliar a expansão das capacidades humanas.

Ugá (2004) analisa que o projeto do Banco Mundial requer um Estado caridoso, que tem deveres com os pobres, porém com um diferencial: o Estado só estaria presente em um primeiro momento, no sentido de aumentar a capacidade dos pobres e, em um segundo momento, ele se retiraria, deixando o indivíduo capaz de constituir seu processo de autonomia.

Nessa discussão, é importante indagar de que processo de autonomia dos pobres se fala, uma vez que, a cada dia o acúmulo de “*refugados*” pelo mundo do trabalho aumenta e as chances de uma inserção por meio do trabalho formal são muito remotas.

Entendemos que a discussão sobre os “*refugados*” da sociedade e os processos constituição da pobreza, presente no cenário da vida brasileira, é resultante das oscilações e das peculiaridades envolvidas no contexto de mudanças no sistema econômico e dos ajustes do capital vigente.

Dessa forma, cada vez mais, nos discursos contemporâneos, o debate sobre a pobreza aponta para urgência do entendimento da condição da pobreza a partir de uma dimensão ampliada, considerando-se o indivíduo imerso numa rede de interações existente e nos laços sociais vivenciados. Assim, faz-se necessário adentrarmos nos processos que constituem as representações que os pobres fazem de sua pobreza e de si.

1.3_ Representação do “ser pobre” pelos sujeitos que vivenciam a experiência de pobreza: demarcações do objeto

Definimos como objeto de investigação as representações sobre a pobreza, sob a ótica dos que vivem a experiência da pobreza. De fato, incidimos nosso olhar nas representações dos pobres sobre esta sua condição de “ser pobre”, buscando resgatar como estes se vêem e se percebem neste lugar social do pobre. Em nossa perspectiva, trata-se de

um tema relevante diante do contexto de transformações geradoras de mecanismos de pobreza, presentes no modelo de sociedade vigente.

Um dos caminhos para tentar compreender as representações da pobreza e os pobres é o de romper com a idéia, muito difundida no senso comum, de que todos os indivíduos em situação de pobreza são passivos diante de sua condição. Partimos do pressuposto da existência de uma sociabilidade da pobreza, fundada em estratégias de sobrevivência dos indivíduos, de diferentes teores e em todas as dimensões da vida.

No contexto da pobreza, marcado por necessidades e emergências, representar-se como pobre é uma estratégia para garantir a sua inserção em programas de distribuição de renda destinados aos pobres. Essa questão se apresenta como uma das dimensões fundamentais relacionada ao objeto de estudo aqui proposto. É sob essa perspectiva que trabalhamos as representações da pobreza e/ou do “ser pobre” nesta dissertação.

Compartilhamos da tese de Paugam, que sustenta ser necessário estudar a pobreza como uma “*condição social reconhecida*”, sendo os pobres transformados em um conjunto de indivíduos, cujo “*status*” social é definido, na maioria das vezes, por instituições especializadas em ação social dirigida aos “pobres”. (PAUGAM, 2003, p. 55) (grifos do autor).

A inserção dos indivíduos que encarnam o “ser pobre” nos programas de combate à pobreza tem um rebatimento na constituição de singularidades dos usuários destes programas. De fato, tal inserção tem um imenso impacto no imaginário dos pobres. Dessa forma, estes programas delimitam um marco a ser considerado para o entendimento da pobreza e do “ser pobre” numa sociedade de seres humanos “descartáveis”.

Em outras palavras, a existência de uma representação do “ser pobre”, delineada pelos programas de combate à pobreza, como um tipo ideal, traz implicações diretas nas representações cotidianas dos indivíduos inseridos nesses programas, uma vez que, para serem selecionados e/ou permanecerem nos referidos programas, eles têm que evidenciar que se encaixam nessa tipologia institucional, seja através de seus discursos, seja através do seu corpo e suas posturas ou através de documentos comprobatórios de pobreza¹.

¹ A pesquisa de campo que desenvolvemos no 1º. Semestre de 2007 é enriquecedora para compreensão de como a **autoclassificação entre ser ou não ser pobre**, vem se redefinindo em função dos programas de distribuição de renda. E uma situação que vivenciamos, de forma recorrente, é emblemática no tocante a esta representação da pobreza. Ao conversamos com os “beneficiários” do Bolsa Família na fila de espera, muitos fazem questão de declarar que não são pobres, argumentando com a comparação entre a sua situação e a situação de precariedade de vizinhos; no entanto, na hora do contato com a equipe de cadastramento, essas mesmas pessoas fazem questão de declarar sua pobreza, de teatralizá-la como mecanismo para garantir sua permanência no programa.

No interior dessa discussão da tipologia institucional e da busca dos pobres de nela inserir-se, delineamos o eixo da nossa pesquisa: entender como os considerados pobres se pensam, como se percebem, e como se representam a partir de representação que fazem sobre a sua condição da pobreza. A pesquisa de campo teve como recorte os “*pobres*” inseridos no programa Bolsa Família, no intuito de compreender, em que medida, tal inserção é definidora de uma “*condição social reconhecida*” dos pobres e da pobreza.

Diante do contexto contemporâneo de exclusões e formas precárias de inclusão, gestadas no âmbito da sociabilidade do capital, os meios de sobrevivência dos considerados pobres se apresentam de maneira escassa. Assim, programas como o Bolsa Família, representam uma forma de inserção econômica, social e cultural dos usuários, constituindo-se como “porta de entrada” para garantir padrões de sobrevivência e, indiscutivelmente, a representação de sua própria pobreza passa a ser condição necessária para seu ingresso em tais programas.

Por isso, o estudo de um programa voltado aos pobres como o Bolsa Família é uma via importante de análise para adentrar nas redefinições de pobreza em nosso tempo, desvendando as suas especificidades que apontam dilemas e desafios.

Então, em coerência com o nosso eixo de estudo, perguntamo-nos: como os pobres concebem e representam sua pobreza nos espaços dos programas de transferência de renda? Essa questão se constituiu o nosso desafio investigativo, na perspectiva de apropriarmos-nos das representações sociais da pobreza compreendendo suas re-significações no atual contexto dos programas sociais. A pedra de toque é analisar como o “ser pobre” é representado pelos próprios sujeitos que vivenciam a experiência da pobreza, em uma circunstância específica em que a afirmação da pobreza, dentro dos parâmetros oficiais, é critério para seleção e permanência no programa.

O número de pessoas consideradas pobres, a partir de determinados padrões, é um fato concreto. No caso do Brasil, o índice de miséria indicado por dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD-IBGE) apontava que, do total de brasileiros, 25,8% estavam abaixo da “linha de pobreza”, ou seja, ganham menos de R\$ 115,00 por mês. A pobreza atinge, conforme Fundação Getúlio Vargas (FGV), o número de 42 milhões de pessoas.

Mais recentemente, os institutos de pesquisa apontaram que, a partir do ano 2002, houve uma queda no número de pobres no país. Os últimos levantamentos mostram que a pobreza, que antes atingia 28,2% dos brasileiros em 2003, caiu para 22,77% em 2005. Entre as justificativas para queda da pobreza apontadas pela FGV está a elevação da concessão de “benefícios” sociais, como os repassados pelo Bolsa Família aliados ao crescimento do emprego e renda e ao aumento de gastos previdenciários e reajustes do salário mínimo. (O POVO, 23.09.2006).

É a partir dessa configuração da situação de pobreza de milhares de pessoas que entendemos fazer-se necessário a contribuição das ciências sociais, no sentido de desvendar o complexo universo da pobreza, incluindo-se aí as representações da pobreza a partir do discurso dos pobres. Esse é o conhecimento que procuramos produzir ao longo desta nossa dissertação. Nosso intuito é exercer o pensar relacional (Bourdieu, 1998) para adentrar nas re-significações das representações da pobreza dimensionadas pelo olhar dos sujeitos que vivenciam, de formas peculiares, a experiência da pobreza. E assim, o nosso intuito é contribuir para definir de que pobreza estamos falando cotidianamente em nossos discursos ou, mais especificamente, configurar as representações sociais que estamos a movimentar quando falamos em pobreza.

Privilegiamos, neste estudo, olhar para a pobreza, partindo dos indivíduos que vivenciam esta realidade e recorrem aos programas sociais como forma de obter assistência e garantir um nível de renda. Este fato pode ser bem observado nos “pobres” atendidos pelo Programa Bolsa Família, campo empírico de nossa pesquisa. Em nossa concepção, esse olhar é revelador de elementos identitários dos socialmente considerados pobres.

A tentativa de tomar o Programa Bolsa Família como fenômeno empírico foi analisar as representações da pobreza constituídas pelos próprios pobres, diante das equipes do programa, procurando dimensionar como, naquele momento, dava-se a representação do “ser pobre”, ou seja, como eles se viam, como se percebiam a partir do lugar social que lhes era dado a ocupar naquela cena.

Assim, podemos delimitar duas demarcações, tendo por referência o ingresso das pessoas em situação de pobreza no referido programa: a primeira voltada para compreender as representações da pobreza na ótica dos próprios pobres: de que maneira eles percebem sua inserção social e a partir de que elementos eles definem e representam sua própria

pobreza. A segunda demarcação é dirigida a analisar o peso da concepção oficial de pobreza consubstanciada no Bolsa Família e no imaginário dos usuários. Questionamo-nos sobre quais implicações desses elementos institucionais trazem para a auto-percepção do pobre e como este pobre se representa após ser oficialmente reconhecidos sob o critério da apresentação de sua pobreza.

Acrescentamos ainda outras questões: os processos de representação da pobreza, para esses sujeitos, sofrem re-significações no momento em que o “*status*” face ao programa muda, ou seja, as representações se alteram em relação ao pobre assistido e o não assistido pelos programas de combate à pobreza? Quais implicações simbólicas decorrem dessa forma de inclusão?

A inserção de um núcleo familiar no programa Bolsa Família põe os sujeitos em contato com a situação de conviverem com a assistência social, ou melhor, de serem “usuários” de um programa institucional que tem visibilidade pública como uma atuação do Estado voltada aos pobres. Resgatamos, neste trabalho, a categorização de Serge Paugam de *desqualificação social* para se referir à lógica da designação e da rotulagem das pessoas assistidas por instituições públicas e seus efeitos sobre a identidade dessas pessoas. (PAUGAM, 2003). A *desqualificação social* está relacionada a uma condição socialmente adquirida que impede essas pessoas de suprirem seu *mínimo vital*, tendo que buscar a assistência institucional.

Essa referência empírica do autor francês ajudou-nos a dialogar com a realidade vista em campo no decorrer da pesquisa. Enquanto os considerados “pobres”, nos relatos de Paugam², apresentam sentimentos de inferioridade e de constrangimento por serem assistidos, os “pobres”, que acompanhamos, apresentam representações diferenciadas frente ao poder institucional, no momento do re-cadastramento. Percebemos que não há constrangimento, desses últimos usuários, em se representar como pobres; pelo contrário, trata-se de um jogo melindroso e astucioso que tem como recompensa, conseguir a vaga no programa. De fato, o processo de representações dos sujeitos para conseguir o Bolsa Família, dá-se não em um sentido de diferenciação e inferioridade, mas de homogeneização

² A pesquisa de Serge Paugam foi realizada com usuários de Programas de Assistência Social na França. Neste sentido, vale ressaltar uma diferença primordial na análise do autor em relação a presente pesquisa. A análise do autor pressupõe a existência de um Estado de Bem-Estar Social, enquanto que, no Brasil, o modelo de Estado é mais aproximado de um Estado minimizado no social, onde o direito à assistência social, apesar de configurada como Lei, ainda se encontra bem inferior a demanda de indivíduos que buscam a assistência.

por parte dos sujeitos no momento de apresentar-se como pobres, mesmo os que não o são, inclusive, em muitos casos, ocultam os indícios das classe sociais a que pertencem.

A partir desse exemplo, vemos a tentativa dos sujeitos de apropriar-se e enquadrar-se na definição de pobreza, tal qual é exigida como critério para o ingresso no requerido programa. Então, para tais sujeitos, a *desqualificação social* passa por outras situações, que não a de fazer parte de assistência governamental.

Durante todo o percurso investigativo o adentrar nas representações dos considerados pobres, constitui-se num elemento norteador para compreender como tais indivíduos representam o seu processo de “*desqualificação social*”.

Não nos cabe, nesta reflexão, nenhum discurso de teor valorativo de posturas, nem uma análise de discurso apenas. O nosso propósito foi construir um olhar analítico voltado às representações da pobreza no contexto de uma sociedade, onde é senso comum ouvirmos diversos adjetivos associados à pobreza. A representação da pobreza aparece dessa forma, através de elementos identitários, que são utilizados como critério de inserção e classificação dos indivíduos.

Consideramos que um estudo sobre a pobreza deve agregar perspectivas culturais e simbólicas juntamente com a análise estrutural, pois os processos que constituem as representações dos considerados pobres envolvem também representações sócio-político-culturais dos indivíduos.

Nesse sentido, estão em pauta as diversas formas de representação dos pobres que são apoderadas socialmente, seja pelo olhar institucional, seja pelo olhar do “*pobre*”, seja pelo olhar acadêmico, enfim, por uma diversidade de olhares. Estas diversidades de representações estão presentes nas práticas sociais cotidianas dos indivíduos considerados “*pobres*”, na sua relação com o mundo social.

Neste trabalho dissertativo, fundado num processo de investigação, os recortes definidores do objeto assim se definem:

- Compreender com se constituem as representações da pobreza, a partir dos indivíduos em condição de pobreza, “*os pobres*” inseridos no Programa Bolsa Família;
- Refletir sobre as representações que fazem os considerados pobres do “*ser pobre*” e da pobreza, ou seja, como eles se vêem, se pensam e se percebem;

- Investigar tipos de representações da pobreza recorrentes constituídas nesse processo nos diferentes olhares sobre a pobreza.

Dessa forma, a tentativa deste presente trabalho foi dimensionar as representações do “ser pobre”, a partir da situação de pobreza de milhares de indivíduos que fazem vir à tona a emergência das questões relacionadas à pobreza e aos “pobres”.

1.4_Percursos metodológicos

1.4.1_Caminhos trilhados

O percurso metodológico adotado na presente pesquisa foi trilhado em meio a constantes descobertas e desafios. A começar pelo objeto de estudo que, durante todo o processo, sofreu diversos ajustes e redirecionamentos.

Num primeiro momento, o foco da pesquisa estava centrado nas representações da pobreza e na concepção dos programas de combate à pobreza. Desse modo, a pesquisa estava limitada ao discurso institucional sobre a pobreza.

Durante os encontros de orientação fomos amadurecendo idéias e ampliando olhares. Percebemos que na discussão sobre pobreza fazia-se necessário inserirmos elementos que considerassem a prática e os modos de pensar dos principais atores sociais envolvidos nesse processo, ou seja, os próprios pobres. O caminho dessas reflexões nos levaram, então, a um novo direcionamento para nosso objeto de estudo.

Dessa forma, tivemos que rever alguns instrumentos metodológicos. A primeira providencia foi delimitar um campo empírico. Um espaço que permitisse uma aproximação da figura do “ser pobre”, no sentido de adentrar no universo simbólico das falas, dos corpos, das representações demandadas das práticas sociais vivenciadas por tais indivíduos.

Diante de tal objetivo, vimos no Programa Bolsa Família o espaço adequado para observação empírica, por se tratar de um programa em que a identidade do “ser pobre” constitui-se na porta de entrada, como também por ser o programa de maior abrangência nacional, atualmente, de atendimentos aos considerados pobres.

No interior do Bolsa Família se configuram alguns momentos importantes de abordagem aos pobres. Dentre eles, delimitamos o período de recadastramento para desenvolvermos nosso trabalho de campo.

O período de recadastramento é o momento em que os considerados “pobres” ou “usuários” do Bolsa Família se apresentam às equipes do programa, com o objetivo de se inserir ou continuar no programa. Podemos defini-lo também como um instrumento de controle e acompanhamento das famílias, exercido pela instituição de fomento, no caso, o Governo Federal.

Esse período é caracterizado por uma espécie de “apresentação” de teor inquisitório, onde vai estar em pauta o merecimento do usuário continuar ou não inserido no programa. É neste mesmo momento, que o programa recebe milhares de novos candidatos que buscam uma inserção no programa.

Por esses motivos, consideramos o período de recadastramento do Bolsa Família um espaço estratégico para observar as diversas representações da pobreza. Um momento de encontro entre instituição e “pobres”, em que ambos estão construindo e partilhando representações sobre um tema comum aos dois: a pobreza.

Diante disso, chegamos à delimitação final do objeto: o estudo das representações da pobreza na ótica dos considerados pobres, inseridos no Programa Bolsa Família, em que tivemos como questões direcionadoras: que representações fazem os considerados pobres de sua própria pobreza, como eles se percebem e se vêem enquanto sujeitos detentores de uma identidade social do “ser pobre”.

Adentrar o campo de pesquisa não foi uma área fácil. O re-cadastramento era um espaço de seleção de pessoas pelo *mérito da necessidade*. Por se tratar de um ambiente onde as representações da pobreza eram baseadas na representação do ser pobre carente, que necessita de assistência, havia um grande receio das pessoas presentes em dar algum tipo de depoimento antes de entrarem na sala para se apresentarem à equipe do programa.

Nesse sentido, todo estranho que se aproximasse com perguntas direcionadas à condição social das pessoas que aguardavam para se cadastrar era considerado suspeito e potencial inviabilizador da sua entrada ou permanência no programa.

O espaço físico onde ocorria o recadastramento era limitado. Por isso, não havia espaços em que pudessemos realizar uma abordagem mais aproximada dos usuários. Nesse

sentido, tivemos que desenvolver a pesquisa meio a um cenário de imensas filas, rodas de conversas sobre assuntos diversos, gritos e barulhos de crianças a correr, pedidos de ordem, idas e vindas de pessoas. Enfim, estávamos imersos num ambiente transbordado de representações e simbologias, onde as pessoas e suas práticas se confundiam.

Considerando a realidade presenciada em campo, num esforço metodológico de análise, dividimos o recadastramento em dois espaços que consideramos primordiais, os quais são a fila de espera e a sala de apresentação. A partir dessa delimitação espacial, passamos a interagir com os atores sociais presentes nesta contextualização.

As abordagens se deram através de entrevistas no local do recadastramento, na maioria das vezes, realizadas na própria fila e também através da observação no acompanhamento das apresentações feitas pelos considerados pobres à equipe do programa na sala de apresentação.

Num primeiro momento, pensávamos a pesquisa de campo composta pela abordagem, através de entrevistas no local de recadastramento e, logo após, para dar continuidade à entrevista, por uma visita domiciliar. Porém, das nossas tentativas de conseguir ampliar a pesquisa para visitas domiciliares apenas uma obteve êxito. Fato que atribuímos ao processo de vigilância e controle constante que se estabelecia entre os usuários. Havia uma tensão em torno da possibilidade de conseguir estar ou não no programa. Neste sentido, as visitas domiciliares eram concebidas como um “risco”.

Foram realizadas 15 entrevistas, todas realizadas na fila de espera. As entrevistas tinham como foco estabelecer um diálogo com os indivíduos considerados pobres, para que pudéssemos apreender elementos que constituíssem simbologias e pensamentos sobre a condição social do “ser pobre”.

Vale ressaltar que o ambiente onde realizamos tais entrevistas era um ambiente de vigilância, que em determinados momentos inviabilizava um contato mais aprofundado com os entrevistados.

Já na sala de apresentação, nosso instrumento foi a observação sobre o cenário onde se construía a cena de apresentação dos indivíduos. Nosso foco estava centrado na apresentação dos considerados pobres e, em como as representações da pobreza constituídas pelo indivíduo se apresentavam naquele momento.

Por outro lado, estávamos atentos ao conjunto de fatores que se agregavam em torno da cena de apresentação dos considerados pobres. Nesse sentido, nosso olhar também estava voltado para as posturas, os objetos, as pessoas, os corpos e como todos esses elementos acrescentavam no momento da apresentação.

O exercício de observação durante a apresentação à equipe não demandou nenhum tipo de interação com as pessoas. Apenas observávamos como eram desenvolvidos os trabalhos dos cadastradores em interação com os usuários.

Assim, metodologicamente demarcamos dois campos importantes de observação durante a pesquisa: por um lado, a auto-representação do pobre sobre sua pobreza a partir das delimitações de seus espaços sociais e, por outro, o olhar institucional, suas representações e seu olhar sobre as representações do outro.

Além da pesquisa de campo, desenvolvemos constante pesquisa documental sobre o programa Bolsa Família, como também leituras que nos levassem a entender as reconfigurações da condição de pobreza e como elas vêm se constituindo durante os anos.

Nesse sentido, também trouxemos uma abordagem história, considerando os diversos momentos em que as representações da pobreza foram se delineando e como ainda são vistas ou como serviram de base para surgimento de outras representações.

Durante esse trajeto delineador de recortes metodológicos, consideramos essencial a contribuição recebida no processo da qualificação do projeto de pesquisa. O momento em que decidimos olhar para a pobreza, através dos contornos teóricos das representações sociais, foi um fato que se colocou como um desafio, uma vez que, essa foi a primeira oportunidade em que trabalhamos com tal perspectiva.

As referências teóricas adquiridas com as disciplinas regularmente estudadas e, principalmente, o processo de orientação, fez com que nosso olhar se ampliasse para uma dimensão metodológica mais ampla e rica. Entendemos que o ofício do pesquisador é um caminho que requer rigor e amadurecimento, por isso, temos clareza que ainda há um longo caminho de aprendizagem que nos espera em outros momentos acadêmicos.

1.4.2__Dinâmica expositiva da dissertação

A apresentação deste trabalho está disposta em cinco capítulos, além do texto introdutório e das considerações finais. Através do desenvolvimento dos capítulos, construímos a dinâmica expositiva no sentido de tentar conduzir o leitor aos principais argumentos que ao longo do tempo têm conduzido as discussões em torno do estudo das representações sociais sobre a pobreza.

No capítulo introdutório, temos uma apresentação do objeto, onde buscamos contextualizá-lo numa dimensão histórica-política. Nesse sentido, mostramos que a pobreza se afirma nos séc. XIX e XXI como uma das maiores problemáticas sociais e que continua a desafiar pensadores sociais que trabalham com esta temática.

Prosseguindo o argumento apontamos a questão da pobreza como fenômeno mundial no segundo capítulo. Essa discussão é importante para compreender que singularidades são postas à condição da pobreza nestas últimas décadas.

Para isso, contextualizamos a percepção da pobreza na sociedade contemporânea. Tentamos mostrar os lugares que são constituídos e direcionados aos pobres nesse modelo social. Argumentamos, partindo de um entendimento que a pobreza é uma problemática articulada globalmente e está inserida em processos de dimensões estruturais e, ao mesmo tempo, as conseqüências desses processos globalizantes são re-significados localmente nas vivências e constituições simbólicas nas práticas dos indivíduos.

No terceiro capítulo, relatamos sobre o Programa Bolsa Família., onde apresentamos um cenário, através das proposições do referido programa, de como a pobreza é tratada localmente e, conseqüentemente que representações se constituem a partir dessa intervenção social na busca de minimizar a condição de pobreza dos indivíduos e que instrumentos e critérios são pensados nesta intervenção.

Após situarmos e contextualizarmos nosso objeto de estudo, no quarto capítulo, partimos para discutir os elementos observados até então, através da dimensão teórica das representações sociais. Nessa parte do trabalho, tivemos como objetivo construir instrumentos de análise, que permitissem uma compreensão das singularidades observadas em campo. Nesse sentido, apresentaremos quatro tipos mais recorrentes de representações

sobre a pobreza e, que puderam ser observados nas diversas formas de representações da pobreza identificadas durante a pesquisa empírica.

A constituição do argumento sobre as quatro representações considerou a dimensão históricas em que elas surgiram, como também, o processo de re-significação dos seus elementos fundantes, ocorridos no transcorrer das intensas transformações sociais.

Partindo dos instrumentos de análise constituídos, através das representações da pobreza, apresentamos os resultados da pesquisa empírica no último capítulo. O quinto capítulo é o espaço onde discutiremos os dados obtidos através de entrevistas e sessões de observações no período de recadastramento do Programa Bolsa Família realizado num posto de recadastramento num bairro da periferia de Fortaleza.

O esforço nesse capítulo se deu no sentido de retratar ao leitor os pontos chaves encontrados em campo para trabalhar nosso objeto de estudo, ou seja, as diversas representações dos atores pesquisados sobre a sua condição de pobreza enquanto “pobres” que participam de um processo de inserção num programa de transferência de renda.

Nesse sentido, tentamos trazer depoimentos e cenas que consideramos essenciais para retratar ao leitor o universo pesquisado e as situações vivenciadas em campo, mesmo sabendo que isso não se trata de tarefa fácil.

E concluindo, finalizamos com o texto de considerações finais pontuando algumas questões gerais observadas durante todo o percurso da pesquisa. Optamos por não resguardar as considerações de teor analíticas conclusivas apenas para esta parte do texto. Em todos os capítulos fizemos o exercício de trabalhar conjuntamente a exposição de conteúdo e as observações que considerávamos importantes naquele momento. Assim, consideramos que as “considerações finais” se encontram diluídas por todos os demais capítulos.

Assim, a parte que fecha o trabalho são conclusões referenciadas no esforço analítico da autora sobre o tema trabalhado, como também são considerações acerca da vivência de pesquisadora, suas implicações, desafios e, principalmente, o registro da sensação de que a pesquisa científica é um campo inesgotável e, quando pensamos que estamos finalizando algo, estamos, na realidade, apenas começando.

Capítulo 2

POBREZA NA SOCIEDADE DO CAPITAL: CONSTRUINDO VIAS ANALÍTICAS

2.1_ Ser pobre: Lugares possíveis no contexto da sociedade do capital

Pretendemos nesse tópico discutir os espaços ocupados pela pobreza e pelos pobres no contexto da sociedade do capital, tendo em vista que um dos argumentos recorrentes para se explicar a pobreza, encontra-se nos ajustes econômicos do capital como um dos processos geradores de desigualdades sociais e de pobreza.

O objetivo é buscar instrumentos para pensar os processos estruturais que acirram o abismo das desigualdades e como a inserção social está atrelada a uma inserção obtida através da lógica de uma sociabilidade da sociedade do capital, restando, para os que não se enquadram às suas regras, formas de vidas estigmatizadas e marginalizadas, como o “*ser pobre*”. Estigmatizadas, entenda-se aqui como referência a “*um atributo profundamente depreciativo que se estabelece numa linguagem de relações sociais entre os indivíduos*”. (GOFFMAN, 1988, p. 13).

É na concretude das relações sociais que podemos perceber como se institui a estigmatização da figura dos pobres em seu teor depreciativo. Geralmente tratado como “*o outro*”, o pobre é diferenciado por representar tudo que o progresso da sociedade do capital rejeita, o *refugo*. Usando os termos de Vera Telles (2001) são “*as figuras do atraso*” que concretamente se postam aos olhos de todos.

Mas afinal, o que é “*ser pobre*” para sociedade do capital? Essa pergunta implica diversas percepções, mas podemos pensar que uma das representações do pobre, na lógica do capital, é a da “*incapacidade*”. Ou seja, os indivíduos, considerados pobres, são visto como pessoas que não conseguem prover sua própria subsistência e, assim, não conseguem se enquadrar no conceito de inserção social, seja a inserção no mercado de trabalho, no mercado consumista, no mercado da moda etc.

Na sociedade do capital, as relações sociais são pautadas em princípios e necessidades postos por grandes centros de produção e de consumo, o indivíduo tem que se

apresentar, quase sempre, como um potencial consumidor, com renda para disponibilizar o consumo.

Porém, entendemos que a lógica da convivência social, nem sempre esteve pautada apenas nas relações impostas pela supremacia das relações mercadológicas, mas por outros meios de inserção social do indivíduo, como os laços de solidariedade social, familiar e vicinais.

O modelo de mercado que conhecemos hoje foi um modelo surgido no séc. XVIII, o qual segundo Polanyi (apud SCHWARTZMAN, 2004, p. 48), era um modelo de mercado que trazia algo de novo. O autor observa que a pobreza e a miséria, surgidas na época, não eram decorrentes da industrialização em si, mas da destituição da velha ordem social trazida pela introdução sem controle de uma nova economia de mercado. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 48,).

Antes desse modelo de mercado, a economia não se apresentava separada da política, da religião, da convivência social. As atividades econômicas eram engastadas nas instituições sociais que são instrumentos que dão ao indivíduo sua identidade social e condição de sobrevivência pessoal.

Além disso, Polanyi observou na expansão da economia de mercado dois correlatos não-econômicos: *um social e outro político*. *O político*, que foi a tentativa de estabelecer uma nova ordem internacional pelos princípios do liberalismo e *o social*, que foi a destituição dos estilos de vida tradicionais da organização social, sem ter havido uma completa substituição de tais perdas pelos mecanismos de mercado.

Podemos acrescentar aos argumentos do autor, que hoje, mais do que nunca, o modelo da economia de mercado se encontra inteiramente ligado às delimitações da vida social dos indivíduos. Porém, acreditamos que há algo de peculiar na contemporaneidade, que é o fato da economia de mercado conduzir e instituir as prioridades e sentidos das ações sociais.

Assim, a esfera econômica não se apresenta mais como uma necessidade ligada às demais esferas da vida social, num sentido horizontal, mas sim no topo de uma verticalidade suprema. A sociabilidade, mediada através da inserção econômica, apresenta-se no topo da pirâmide, vendida como a forma mais viável de mobilidade social e sobrevivência social entre os indivíduos.

Essa é uma realidade presenciada junto ao processo de inserção pensado pelo Programa Bolsa Família. A renda distribuída é direcionada à inserção econômica das famílias, a qual ocorre através do consumo. Ao serem indagados sobre o destino da renda recebida através do programa, à maioria diz utilizar os recursos para consumo imediato. A renda recebida volta ao mercado através da compra da alimentação e material escolar. Em alguns casos, os recursos retornam, inclusive para o Estado, pois os usuários afirmam também pagar contas de serviço público como água e energia elétrica.

Logo, temos que estar atentos aos processos decorrentes da prometida busca da inserção social pela economia de mercado, como ela constrói sentidos às relações sociais e à sua indiscutível influência nos processos de sociabilidade dos indivíduos considerados pobres e/ou descartáveis, uma vez que, estes já são denominados de “*pobres*”, pelo fato de não estarem totalmente inclusos dentro dos padrões mínimos de subsistência regulados pelos valores da sociedade do capital. Em outras palavras, até que ponto a pobreza está relacionada às relações estabelecidas pela sociedade do capital? Como se dá a constituição da identidade social do “ser pobre” e suas representações no interior das relações pautadas na sociabilidade da lógica do capital de um mundo globalizado?

Nesse cenário, não podemos tratar a problemática da “*complexificação da questão social*” (CARVALHO, 2003, p. 135), geradora de pobreza e de exclusão social de maneira isolada. O debate sobre os mecanismos de exclusão, através do conceito de “*exclusão social*” feito de maneira isolada, conforme Martins (2003), não dá conta de encontrar identidades ou diagnósticos dos processos do sistema capitalista. Pois, a forma que é concebido o conceito de exclusão social hoje, apenas centrado, na pobreza e miséria, apenas apresenta a ponta de “*iceberg*” do toda uma problematização.

O autor observa que a exclusão é um sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa. (MARTINS, 2003, p. 20).

Nesses termos, “*a exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos, dos próximos.*” Conclui o autor que, “*a verdadeira exclusão está na desumanização*

própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna planfetários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis...” (MARTINS, 2003, p. 21).

Entendemos que o olhar sociológico sobre o tema da pobreza não pode se restringir a um único foco, mas que seja um olhar que vislumbre os processos sociais decorrentes desse “novo” modelo social. A historicidade da pobreza mostra que se constituíram diversas representações a partir de um lugar social possível aos pobres. Lugares estes, permeados por relações familiares, vicinais e onde os indivíduos re-significam suas relações com o mundo, com suas simbologias e valores, enfim, utilizam o capital social de que dispõem para continuar existindo.

Consideramos que a discussão sobre a representação da pobreza não pode estar dissociada da discussão sobre o lugar dos “*pobres*” na sociedade do capital. Esse foco é imprescindível para entender as delimitações sociais do ser pobre, os fatores estruturais da causa da pobreza inserida nesse processo, como: a extinção dos postos de trabalho e os ajuste econômicos dos países e suas conseqüências diretas nas configurações sociais, nas representações simbólicas e culturais que os considerados pobres têm de si mesmos.

2.2_ Processos globalizantes: a constituição do ser pobre em meio às fronteiras e transformações econômicas

É notório que, quase sempre, a construção da definição de pobreza está atrelada aos processos significativos das mudanças que ocorrem em determinados momentos históricos. Nesse sentido, o contexto sócio-político-econômico é determinante para construir representações sobre a categoria de ser pobre ou da condição de pobreza deles.

Desde a Idade Média, quando a Igreja conduzia e matinha as regras do modelo de interações sociais, já se desenhava e retratava a definição do ser pobre a partir das condições objetivas da realidade naquele momento. O pobre da Idade Média, numa representação de forte influência clérica, era aquele indivíduo que trazia consigo a humildade, a pureza de espírito e a sua pobreza era considerada uma condição terrena que daria a certeza de salvação divina.

Avançando nessa linha temporal para o momento presente, temos que essa concepção passou por diversas representações em outros contextos históricos e foi

profundamente repensada, principalmente com a constituição do Estado Laico. A partir desse momento, os processos políticos e econômicos passam a ser o olhar que legitima o que significa ser pobre em meio ao contexto social.

Algumas ideologias e discursos sobre a condição de pobreza emergiram no séc. XX e séc. XXI, meio a grandes processos de transformações sócio-econômica e políticas. Várias foram as metamorfoses sociais, porém aqui queremos nos centrar nas mudanças que agravaram o quadro de pobreza iniciado nos anos setenta e que se afirma no início dos anos 80 e 90.

Esse período demarcou os conhecidos processos de abertura de fronteiras econômicas entre nações, o denominado pensamento *neoliberal*, ou seja, as novas resignificações das interações de processos econômicos entre nações, vigentes através dos ditames da *mundialização do capital*³, que trouxe consigo os novos desenhos do sistema capitalista, suas transformações no trato das ações voltadas à sociedade, especificamente, às questões sociais.

Várias denominações também podem ser dadas a este processo. A globalização é um dos termos mais usuais quando se fala em causas da pobreza. Por isso, faz-se necessário, tentarmos dimensionar o que há por trás desse conceito, ou melhor, discutir suas implicações metodológicas de análise da condição de pobreza dos indivíduos.

Para isso recorreremos às reflexões de Bauman (1999), com o objetivo de entender o que representa e significa “globalização” no contexto social, na constituição de identidades, especificamente as identidades dos “pobres” ou “refugos”. E, observar também, as segregações espaciais, que estão ligadas ao processo de agravamento das desigualdades sociais e suas representações nos espaços locais e globais.

A partir de uma crítica ao uso do termo globalização, o autor faz uma contextualização da “globalização” e suas conseqüências, como algo que se contextualiza mundialmente em formatos diferenciados.

Esse recorte se faz importante para entendermos que os processos geradores da condição de pobreza dos indivíduos constituem-se inseridos num conjunto de crenças e

³ Termo do Economista Francês François Chesnais e utilizado por Carvalho (2002), por entender que é uma expressão de maior aproximação para enfatizar o momento de internacionalização do capitalismo, ora em curso.

valores de ações do chamado mundo globalizado. Assim, não se encontram desconexos de um contexto de dimensão mundial que apontam para um agravamento das questões sociais.

De maneira provocativa, Bauman (1999) diz que o termo globalização passou, num processo rápido, a ser uma palavra da moda, que traz consigo possibilidades de abrir senhas para desvendar os mistérios presentes e futuros. É um termo que pode ser lido como *o que devemos fazer se quisermos ser felizes* ou para muitos *a causa da nossa infelicidade*. E mais, traz uma idéia de unidade para todos, em que a globalização *é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível*. Além de acreditar que todos estamos globalizados, ou seja, que todos estamos afetados nesses processos da mesma maneira.

É nesse ponto que o autor vai nos ajudar a refletir sobre a maneira como se processam as diferenças sociais no contexto da globalização. Os processos globalizantes não têm a unidade de efeitos que se supõe comumente. Nesse caso, o uso do tempo e do espaço é diferenciado e diferenciador.

Em sua concepção, a globalização tanto é um processo que divide como une. Ao lado das dimensões planetárias como negócios, finanças, comércio, fluxo de informação, coloca-se um movimento que constitui um processo *localizado de fixação de espaço* (BAUMAN, 1999, p. 8). São estes dois movimentos que diferenciam as condições existenciais das populações inteiras e segmentos sociais de cada população.

É parte integrante desse processo uma progressiva segregação espacial de separação e exclusão. O autor cita como exemplos, o que ele vai chamar de tendências neotribais e fundamentalistas que refletem e formulam a experiência das *“pessoas na ponta receptora da globalização”*.

Ou seja, longe de ser um termo totalizante e unificador, as definições e conseqüências geradas por este modelo de relações, serão sentidas nos espaços locais, enquanto definidores de ações sociais entre o indivíduo e seu meio.

Tal observação leva-nos a refletir sobre o próprio uso de macroconceitos como “globalização” enquanto qualificadores de ações sociais. Num primeiro momento é como estivéssemos falando de algo exterior aos indivíduos, tal como Durkheim pensava a supremacia da sociedade sobre o indivíduo. Porém, todo processo social, seja na dimensão econômica, política ou cultural é vivenciado, constituído pelos e entre os indivíduos.

Dessa forma, ao considerarmos as grandes transformações sócio-econômicas trazidas pela “globalização” ou “mundialização do capital”, pensamos também como esse processo é recebido e representado na dimensão do indivíduo. Parafraseando Bauman pelas *peças na ponta receptora*, e porque não, pelos considerados “pobres” do Bolsa Família.

Em uma das entrevistadas realizadas em campo, uma usuária do programa Bolsa Família expressou, de maneira enfática, suas reflexões sobre sua condição de pobreza: *O dinheiro é a mola do mundo, sem dinheiro não somos nada.* (Usuária do Bolsa Família).

Tendo esse depoimento como um exemplo, observamos como os processos macros são significados e representados pelos indivíduos numa dimensão local, numa percepção de saída da sua realidade.

No caso, uma senhora considerada “pobre”, que buscava uma vaga no Programa Bolsa Família tem uma representação do que para ela é necessário para estar inserida socialmente e, ao mesmo tempo, isso indica o fato pelo qual a sociedade não a considera inserida, ou seja, sua representação da pobreza enquanto carência material.

Essa é uma das formas como os processos macroeconômicos e políticos chegam aos indivíduos e como eles os sentem. A senhora representou em sua fala quais os valores exigidos a ela para que ela se sinta “alguém” no mundo, o que ela relaciona à renda, ou melhor, à sua capacidade de acúmulo de bens, como o dinheiro. São as representações sociais que *chegam na ponta*.

Assim, quando falamos nas grandes transformações sócio-econômicas trazidas pela “globalização” ou “mundialização do capital” temos que pensar como esse processo se dá na dimensão do indivíduo e, como estas questões são representadas em seu cotidiano.

A importância da desconstrução dos macroconceitos, de teor totalizantes, vem no sentido de compreender como na sociologia do cotidiano os indivíduos estão representando e vivenciando as conseqüências dos processos gerais da sociedade. Lembrando os argumentos de Max Weber, que considera ser a sociedade composta por indivíduos que conferem sentido às suas ações e estas ações estão articuladas numa teia de significados e valores que se constituem a partir da própria realidade.

No contexto dessa construção de sentidos, podemos observar também a influência de fatores externos, que muitas vezes se estabelecem acompanhada de uma relação de poder. É o caso que podemos considerar nessa relação do local-global.

Bauman (1999) se refere aos movimentos localizados – falando numa dimensão territorial do termo e fazendo contraponto ao termo globalização – como conseqüências e, ao mesmo tempo, interferindo na constituição de outros na dimensão global. E, Nessa relação proposta pela globalização, o global aparece como *os centros de produção de significados e valor que são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais* (BAUMAN, 1999, p. 9).

A fala da senhora entrevistada acima não ecoa sozinha. Ela está sintonizada a um eco global, de diversos dialetos e culturas, que hoje reproduzem valores de relações sociais cada vez mais á sombra da relação mercadológica de consumo.

Outro exemplo dessa força do poder global é a relação de poder estabelecida através da série de restrições conhecidas como Ajuste Estrutural vivenciadas pelos países considerados em desenvolvimento. São proposições de ações adotadas por representações dos centros, dos pilares, ou melhor, dos considerados países do Primeiro Mundo.

Na afirmação de Chossudovsky (1999), através desses programas denominados de Ajuste Estrutural e Estabilização Macroeconômica se tem a causa do que ele vai chamar de *processo de globalização da pobreza* que vem se efetivando desde o começo dos anos 80.

Numa dimensão local, esse pacote de ajustes estruturais tem contribuído para desestabilizar moedas nacionais e *arruinar as economias dos países em desenvolvimento* (CHOSSUDOVSKY, 1999). Esses seriam fatores que estariam desequilibrando a realidade interna desses países, culminado com o agravamento das condições sociais de igualdade.

Observamos que as referências de ideal de desenvolvimento são os dos países denominados de primeiro mundo. Eles são o modelo de desenvolvimento econômico de sucesso. Essas influências vão além, ultrapassam a esfera econômica, passando a ser modelos de comportamentos, de valores e ações. A centralidade da globalização está no global em detrimento do local.

Simbolicamente, para Bauman a idéia de local-global, remete também ao próximo-longe. Estas oposições trazem significados que desvendam um novo aspecto da interação social, ou seja, traz uma nova percepção sobre os novos trânsitos, a mobilidade entre fronteiras entre cultura e nações.

Assim, o perto ou próximo é o *usual, familiar e a obviedade, algo ou alguém que se vê, com que se lida e interage diariamente*. Enquanto o longe, é o *espaço onde se*

penetra apenas ocasionalmente ou nunca, no qual as coisas que acontecem não podem ser previstas. É está além do alcance, deslocado... (BAUMAN, 1999, p. 20).

É essa polaridade, que traz nas interações sociais uma das principais marcas da globalização que é a dimensão de um mundo fugidio e incerto. A subjetividade dos indivíduos na sua relação com o mundo anda entre a incerteza e a certeza, a autoconfiança e a hesitação. Esses são os pilares em que se estabelecem as relações sociais no contexto da globalização.

Citando Bauman:

É esta desconfortável percepção das coisas fugindo ao controle é que foi articulada num conceito atualmente na moda: **Globalização**. (BAUMAN, 1999, p. 20)(grifo meu).

Na abordagem do autor, as idéias transmitidas pela idéia globalização trazem um caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais. É a partir dessa dimensão simbólica dos indivíduos e de suas relações sociais, que autor denomina o que hoje se chama de **globalização**.

Diante do nível de desigualdades sociais, geradas através de um contexto de incertezas sobre a própria condição de sobrevivência, é que, para o autor, a sociedade vai se distanciando do ideal de construir um mundo melhor e diferente, de tornar semelhante às condições de vida de todos, em todas as partes do mundo oferecendo melhores oportunidades. Objetivos estes, relacionados aos pensadores dos ideais do mundo moderno, trazidos através do termo *Universalização*. Isso ficou para trás com a globalização, pois a globalização não busca essa unidade, ela une e separa ao mesmo tempo.

E assim, conclui Bauman (1999) que *uma das conseqüências fundamentais da nova liberdade global de movimento é que está cada vez mais difícil, talvez até mesmo impossível, reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva*. (BAUMAN, 1999, p. 77).

Carvalho e Guerra (2007) preferem denominar de Mundialização do Capital o momento dessas intensas transformações a que determinados autores chamam de globalização.

Carvalho (1995) justifica o uso do referido termo, afirmando que essa denominação, Mundialização do Capital utilizada pelo autor François Chenais, expressa

melhor essa nova etapa de internacionalização do capitalismo ora em curso, pois globalização é um *termo eivado de ideologia com um caráter apologético, que padece de uma falta de nitidez conceitual circunscrevendo um mito do nosso tempo.* (CARVALHO, 1995, p. 41).

Uma das principais marcas analisada por Carvalho e Guerra (2006) no processo de mundialização do capital é a contradição que se define no sistema do capital, concretizada na crescente presença de populações supérflua para o capital, processo decorrente da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

A vulnerabilidade do trabalho é um dos fatores principais das causas de pobreza que se afirma no contexto da globalização. Essa contradição é algo que podemos relacionar aos processos sociais vigentes como a afirmação do processo de desigualdades sociais, pobreza e exclusão. Este, para Carvalho (2006), trata-se de um momento peculiar na civilização do capital, um novo momento do sistema capitalista em que o capital se alicerça na ciência e na tecnologia, gestando imenso poder de dominação sistêmico. Nas palavras da autora:

Essas novas formas de dominação social vem à tona nos processos de reestruturação produtiva, na financeirização da economia, no padrão oligopolizado do aparelho produtivo em termos das grandes corporações, na intensificação da produtividade, através das forças produtivas cibernético-informacionais. (CARVALHO, 2006, p. 3)

As formas concretas de dominação social, enquanto consequência desse processo de mundialização do capital, seriam a vulnerabilidade do trabalho, concretizadas no desemprego formal e em outras múltiplas formas de precarização do trabalho, assim se daria a formação da população sobrando do capital, os descartáveis do capital, pois há uma incapacidade deste modelo de sociedade de incorporar o número considerável da força de trabalho.

É esse segmento, os que não conseguem retornar ao mercado de trabalho, que não encontra mais espaço nessa dinâmica da sociedade do capital, os quais Bauman vai denominar de *“refugo do capital”*, ou seja, uma população descartável não serve à utilização do capital e torna-se um ônus para a mesma.

Mais uma vez, temos a representação da condição de pobreza na sociedade contemporânea associada à incapacidade do indivíduo diante de uma crise, o que vulnerabiliza a sua inserção no mercado de trabalho.

Pudemos observar que atrás dessas categorias de análises, tanto globalização ou mundialização do capital, estão elementos fundantes que articulam a definição da condição de pobreza dos indivíduos: aspectos de direcionamentos sócio-econômicos-políticos, partilhados mundialmente nas agendas entre nações, que são atrelados a uma lógica de mercado excludente para os segmentos sociais que não lhes são usáveis. Como consequência, temos a representação do pobre que se constrói a partir da figura do incapacitado, inútil e perfeitamente dispensável a esse processo.

2.3_ O enfrentamento da pobreza na sociedade do capital: a categoria pobreza nas formulações do Banco Mundial

Organismos internacionais têm assumido um papel de visibilidade enquanto financiadores de combate à pobreza no Brasil e no Mundo. Ugá (2004) observa que, a partir dos anos 90, ocorre uma centralidade do conceito “pobreza” devido à sua grande utilização em relatórios desses organismos governamentais em documentos de formulações e avaliação de políticas públicas.

Dessa forma, hoje, organismos como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, dentre outros, têm grande poder de definição das estratégias de combate à pobreza e, com isso, são referências nas representações institucionais sobre o conceito de pobreza.

A base operacional e financeira das ações para lidar com a pobreza do Banco Mundial se dá através do Fundo Social, pelo qual, o Banco administra a estratégia de ação, desenha programas concretos e avalia os resultados. Geralmente, a ação de inserção social do pobre se dá através de capacitações voltadas à inserção no mercado de trabalho ou de consumo. Então, para esses organismos, a sua intervenção via tais políticas *“não deve se converter em prática ou poder político, mas numa prática de empresariamento, em que as agências competem entre si de forma a incorporar os pobres ao mercado e não ao Estado.”* (IVO, 2003, p. 11).

Vale ressaltar, que essas instituições são partes estruturantes no processo considerado mundialização do capital. Elas são uma espécie de representação do capital, presentes em países considerados pobres, onde “vendem” sua assistência e suas estratégias de combate à pobreza, de acordo com suas concepções do que venha a ser as causas de pobreza e como acreditam que os considerados pobres devem se portar dentro do contexto sócio-econômico.

No caso da América Latina, o Banco Mundial e o FMI passaram a ter um espaço de inferências nas ações contra a pobreza, a partir da constituição e afirmação da ideologia neoliberal nos países considerados em desenvolvimento, a qual teve início após a crise em torno do sonho do desenvolvimentismo dos anos 70.

A hipótese de Ugá (2004) é que a abordagem dessas instituições sobre pobreza, tem uma identidade própria que pode ser percebida a partir dos relatórios anuais de acompanhamento dos avanços da pobreza nos países financiados em suas políticas de combate à pobreza.

A mesma autora considera que as políticas de combate à pobreza têm sido apresentadas como um alerta para os efeitos sociais negativos da *globalização neoliberal* e, para os países em desenvolvimento, uma solução para os custos sociais decorrentes do ajuste percebidos nesses países. Porém, em sua concepção, tais políticas *são um elemento próprio de uma teoria presente nos documentos do Banco Mundial (...) elas formam um conjunto de políticas sociais voltadas exclusivamente para a compensação, cujo alvo, a pobreza, é conceitualmente construído e faz parte de um modelo de sociedade específico.* (UGÁ, 2004, p. 60-61).

Nesse modelo conceitual, a capacidade de empregabilidade do indivíduo é primordial e vai especificar os *pobres* nos relatórios. Assim, o mundo do trabalho estaria formado por dois tipos de indivíduos: *o competitivo*, ou seja, aquele capaz de atuar livremente no mercado, pois detém competitividade para conseguir o emprego; e o indivíduo *incapaz*, ou aquele que não tem empregabilidade, nem é competitivo, pois não pôde (ou não quis) investir em seu próprio capital humano.

Nas propostas direcionadas aos pobres pelo referido Banco podemos encontrar a definição de pobre como o indivíduo incapaz que não consegue ou não garante o seu

emprego nem sua subsistência. E, nas suas recomendações, é desse pobre que o Estado deve cuidar.

Autores consideram que nos relatórios de 1990 a 2001 a percepção sobre pobreza tem se modificado e os conceitos utilizados para qualificar a problemática também. Em 1990, o ser pobre tinha como sua principal potencialidade o tempo disponível para trabalhar. Assim, a educação seria o foco para tornar o indivíduo mais competitivo e, conseqüentemente, aumentar a empregabilidade. As promoções de políticas eram focalizadas no conceito de capital humano, este, por sua vez, centrado na educação e saúde.

Nessa compreensão, a saída para o pobre estaria em integrá-lo ao mercado. O indivíduo seria integrado, desde que tivesse capital humano adequado. Aqueles que não tivessem este capital seriam incapazes de atuar no mercado e configurariam a definição de pobres que o Estado compensaria com suas políticas focalizadas e com iniciativas visando aumentar o capital humano.

O relatório de 2000/2001 traz uma análise das experiências dos anos 90. Enquanto nos anos 90 priorizava-se a renda como fator indicador de pobreza, o relatório de 2001 passou a considerar a pobreza um *fenômeno multifacetado*, sendo este decorrente de *várias privações produzidas por processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si*. Assim, além da análise da renda, a pobreza passa a ser considerada como *ausências de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao risco*. (UGÁ, 2004, p. 59).

Esse pensamento é baseado na perspectiva do Amartya Sen, que entende o desenvolvimento a partir de um cenário onde os indivíduos consigam desenvolver suas capacidades sem restrições. Só assim se teria a plenitude da liberdade humana.

Em nossa concepção, a representação do pobre continuou sendo a mesma, a do incapaz, porém, nessa nova versão, a abordagem se volta a produzir capacidades ampliadas para que se justifique o direito da liberdade de escolha desse indivíduo sobre seu destino social.

Esse olhar vem fortalecer as pretensões de uma sociedade de forte teor individualista, pelos quais o indivíduo é responsável pela sua “desgraça” social. Mas, vale ressaltar, que o livre arbítrio pregado nesse modelo de sociedade, nem sempre é o que parece ser.

Esse discurso do indivíduo responsável por si próprio é prontamente reproduzido tanto no senso comum, como na teoria. Dentre as diversas representações do “ser pobre” há uma imagem do pobre como quem não lutou o suficiente para ter uma vida melhor.

Inclusive, uma das grandes críticas ao Programa Bolsa Família, considerado programa voltado aos pobres, é a de ser um programa assistencialista que não estrutura as famílias ou indivíduos a se responsabilizarem por si e por superarem a sua condição de pobreza.

Dentre as novas perspectivas trazidas pelas inferências de agências internacionais e suas estratégias de enfrentamento da pobreza, considera-se os *pobres como sujeitos potencialmente mobilizadores*, dizem Duhau e Shteingart (apud IVO, 2003).

Isso significa ver os pobres como sujeitos potenciais de mobilizar ações de superação de sua própria pobreza. Aqui entra o aspecto trabalhado nos últimos relatórios do Banco Mundial sobre a superação da pobreza com foco no desenvolvimento da capacidade dos indivíduos. Isso significa também, a ênfase no desenvolvimento de capacidades pré-existentes dos próprios pobres no provimento da sua condição social.

Ivo (2003) visualiza lados positivos e negativos nessa forma de tratamento dispensado ao pobre. Ou seja, a autora pensa que mobilizar o potencial dos pobres, nos termos da política neoliberal, implica aproveitar a capacidade existente nas comunidades, canalizando-a para resolver, a um só tempo, os problemas materiais da pobreza, da participação e da integração social através de sua inserção no mercado. É nessa perspectiva, da organização dos pobres na promoção de suas demandas e atendimento das suas necessidades básicas que se podem tirar questões positivas e negativas.

Negativas quando entende a pobreza como fenômeno localizado e residual, que é incompatível com progresso da sociedade industrial, avançando assim em políticas repressivas ou de gestão da miséria e assistência.

Por outro lado, a autora aponta como lado positivo a oportunidade de reverter os potenciais combativos e de resistência dos pobres em ativos e assim, tentar resolver sua própria condição de vulnerabilidade social. Ou seja, as políticas propostas pelo pensamento neoliberal são ações que consideram um potencial preexistente da população, como terra, casa, etc. Esses instrumentos são apropriados e reforçados de forma a integrar essa

população pobre ao mercado e assim, ter-se a possibilidade de ultrapassar a condição de pobreza.

Porém há uma ressalva, esse processo são estratégias voltadas para os pobres viáveis ou o que a autora vai denominar de “bons pobres”, que são aqueles que aparecem ao sistema como capazes de se transformarem em cidadãos-consumidores se integrando à sociedade de mercado e consumo. (IVO, 2003). O que não é o caso da maioria do público atendido pelo Bolsa Família.

Essa perspectiva atual do pensamento neoliberal, de investimento nas capacidades humanas, vem centrada na definição de vulnerabilidade social trazida pelo Banco Mundial. Sob esse ponto de vista, a vulnerabilidade não pode ser definida apenas pela dimensão da carência, mas implica também a força da resistência como capacidade de responder aos efeitos negativos produzidos pela consolidação de pobreza através das ações afirmativas.

A consideração do pobre enquanto sujeito mobilizador de potencialidades envolve o que as agências internacionais chamam de *ativos sociais*, ou seja, elementos econômicos e culturais que podem e devem ser identificados e mobilizados na hora de se buscar soluções para a pobreza junto aos pobres.

São especificados como ativos sociais dos pobres para as agências:

- 1- As atividades de trabalho, assalariadas ou autônomas que desenvolvem;
- 2- O capital humano em termos de habilidades e estudos;
- 3- Os asseis (ativos) produtivos, como casa, oficinas, etc;
- 4- A estrutura de relações familiares;
- 5- As redes comunitárias com capacidades de produzir soluções coletivas;

Não é à toa que ultimamente temos visto surgir várias iniciativas vindas de órgãos estatais ou de iniciativas privadas voltadas à formação de grupos de mútua ajuda, em que os indivíduos são percebidos em suas potencialidades e reunidos e financiados em torno de um meio de produção para gerar lucro para si, como estratégia da superação de sua pobreza.

Os projetos sociais têm desenvolvido essa perspectiva, tanto para grupos como para indivíduos. Os critérios de adesão são formação de grupos e auto-gestão deles. Os pobres como responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso.

Estes “*ativos sociais*” dos pobres considerados condições de participação dos pobres nos programas sociais, aparecem para Ivo (2003) como os aspectos dinâmicos da abordagem da pobreza, enquanto as questões estruturais da pobreza não aparecem.

Outro aspecto a ser abordado com relação ao enfrentamento da pobreza proposto pelas agências internacionais é a discussão sobre a governabilidade em relação aos programas.

Ugá reflete que a posição das agências de buscar uma superação do pobre a partir de políticas de participação, nem sempre é confortável para gestores e autoridades políticas. A ação de participação dos pobres como próprios superadores de sua pobreza significa um risco de perda de autonomia e de autoridade e por outro lado, podem abalar bases estruturais de dominação e reprodução de políticos conservadores que mantiveram, em algum momento, os pobres, na condição de sua clientela.

Na prática observada em campo, essa autonomia dos pobres para superar sua pobreza ainda é uma pretensão a ser alcançada. Nem mesmo a autonomia dos que estão inseridos em programadas sociais, ao se desligar deles, ocorre de fato, sendo essa uma preocupação observada nas próprias agências financiadoras.

Diante de todo o contexto exposto temos que, primeiro, as agências internacionais são atualmente, as grandes responsáveis por investimentos em países com elevado número de pobres, por financiamentos de programa voltados aos pobres, inclusive o PBF. São também direcionadores políticos externos, que “propõem” ou seria melhor, condicionam suas estratégias de ações a estes países.

É assim que temos constituído o modelo de abordagem e definição de pobre e da pobreza que lhe for conveniente. Atualmente, defendida como superação da privação de oportunidades, liberdades e capacidades, a pobreza, se apresenta nas representações institucionais adequadas a esse conceito, porém numa realidade que não afirma a mesma coisa.

A lógica, não é diferente da observada, no caso dos pobres do Bolsa Família. Estes são inseridos enquanto pobre, porém o objetivo de sua passagem pelo programa é que eles saiam como pobres cidadãos, com fortalecimentos de suas capacidades e com condição de auto-sustentabilidade.

Nesse sentido, Alba Carvalho (2006) trata de uma contradição ou, em suas palavras, de uma “*paradoxo*” diante dessa realidade de inserção desses sujeitos. No enfrentamento das desigualdades no Brasil temos nos últimos vinte anos, uma tensão na confluência entre o ajuste estrutural e o processo de democratização.

Ivo (2003), em seu texto sobre as políticas de combate à pobreza na América Latina, também observa essa tensão no contexto dos anos noventa. O enfrentamento da pobreza através de políticas de focalização proposta por agências internacionais, para a autora, traz um paradoxo localizado na inversão entre o regime político democrático, recentemente conquistado, que tende “*incluir*” politicamente e ampliar a cidadania e, de outro lado, a dinâmica de uma economia, historicamente responsável por produzir altas taxas de desigualdades, a massa de excluídos atualmente exposta e negar, assim, a cidadania inscrita em regras e direitos sociais conquistados.

É nesse jogo de tensão social que se constituem a identidade do ser pobre num amplo leque de discussões tecnocratas e políticas. A construção do que venha a ser pobre e pobreza se insere de maneira taxativa para representar um segmento da população, que muitas vezes fica a reboque de conceitos outros, sem que suas percepções sejam observadas.

Nesse sentido, parece-nos que o delineamento do pobre por parte das agências internacionais parece ser um critério político de sobrevivência econômico-social delas próprias e não da superação da pobreza, pois os pobres nas entrelinhas dos conceitos são vistos como “*potenciais*” a serem transformados no formato “*ideal*” para usufruto dessas agências e não para realidade sócio-cultural dos pobres atendidos.

Capítulo 3

RE-SIGNIFICAÇÕES DA CONCEPÇÃO DE POBREZA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

3.1_ Bolsa Família: tentativa de novo olhar no tratamento da pobreza

O Programa Bolsa Família (PBF) é considerado hoje, no cenário político brasileiro, o programa de transferência de renda de maior alcance às famílias consideradas pobres que estão distribuídas em todo território nacional. O Programa atende o número de 11.46.468 milhões de famílias localizadas na maioria dos municípios brasileiros. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MSD, 2007).

O PBF foi criado em outubro de 2003 e unifica os programas considerados não institucionais de transferência de renda até então vigentes como, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

Oficialmente, o Programa Bolsa Família é definido como programa de transferência de renda direta com condicionalidades, o qual beneficia famílias pobres e extremamente pobres e tem como foco central a superação da fome e da pobreza. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007).

Como um programa especificamente voltado aos pobres, tem como principal código de acesso a apresentação e a comprovação da condição de pobreza, exigências dos critérios estabelecidos. Dessa forma, a inserção no programa é definida pelo grau de pobreza percebida na fase de efetivação do cadastramento para o programa.

Atualmente, quando se fala em pobreza há uma associação direta com o Programa Bolsa Família. Assim, estar no PBF se configura como indício de pobreza. Conforme último levantamento do Ministério de Desenvolvimento Social, realizado em agosto de 2007, o alcance do programa às 11 milhões de famílias, significa 45,8 milhões de “beneficiários”, resultando numa transferência de renda de R\$ 9 bilhões anuais. (O POVO, 2007).

Nesse sentido, podemos considerá-lo como o maior programa voltado ao combate à pobreza em execução no Brasil. Pelo alcance aos onze milhões de famílias e,

principalmente, por interferir diretamente nos processos de sociabilidade na dinâmica social de milhares de indivíduos, o que culmina por inferir nas concepções do “ser pobre” e da “pobreza”.

Ser um “usuário” do Bolsa Família constitui-se, hoje, numa identidade social, principalmente entre os considerados pobres. O fato do programa ter um repasse de renda fixa às famílias, faz com que as famílias inseridas no programa desfrutem de certo *status* social diante daquelas que ainda não conseguiram estar no programa ou aquelas que têm outras fonte de renda para sobreviver. Assim, a representação sobre pobreza está no cerne da contextualização do PBF por ele representar todos esses fatores e dividir opiniões sobre a sua metodologia de execução e sua maneira de tratamento à pobreza.

O critério utilizado como identificação da pobreza no Bolsa Família é a renda *per capita*. Assim é estabelecida a fronteira que diferencia o “ser pobre” para o programa. Os critérios afunilam os que apresentam maior situação de pobreza dos que são interpretados pelos critérios, como “menos piores”.

São identificadas e classificadas como famílias pobres aquelas com renda mensal por pessoas de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 e, extremamente pobres, as famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa. (Ministério Desenvolvimento Social, 2006).

Podemos observar um diferencial de abordagem do PBF em relação aos demais programas, qual seja o fato de eleger a família como cerne de observação da condição de pobreza. O que pode ser entendido como uma tentativa de superar o processo de fragmentação de políticas direcionadas especificamente aos membros da família como por exemplo, programas voltados à criança, aos adolescente, aos idosos etc. (Cohn, 2004, p. 9).

O olhar do programa ao trabalhar a pobreza a partir da família resulta na associação com outros programas denominados programas complementares. Tais programas procuram inserir todos os membros das famílias visando constituir as “portas de saídas” ou a autonomia das famílias em relação ao programa.

O PBF identifica os seguintes pontos como primordiais para superação da pobreza:

- 1- Transferência direta de renda à família, como meio de “alívio imediato da pobreza”;
- 2- Trabalhar com noção de direitos básicos em áreas como Saúde, Educação;

3- Trabalhar com programas complementares para que as famílias superem sua condição de vulnerabilidade. Dentre as ações dos programas complementares está geração de trabalho e renda, da alfabetização de adultos, do fornecimento de registro civil e demais documentos.

A intersetorialidade é uma das características do Bolsa Família. As ações demandadas entre diversas instituições públicas. Além do MDS, participam da execução do programa o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Estes dois têm o papel de fiscalizar as condicionalidades estabelecidas no programa, como veremos mais a frente.

Para entendermos melhor o sentido e a dimensão social da conceitualização da pobreza proposta pelo Bolsa Família junto ao seu público atendido, faremos uma contextualização da concepção de pobreza em outros programas anteriores ao Bolsa Família, que culminaram na proposta do Bolsa Família tal qual ela se apresenta agora.

O Programa Bolsa Família está inserido no Programa Fome Zero que é o programa chave da atual gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ao ser eleito para seu primeiro mandato, Luís Inácio tomou como bandeira o discurso do combate à fome no país, como maneira de reduzir os efeitos da desigualdade social.

O Programa Fome Zero chega a agenda política baseado em diversos estudos científicos que concebem a pobreza como falta de subsistência mínima de sobrevivência. São pesquisas em que a pobreza é representada como vulnerabilidade à fome.

Uma delas foi a pesquisa vinculada em 1999 feita pelo Instituto Cidadania que estimou 9,3 milhões de famílias e 44 milhões de pessoas muito pobres com a renda familiar *per capita* abaixo de um dólar por dia (BELIK,SILVA,TAKAGI, 2001). Estes autores defendem que os dados científicos são unânimes ao mostrar que o problema da fome no país está intimamente ligado à falta de renda para se alimentar adequadamente e é, exatamente, a falta de renda que é traduzida em pobreza.

Dessa forma, o programa Fome Zero que abriga o PBF tem como foco a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e o combate à fome no Brasil. Assim, a construção da categoria pobreza no âmbito das políticas públicas se dá através das necessidades básicas e da emergência de assistência aos pobres. Em outras palavras, a construção da representação pobreza e do ser pobre está diretamente associada ao pressuposto da falta, à vulnerabilidade social e à assistência.

Oficialmente, quando se tem a pobreza relacionada diretamente às necessidades nutricionais, significa um estado de indigência ou de pobreza extrema. Os indigentes representam um subconjunto dos pobres. Nesse grupo estão aqueles cuja renda é inferior a necessária para atender pelo menos às necessidades nutricionais. (ROCHA, 2005).

As representações da pobreza, concebida como o combate à fome nas políticas públicas, são divididas em três momentos na história brasileira (BELIK, SILVA, TAKAGI, 2001). Até os anos 30, os problemas de abastecimento estavam associados à oferta de alimentos para o grande número de pessoas que cresciam nas grandes metrópoles. Até o final dos anos 80, a fome passa a ser um problema de intermediação. Por isso, as políticas se voltaram para regulação de preços e controle de oferta. Nos anos 90, a expectativa passa a ser relacionada ao crescimento econômico como meio de emancipação e cidadania para os pobres.

Apesar das variações, a representação da pobreza como falta de alimentação permanece. É, nesse sentido, que continuam a se desenvolver experiências voltadas aos considerados pobres a partir desse foco. Muito embora, os programas tenham agregado outras concepções na maneira de abordagem junto aos pobres como a inserção do debate sobre a cidadania como direito aos pobres.

No período entre 1992 e 1994, o Brasil, é marcado pela luta contra a fome, tendo como destaque a atuação do sociólogo Betinho, que liderou a campanha intitulada Ação da Cidadania Contra à Fome, a Miséria e Pela Vida. Esse foi um processo de sensibilização e propagação da questão da fome em meio a sociedade.

A campanha ficou conhecida, no senso comum, como a Campanha do Betinho. Durante esse período houve uma efervescência de mobilizações da sociedade civil na discussão em torno do tema da pobreza e dos pobres retratados como fome e miséria.

Com intuito de minimizar a fome dos “pobres” várias campanhas lideradas por redes de televisão e artistas também surgiram com o objetivo de angariar alimentos a serem distribuídos entre os pobres. Algumas das campanhas eram vinculadas em datas que simbolicamente resgatavam o sentido cristão de partilha e solidariedade, como o caso da campanha Natal Sem Fome.

O pobre, dessa forma, vem simbolicamente representar a figura de um cristo crucificado pela sua condição de miséria, pelo contexto da total desvalia com que vive, pela inviabilidade social que lhe foi destinada.

Doar alimentos parece ser uma forma de estar sinalizando que “cumpri a minha parte, faço parte dessa história e socialmente estou sendo cobrado a intervir nela, então irei”. Há, dessa forma, um apelo coletivo de responsabilização do *eu* pela pobreza do *outro*. Ao mesmo tempo, a solidariedade e partilha coletivas com os pobres não deixa de ser um ato político, que pretende sinalizar ao poder público a ocupação de um espaço teoricamente destinado ao Estado.

Os autores (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001) avaliam que o movimento da Ação da Cidadania contra à Fome, a Miséria e pela Vida resultou na criação da primeira política nacional de segurança alimentar na gestão do então presidente, Itamar Franco, em 1993, que foi o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA. O CONSEA era constituído pelo Estado e Sociedade Civil e tinha como objetivo coordenar a implantação do plano nacional de Combate à Fome e a miséria em princípios de solidariedade, parceria e descentralização (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001, p.124).

Logo mais tarde, dois anos após, o CONSEA foi extinto para criação do Conselho Comunidade Solidária. Este novo conselho trazia a proposta de um “novo” formato de políticas voltadas aos pobres baseado na fragmentação das diversas políticas públicas. Podemos citar como exemplo, a extinção do INAN em 1997, que depois foi sendo aos poucos retomado através do chamado Incentivo ao Combate às Carências Materiais – ICCN.

Essas transições e extinções vão agregando e fundindo programas e ações e contribuindo para direcionar a extinção da assistência aos considerados pobres através da distribuição de itens como alimentos e outros para chegar a um valor em dinheiro que correspondesse ao custeio mínimo das necessidades básicas.

Assim, o então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso (FHC) substituiu gradativamente o ICCN por um programa de renda mínima, o Bolsa-Saúde, porém, a permanência de distribuição de cestas básicas foi mantida.

Nesse contexto, em 1999, surgiu mais um programa chamado Programa Comunidade Ativa (PCA) que tinha como foco a atuação em Municípios com baixo IDH.

Esse programa liderado pela primeira dama do país a antropóloga Ruth Cardoso envolveu, inclusive, a comunidade acadêmica, visitando e realizando oficinas de formação e capacitações às localidades consideradas com altos graus de pobreza.

Logo após, o PCA é incorporado pelo Programa Alvorada. Mais tarde, Fernando Henrique elimina o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PRODEA, o que finalizou com a distribuição de cestas básicas aos pobres. A proposta do Governo ao desativar o PRODEA era, gradativamente, transferir as famílias para outros programas sociais de transferência de renda como Bolsa Alimentação e o Bolsa-Escola, este criado a partir de 2001.

Diante desse cenário, aos poucos, tem-se uma mudança de foco institucional de tratamento aos pobres. Os programas considerados de teor assistencialista são substituídos por programas de transferência de renda.

A construção institucional de atendimento aos “pobres” vai se constituindo, assim, na ótica da assistência emergencial, do limite, do agora, da fome, do “aperreio”. No contexto da Campanha contra a Fome e dos apelos públicos para o tratamento da pobreza enquanto cidadania, os tons das políticas institucionais voltadas aos pobres apontam duas perspectivas neste momento: 1) O esvaziamento das políticas universais sendo substituídas por políticas compensatórias locais, focalizadas e geridas pelos municípios; 2) A tendência de substituição de programas baseados na distribuição em bens em espécie (cestas básicas) por valor em dinheiro. (LOBATO apud BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001)

O Programa Bolsa Família, aparece como unificando esse contexto, apresenta-se como proposta que unifica alguns aspectos de programas anteriores e consolida a transferência de renda como método da relação institucional com os considerados pobres.

Essa mudança institucional de abordagem da pobreza marca a transição dos programas voltados aos pobres baseados na distribuição de “bens em espécie” para outro momento de concepção de assistência aos pobres que são os programas baseados na transferência de renda.

O processo de representação da pobreza nas políticas públicas passa de uma pobreza do *mínimo vital*, em que a distribuição de alimentação é tida como fator básico, para uma relação baseada na capacidade dos considerados pobres autogerir sua pobreza, suas necessidades básicas através dos recursos recebidos.

Temos então, que a compreensão das representações da pobreza, num contexto atual, dá-se no âmbito do entendimento das relações estabelecidas nos programas de transferência de renda como o Bolsa Família junto à população de baixa renda, o que eles propõem e o que representam na dinâmica social dos pobres e na constituição das suas representações sobre pobreza.

3.2_ Re-significações da pobreza: políticas de transferência de renda como o “alívio da pobreza”

Nosso intuito ao dar um recorte às políticas de transferência de renda tem alguns objetivos. Apesar de nosso foco da pesquisa não ser a pobreza em si, mas as representações dos atores considerados pobres sobre a pobreza, entendemos que é primordial focarmos alguns elementos que influenciam nesse processo de construção de tais representações.

Segundo Lima (2003, p. 31) as condições de vida, as práticas e as mediações simbólicas com as quais os pobres pensam a pobreza levam à construção de referência de mundo. E entender o que pressupõe, num contexto sócio-político, essa proposta de erradicação ou minimização da condição de pobreza dos “pobres” através da transferência de renda é essencial para entendermos como se constituem socialmente os elementos simbólicos e representações da pobreza.

As políticas de transferência de renda percebem a pobreza a partir da avaliação da renda dos indivíduos e/ou famílias e chegam ao cenário político como proposta de combate à pobreza, o que se insere num processo global de novas transformações sociais sobre políticas voltados aos pobres.

O público a que se destina a transferência de renda no Brasil vem de um contexto de exclusão do mercado de trabalho formal, devido à consequência de uma nova face das exigências mercadológicas de inserção. São indivíduos em que os membros da família são, na maioria, desempregados e que buscam através de suas estratégias e “re-significações” da existência social, a sua sobrevivência.

A transferência de renda entra no cenário de políticas sociais institucionais no Brasil com maior ênfase a partir dos anos 90, passando, assim, a contribuir para construção social do conceito de pobreza. Amélia Cohn (2004) avalia que a ênfase dada à transferência

de renda nesse período deve-se à transição dos anos 80 para os anos 90, em que a intervenção estatal passa a entender a questão da pobreza com uma diferença que aparece no cenário como aumento da pobreza extrema e massificada.

Institucionalmente, os programas de transferência de renda são considerados um método de “alívio imediato” à condição de pobreza dos indivíduos. Assim, o trato a condição de pobreza do indivíduo se constitui como uma emergência pontual de aquisição de renda para manutenção básica das necessidades para os indivíduos tidos como pobres. O propósito de tais programas é a superação, ou melhor, a transição da condição emergencial dos atendidos através dos programas denominados “portas de saídas”.

As práticas de ação social no Brasil inseridas num sistema de proteção social aos indivíduos, ainda segundo a autora, são caracterizadas por dois traços fundamentais, um sob o ponto de vista da gestão desses programas, e o outro sob o ponto de vista político.

Com relação à *gestão*, há um contexto de ações segmentadas e setorializadas, em que os programas sociais tornam-se competitivos entre si, sobrepondo-se, muitas vezes, uma ação sobre outra. Sob ponto de vista *político*, existe o traço clientelista, que, para autora, sempre favoreceu a reprodução de uma subordinação dos segmentos pobres à vontade das elites, os quais, com frequência, construíram sua dependência com relação ao Estado, o que tornaria os pobres literalmente clientes do Estado.

Em seus escritos, Bauman identifica um segmento social que o mundo moderno trata como *redundantes*. Essas pessoas seriam aquelas que estariam fadadas a serem descartadas por não servir mais a lógica do mundo do capital. Assim, *ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser descartável* (BAUMAN, 2005, p. 20). Além de tudo, elas são consideradas um problema financeiro, pois precisam ser alimentadas, calçadas e abrigadas.

Ser redundante pode significar estar desempregado, ou seja, não servir de mão-de-obra para o mercado. Numa sociedade onde o trabalho tem se tornado *status* social, estar desempregado faz parte do universo simbólico da pobreza e da inferioridade. Para Bauman a noção de:

desemprego herdou sua carga semântica da autoconsciência de uma sociedade que costumava classificar seus integrantes, antes de tudo, como produtores, e que também acreditava no pleno emprego não apenas como condição desejável e atingível, mas também como seu derradeiro destino.

Uma sociedade que, portanto, classificava o emprego como uma chave para solução dos problemas ao mesmo tempo da identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva da ordem social e da reprodução sistêmica. (BAUMAN, 2005, p. 19)

Para os “pobres” do Bolsa Família a renda transferida do referido programa, algumas vezes, é a única de que dispõe para lidar com suas necessidades básicas. Em muitos casos, os membros da família não têm renda fixa e, para sobreviver, são pedintes, catadores de lixo ou fazem algum “bico”. Porém, é perceptível dentre os indivíduos entrevistados a esperança e o desejo de obter um trabalho com renda fixa, ser assalariado. Dessa forma, o trabalho ainda é visto como um meio de inserção social e de mostrar valores morais para os pobres. Como diz uma das entrevistadas que vê no salário a única forma de sair do estigma de ser pobre:

Eu só acho que uma pessoa não vai ser pobre, não vai ser e nunca será, se ganhar um salário digno que dê para manter sua família. Enquanto isso existir (baixo salário), um salário micho para sustentar 4 ou 5 pessoa para comer, não vai nunca (deixar de ser pobre), isso vai continuar, a pobreza vai continuar (enfática), os pais de família sentem na pele a tristeza de não poder manter sua família. (Usuária do PBF em Fortaleza).

Para as famílias, os recursos recebidos através de programas de transferência de renda representam, como o próprio conceito da proposta da transferência de renda diz, um grande “alívio de sua pobreza”, mesmo que seja por um curto espaço de tempo em que elas estejam de alguma maneira inseridas em atividades proporcionada pelo fato de receberem a renda.

Algumas revisões de literatura apontam a grande concentração de renda como responsável pelos elevados índices da condição de pobreza no Brasil. Na visão dos autores Barros, Henriques e Mendonça (2000), os elevados níveis de pobreza têm como determinante a estrutura de desigualdade social brasileira, que estaria focada na ausência de distribuição de renda e oportunidades de inclusão social.

Além disso, eles acreditam que a condição de pobreza no Brasil não pode estar associada apenas a escassez absoluta ou relativa de recursos, pois apesar do Brasil apresentar contingente populacional abaixo da “linha de pobreza” ele não pode ser

considerado um país pobre e sim um país com elevado número de pessoas consideradas pobres.

Assim, os autores decompõem a pobreza brasileira em dois fatores: 1) A baixa renda *per capita* brasileira e 2) Elevado grau de desigualdade na distribuição de recursos existentes no Brasil. Para os referidos autores, a distribuição de renda adequada é uma saída para se ter impacto relevante sobre a pobreza.

A desigualdade de renda brasileira se apresenta numa proporção de um nível elevadíssimo. A renda apropriada pelo grupo 1% mais rico da população é igual à renda apropriada pelo grupo 50% mais pobre. Isso significa que, se compararmos esses dados aos obtidos no plano internacional, através de dados do IPEA, dos países pesquisados 95% deles apresentam concentração de renda menor que o Brasil. Os especialistas apontam que mantendo um passo acelerado de redução da desigualdade, seria necessário 20 anos para o Brasil chegar a uma distribuição compatível com os países de mesmo nível de desenvolvimento do Brasil. (IPEA, 2006, p. 9)

Sob esse ponto de vista, o crescimento econômico aparece como ponto chave, porém apenas o desenvolvimento não basta. Ele deve vir acompanhado de meios de transferência de renda para se ter algum impacto sobre a pobreza.

Ao distribuir renda para os pobres, eles poderão partilhar do consumo básico para sua sobrevivência e, dessa forma, estarão “inseridos” no circuito de uma dinâmica econômica que, numa sociedade do “dinheiro” e das trocas monetárias, para uma sociedade do capital, pode representar a inserção social do indivíduo.

Ver o dinheiro, como uma moeda de inserção social é uma realidade sentida também nos depoimentos dos considerados pobres, inclusive os do Bolsa Família que chegam a medir sua dimensão de sujeito social e sua relação com o mundo a partir da relação com o dinheiro:

... hoje quem manda a mola mestre do mundo é o dinheiro, você não vai a canto nenhum, não resolve nada se não tiver dinheiro... (Usuária do PBF em Fortaleza)

A partir da dimensão simbólica que o dinheiro exerce nas relações sociais como meio de inserção ou não, a partir do poder de consumo, podemos perceber no depoimento

acima o quanto a inserção num programa de distribuição de renda pode ser fundamental para constituir uma relação de pertença aos laços de sociabilidade.

Os programas de transferência de renda não são aceitos por todos os seguimentos da sociedade. Alguns argumentam que ao Estado não cabe “sustentar” pessoas e sim constituir um cenário favorável para que elas obtenham um emprego ou ocupação e, assim, gerem renda e sejam merecedoras do que recebem.

Através das relações estabelecidas pelo Bolsa Família, podemos visualizar que significado atribuem os considerados pobres ao Estado no momento em que este se aproxima da realidade social desses sujeitos. O ato de estar transferindo renda às famílias é reconhecido pelos inseridos no programa como motivo de gratidão é uma “*bondade do governo*”. Às vezes não se questiona nem o valor recebido, mas o ato de se estar dando alguma coisa aos pobres:

... Ahhh!!!! 75 a mais minha filha! (sobre o valor recebido no programa), se fosse 1 (real) eu podia dizer que já era lucro, imagine 75. (Usuária do PBF em Fortaleza)

Dessa forma, para ser pobre no contexto de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, faz-se necessário apresentar-se dentro dos critérios institucionais, dentre eles se destacam as condicionalidades, como veremos a seguir. Assim, as relações entre o PBF e os considerados pobres passam por critérios, por um contrato de deveres e obrigações que são estabelecidos com os usuários ao serem inseridos no programa.

3.3_ Condicionalidades: superação da condição de pobreza à condição de cidadãos

Dentre os critérios estabelecidos pelo PBF, as condicionalidades merecem atenção especial, pois elas retratam as condições estabelecidas pelo programa para que as famílias permaneçam inseridas ou não. Ou seja, é uma espécie de contrato entre o usuário e o programa para que ele seja acompanhado durante todo período em que estiver no programa,

através do cumprimento de regras concebidas pelo programa como essenciais para que as famílias em situação de pobreza iniciem um processo de emancipação.

Diante dos novos formatos de programas voltados aos pobres, as condicionalidades são um dado importante, porque interferem diretamente na relação e na maneira como os indivíduos se apresentarem enquanto pobres.

No Bolsa Família, as condicionalidades estão diretamente relacionada às crianças, aos adolescentes, às grávidas e às mães em estado de amamentação. Na olhar do programa, são as condicionalidades que farão as famílias pobres inseridas experimentarem o exercício de cidadania em seus direitos sociais, principalmente, os de saúde e educação:

As condicionalidades são compromissos que devem ser cumpridos pela família para que possa receber o benefício. O objetivo das condicionalidades é assegurar o acesso dos beneficiários às políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência social. E dessa forma promover a melhoria da situação de vida da população beneficiária e propiciar as condições mínimas necessárias para sua inclusão social sustentável. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006).

Através da condicionalidade é determinada uma regularidade com que membros das famílias devem freqüentar os serviços médicos e a escola. Assim, o fato do programa exigir que a família tenha gravidez segura e assistida, bem como todos os filhos na escola fortalece indícios de que estas últimas gerações tenham condição de romper o ciclo da pobreza, ou seja, as condicionalidades podem produzir uma ruptura com o ciclo de pobreza entre as gerações das famílias assistidas pelo programa.

Dessa forma, as condicionalidades têm o objetivo de envolver todos os membros da família em serviços que levem a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. As condicionalidades estabelecidas para os considerados “pobres” que estão no Bolsa Família são as seguintes:

Na educação:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
- Garantir freqüência escolar de 85% da carga horária mensal do ano letivo;

- Informações sempre que ocorrer mudança de escola, para que continue o acompanhamento da frequência escolar;

Na saúde:

- Inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas, comprovando com o Cartão da Gestante;
- Participar de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

O ato de descumprimento das condicionalidades é entendido pelos gestores do programa, como um alerta para a possibilidade da família estar vivendo uma “*situação de risco*”. Nesse caso, é necessário conhecer as causas e corrigir a situação irregular que está se pondo.

No caso de ocorrência e/ou descumprimento das condicionalidades, os recursos recebidos pela família ficam sujeitos a “sanções”, que podem se dar de maneira gradativa. Num possível primeiro descumprimento, a família receberá uma advertência, o que não afeta ou altera o recebimento do benefício; se a ocorrência se repetir, os recursos serão bloqueados por 30 dias, porém, com o recebimento da renda retida no mês seguinte; em caso de reincidência, a família terá os recursos suspensos por 60 dias. Chegando ao quinto caso de descumprimento, a família poderá ter o “benefício” cancelado. Em todos os casos de sanções, há um registro por escrito com notificações aos representantes legais da família.

Além das condicionalidades, existem outros meios de controle e seleção dos usuários do Bolsa Família, como o Cadastro Único de Informações, o CadÚnico. Neste cadastro estão todas as informações das pessoas usuárias do Bolsa Família. É através do acesso as informações cadastradas no CadÚnico, que são selecionadas as famílias para compor o Bolsa Família, ou seja, a chamada “*elegibilidade*” a partir do Cadastro Único.

Assim, a seleção do público a ser atendido pelo Bolsa Família considera o orçamento disponível e as metas de expansão do Programa em cada Município onde é implantado. Em cada município, é elaborada uma estimativa do número de pobres, como também uma meta de alcance de atendimento a esses pobres,

Resumidamente, abaixo está o quadro da elegibilidade e os recursos voltados aos indivíduos/família em situação de pobreza que ingressam no Programa Bolsa Família:

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças / adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrizes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 Membro	(1) Variável	15,00
		2 Membros	(2) Variável	30,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	45,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	50,00
		1 Membro	Básico + (1) Variável	65,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	80,00
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	95,00

Fonte: MDS (www.mds.gov.br acessado em 16 de Março de 2007)

O enfoque dado a determinadas intervenções políticas junto a grupos considerados vulneráveis socialmente traz uma concepção da política adotada por critérios e condicionalidades articulada quase sempre a partir de uma visão da macropolítica, das grandes estruturas e conceitos. Esse é um fator que faz com que as concepções técnicas dos programas voltados aos pobres se distanciem, muitas vezes, das representações, das construções sociais em que os indivíduos estão inseridos.

Baley (1971) em seu estudo sobre processos de reputação em “comunidades”, atenta para a importância do conhecimento dos costumes e hábitos que integram os jogos políticos constituídos a partir das vivências de um grupo social. Nessa perspectiva, a sinalização de códigos que se constituem em espaços sociais, os jogos e as regras

estabelecidas na dinâmica social fazem parte do processo de representações em que os indivíduos percebem o mundo.

Para Baley (1971), reconhecemos os espaços sociais a partir do conjunto comum de categorias com as quais eles nomeiam o social e o mundo natural ao redor deles, assim eles partilham coisas boas e coisas más. Esses aspectos constituem a *“pequena política” estabelecida pelos indivíduos em seus universos social*. É essa dimensão da *“pequena política”* que muitas vezes não é considerada na hora de elaboração e planejamento de políticas públicas.

Outra questão que se impõe é estarmos atentos para a relação entre indivíduos e políticas sociais mediada por esses processos de condicionalidades e resultante dos critérios exigidos no programa. Até que ponto as condicionalidades estabelecidas pelo programa contribuem, de maneira efetiva dar aos indivíduos uma percepção de direitos e deveres da cidadania.

Cohn (2004) concorda que as condicionalidades dos programas de transferência de renda seriam o mecanismo que levaria as famílias a alcançar a condição de cidadãs. Assim, as condicionalidades não devem ser entendidas como fatos Impositivo e Punitivo, mas realmente como uma oportunidade de vincular políticas ao acesso de bens e serviços essenciais de caráter universal como educação e saúde.

Através das condicionalidades, retrata-se o olho institucional do programa em torno do indivíduo, constituindo um controle, que culmina na própria vigilância do indivíduo com ele mesmo e com todos a sua volta.

Capítulo 4

O “SER POBRE” NO UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

4.1_ Representações sociais: uma leitura possível da pobreza

A proposta de uma aproximação metodológica a partir das representações sociais tem como objetivo compreender a constituição das representações da pobreza pelos considerados pobres, tendo como campo empírico o Programa Bolsa Família (PBF).

O espaço empírico foi fundamental para o encontro do presente objeto de pesquisa com a observação através das Representações Sociais. Foi percebendo os meandros das relações estabelecidas entre os considerados pobres e as equipes do Programa Bolsa Família, que despertamos para a riqueza dos significados, dos corpos, das falas, dos encontros e dos valores ali estabelecidos.

Nosso recorte analítico, sob a ótica da constituição das representações sociais se dá numa tentativa de perceber que fatores, simbologias denominam e legitimam a “*identidade social*” (GOFFMAN, 1985) do “pobre” e da pobreza de indivíduos inseridos no PBF. Em nossa perspectiva, são esses processos de representação e identidades sociais que atuam sobre a realidade destes mesmos indivíduos na sua maneira de comunicação com o mundo.

Como afirma Therrien, “*a construção do conhecimento a respeito dos discursos que são formulados sobre a realidade que vivemos é resultante de um processo de esforço de apreensão*”. Dessa forma, “*atribuir, classificar, inferir são algumas das atividades que realizamos para nos comunicar com o mundo e entre nós mesmos, criando sentidos para o que sentimos, fazemos e pensamos.*” (THERRIEN, 1998, p. 12)

Nesse sentido, consideramos como uma das mais recorrentes representações sociais da pobreza, a sua associação ao pressuposto da falta, da carência material e da ausência de direitos sociais. Sprandel (2004) postula, que esse processo faz parte de um processo de “*naturalização da pobreza*” e está associado a uma noção de pobreza tecnicada e globalizada.

Nesse sentido, Lima (2003) acrescenta em seus escritos que numa abordagem de caráter naturalizador da pobreza, corremos o risco de enfatizar o conhecimento das

determinações socioeconômicas das condições de pobreza, em detrimento do conhecimento dos próprios pobres.

Ocorre, que tanto a pobreza como os considerados pobres estão envolvidos numa teia social complexa de uma diversidade de fatores, assim sendo, nem sempre podemos dissociar uma coisa da outra. Tal fato tem sido evidenciado durante séculos em que os pobres e a pobreza são focos de uma problemática social. Porém, a abordagem de uma perspectiva centrada apenas no aspecto material de determinação socioeconômica do “pobre” ou da pobreza pode desconsiderar outros determinantes importantes à margem da discussão.

Refirimo-nos, especificamente, ao processo cultural e simbólico das vivências e experiências que vêm sendo acumuladas pelos sujeitos sociais que, historicamente, vêm sendo denominados “pobres”. Quantas vezes nos perguntamos, mediados pelo teor metodológico, que representação os pobres fazem da sua condição de pobreza? Que valores se constroem a partir desta identidade? Afinal, o que é “ser pobre” na perspectiva de um “pobre” que participa de um processo de inserção de um programa de transferência de renda no Brasil?

É a partir desse encontro de perspectivas que as representações construídas nas relações sociais cotidianas são pistas importantes, não apenas no sentido de buscar respostas efetivas para causas e conseqüências da condição de pobreza, mas na direção de um olhar possível de compreensão sobre o fato.

E é sob esse aspecto que abordaremos as representações sociais, como *um* dos olhares possíveis para aproximação com o nosso objetivo que é entender quais processos de representação da pobreza é constituídos pelos considerados pobres no âmbito do programa Bolsa Família.

A noção de Representações Sociais a partir do ponto de vista de Jochelovitch é entendida como “*estratégias desenvolvidas por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente*”. (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 81).

A definição da autora traz elementos importantes para pensarmos que processos sociais inserem os “pobres” socialmente, uma vez que outra recorrente representação da pobreza dos dias atuais, que abordaremos aqui, se configura na pobreza entendida como

exclusão social, em que considera-se que a exclusão ocorre devido a combinação de diversos fatores, como a falta de recursos materiais ou o fato de não poder manter-se num perfil das exigências de um padrão social de referência socialmente legitimado.

O que presenciamos no cadastramento do Programa Bolsa Família foi uma interação constante entre atores sociais: de um lado a instituição e, de outro, os “pobres”. Estes, através de suas representações, demarcavam seu espaço social através da oportunidade de estar num programa de distribuição de renda. Uma oportunidade que lhe chegava, a nosso ver, de maneira curiosa, que é a obrigação de se provar como pobre merecedor.

Nesse sentido, os considerados pobres vivenciam processos ativos de atuação dentro de sua realidade. Parece-nos que, para os considerados pobres, há uma exigência constante de representação da sua pobreza, como uma das formas possíveis de estarem inseridos em políticas públicas. Como tal, são mediadores de sua própria existência a partir de sua identidade.

No caso dos “pobres” do Bolsa família, esse processo de mediação junto ao programa se dá não apenas por comprovações burocráticas e documentais de renda, mas adentra outro universo, o universo do que Bourdieu vai chamar de *economia dos bens simbólicos*.

Para o referido autor, “o universo econômico é feito de vários mundos econômicos, dotados de **racionalidades** específicas, que supõem e exigem, ao mesmo tempo, disposições **razoáveis** (mais que racionais), ajustadas às regularidades, inscritas em cada um deles às razões práticas que o caracterizam”. (BOURDIEU, 1996, p. 158). (grifos do autor).

Nesse sentido, o universo presenciado na pesquisa junto ao público do PBF é um universo de negociações, como já dito, não no sentido das relações de trocas comerciais, mas de atos simbólicos. Dentro dessa negociação, vale mais a ação simbólica do ato, que a renda comprovada. Vale a indumentária que é apresentada, o alinhamento do penteado, o saco plástico que substitui a bolsa, o chinelo trocado e colado várias vezes. Enfim, esses são códigos que circundam esse universo e contemplam o cenário das representações do “ser pobre”.

Esses aspectos podem ser observados como parte de estratégias ligadas a razões práticas de ações dos sujeitos. E como tais, não deixam de ser formas de resistências socialmente postas. Em nossa percepção, é através dessas ações que os considerados pobres vem, ao passar do tempo, construindo saberes de como estar num mundo em que são considerados um ônus social.

De fato, as representações sociais estão implicadas nessa realidade social. Elas estão na vida cotidiana e na realidade social que entornam os sujeitos sociais, elas se apresentam sobre diversas maneiras sejam nas palavras, nas práticas sociais e/ou nos valores partilhados pelos grupos. (JODELET, 1991).

Ao mesmo tempo em que os grupos sociais adotam concepções diversas e partilham em seu conjunto, as representações também representam um contraponto e conflito diante de representações de outros grupos. Para Jodelet (1991, p. 4) esse diversidade faz parte de uma espécie de guia para ações e as trocas simbólicas delineadas nas relações sociais.

É dessa forma, que existe a diversidade de elementos que constitui as representações sociais e que é organizada sob forma de um saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade. A totalidade de significações em relação com a ação é que está no centro da investigação científica das representações.

Assim, a função da investigação científica que tenha como objeto o estudo das representações sociais seria descrevê-las, analisá-las, explicá-las em suas dimensões, formas, processos e funcionamentos (JODELET, 1991, p. 5).

Essa relação conceitual entre a totalidade de significados no processo de representações, no caso dos “pobres”, torna-se fundamental, pois esse conjunto de sentidos e códigos sobre a pobreza, que muitas vezes está associada a um conceito legitimado institucionalmente, demarcará o espaço da concretização da ação e da auto-representação do pobre.

Nesse sentido, temos os diversos discursos, sejam eles de cunho teórico, político ou da prática relacionados à pobreza, os quais culminam em representações sociais e ações dos sujeitos. Através desses discursos se adotam modelos de “pobres” apresentados à sociedade.

Ainda mais, elas estão implicadas na realidade e refletem nas práticas cotidianas dos pobres, interferindo nas relações sociais que eles estabelecem com o mundo. É esse movimento de encontro de significados e ações que constrói a realidade a qual se transfigura na constituição de representações sociais sobre o pobre e sobre a pobreza.

Assim, estamos adentrando numa outra função das representações sociais apresentadas por JOCHELOVITCH (1995, p. 81). As Representações Sociais, além de apontar uma determinada realidade social, surgem como processos de *mediação social*, e elas vão além, *elas próprias, tornam-se mediações sociais*.

O Programa Bolsa Família, enquanto programa de transferência de renda voltado aos considerados pobres, encontra-se nesse universo onde as representações da pobreza são *mediadoras* da relação entre “pobres” e instituições.

Os modelos institucionais têm grande influência nas representações aceitas e legitimadas socialmente. Assim sendo, o conceito de pobreza apresentada pelo PBF é forte indutor da identidade da pobreza e/ou do ser pobre.

A constituição social de uma representação da pobreza é um dos fatores que está incluso na inserção dos considerados pobres em programas como Bolsa Família, ocorrendo de, na maioria dos casos, os indivíduos absorverem a representação institucional de pobreza e não propriamente a sua representação sobre a pobreza.

Para se inserir no Bolsa Família, os sujeitos “devem” se apresentar conhecendo o mínimo dos meios e critérios necessários para estarem no programa e serem candidatos a uma vaga. Parece-nos que o consenso nessa relação é a mediação através desse processo de representação do **ser pobre** e **merecedor** para o programa. Oficialmente, essa representação se dá através de dados materiais, como comprovação da renda *per capita* da família.

Quando o Bolsa Família exige, que para estar no programa o sujeito terá que ter uma renda *per capita* de R\$ 60,00 (sessenta reais) por mês ou que a família apresente uma vulnerabilidade social comprovada, então, pressupõe-se que a equipe do programa demarca um perfil de pobre. Esse código se transforma no ingresso ou do que poderíamos chamar de “portas de entradas” do programa.

Assim, o processo de *mediação social* através da representação da pobreza junto ao programa segue a lógica de uma adaptação a um *tipo ideal* de pobre, no sentido

weberiano, o qual é exigido dos “pobres”. Se formos retomar o contexto histórico como parâmetro, temos que as políticas voltadas aos pobres sempre apresentaram o perfil do pobre ideal, restando a tais sujeitos re-significarem as formas de suas representações sociais enquanto pobres.

As re-significações de nossos papéis enquanto sujeitos sociais é um processo contínuo. Segundo Jodelet (1991), todos temos a necessidade de saber como proceder no mundo que nos cerca e, assim, ajustar-se, conduzir-se, identificá-lo e dominá-lo. Estes aspectos em conjunto justificam a necessidade de fabricamos Representações Sociais,

Elas nos guiam na maneira de nomear e definir o conjunto de diferentes aspectos da nossa realidade de todos os dias, na maneira de interpretá-los, estatuir sobre eles e, dado o caso de fracasso, tomar uma posição a seu respeito e a defender. (JODELET, 1991).

A autora trabalha com dois aspectos das representações sociais, um aspecto compreendendo-as enquanto sistema de interpretações e outro enquanto fenômenos cognitivos. Enquanto sistema de interpretação, *elas regem nossa relação com o mundo e os outros, orientam e organizam os comportamentos e as comunicações sociais*. Enquanto fenômenos cognitivos, *elas engajam a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, de práticas, de modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, a que são ligados*. (JODELET, 1991, p. 5).

Assim, o processo de representação social está sempre relacionado a um conjunto de elementos, ou seja, representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se relaciona com um objeto. Especificamente, para a autora esse objeto pode ser uma pessoa, uma coisa, um evento material, físico ou social, uma idéia, uma teoria, pode ser real ou imaginário.

A esse debate acrescentamos as contribuições de Erving Goffman (1985) tendo como base analítica a metáfora teatral. Para Goffman, nossa interação com o mundo se constitui de atuações constantes na interação com o outro. Estar diante do olhar do outro, é estar sob uma tensão de representação e de avaliação de papéis. É nessa relação com a alteridade que se afirma o papel social e os espaços de cada sujeito.

Trazendo para a realidade estudada no Bolsa Família, para “*estar*” e “*ser*” considerado pobre pelo programa, faz-se necessário ser estabelecida uma relação de representações da vida real. Representação aqui na perspectiva de Goffman, que considera que nas relações estabelecidas no universo social temos vários papéis sociais. E, esses papéis são representados à sua platéia conforme a especificidade da ação demandada. Assim, a representação, através dessa metáfora teatral, é um método de observação de ações de interação entre os sujeitos no meio social, a partir da maneira como eles se apresentam em diversas situações comuns ao seu cotidiano.

Para o referido autor, na vida real, “*o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis pelos outros presentes e, ainda, esses outros também constituem...*” (GOFFMAN, 1985, p. 9).

A partir dessas compreensões, observamos, que o contexto dos pobres inseridos no Bolsa Família é envolto por afirmações da pobreza, geralmente, representadas por fatores socioeconômicos e aliadas a *representação* (GOFFMAN, 1985) dos sujeitos sociais enquanto atores sociais, em que estas representações fazem parte do processo de *mediação social* da própria realidade desses indivíduos.

Dessa forma, entendemos que a representação da pobreza constitui-se, hoje, num processo de mediação social, que é requerido por situações nas relações sociais e por diversos segmentos, como instituições, Estado, sociedade civil, os considerados pobres, etc.

Retomando Jovchelovitch (1995), a *mediação social* é uma das formas de atuação das representações sociais *e expressam o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo.* (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 81).

Se o modo de relação que se impõe ao considerado pobre é a sua representação em seu papel de pobre, então, provavelmente, esta representação fará parte da sua interação com o outro, nesse caso, não apenas os considerados pobres, mas todos os indivíduos em seus papéis enquanto atores sociais, em que a interação social lhe exija e seja viável.

São sob todos os aspectos expostos acima que entendemos que a discussão das representações sociais sobre pobreza é considerada pistas importantes nas abordagens científicas sobre o tema, pois as representações se inscrevem enquanto referenciais, seja no universo simbólico ou quanto na própria ação dos indivíduos. É através dessas referências

que os diversos conceitos e representações acerca da condição de pobreza se re-significam historicamente.

4.2_ As representações da pobreza construídas no discurso e na prática social

O objetivo, nesta segunda parte deste capítulo, é desenvolver um esforço reflexivo a partir de um olhar crítico sobre discursos que circunscrevem a pobreza, delimitando as representações do “ser pobre”. Como pesquisadora, temos clareza que esta delimitação de diferentes representações sobre pobreza, é, antes de tudo, um esforço heurístico, no sentido de instrumentalização para análise. A identificação destas representações possibilita-nos referências para apreciar a prática social vivenciada no Bolsa Família em torno do “ser pobre”.

Esse esforço heurístico de sistematizar uma análise sobre representações sociais recorrentes, significa para Pinheiro (2006), adentrar num conjunto de significados sociais, que, com maior relevância, são atribuídos a essas representações. E, ainda conforme a referida autora, tomar as representações como via analítica requer adentrar o contexto social no qual elas foram gestadas, pois é na tessitura das relações sociais, das trocas sociais, mediadas ou não por instituições, que se constitui o pensamento social.

Assim, entendemos ser fundamental, em nosso objetivo, procurar compreender, ao longo da história brasileira, especificamente a partir do período pós 30, os discursos sobre a pobreza e suas encarnações por determinadas instituições: Nessa perspectiva, a nossa pretensão é delimitar representações que se constituíram sobre a pobreza no interior da vida brasileira.

Ao longo do séc. XX e no limiar do séc. XXI, diferentes são os atores sociais envolvidos nessa discussão, as quais passaram a disseminar discursos, teorizações e práticas. São Instituições sociais, como a Igreja; como o Estado através das Políticas Públicas e como a Sociedade Civil via movimentos e iniciativas reivindicatórias, visando amenização da pobreza.

Nessa direção, resgatamos pontos de vistas de autores, como também, discursos institucionais, na tentativa de apreender diferentes perspectivas de pensar e tratar a pobreza.

Faz-se importante, dessa forma, estar *vigilante às articulações e mediações entre o que é geral e o que é específico no universo simbólico dessas representações*. (PINHEIRO, 2006, p. 52).

Assim, a tessitura entre o geral e as especificidades é um exercício de compreensão da realidade empírica, pois ambos se complementam. Podemos observar tal fato quando ouvimos, recorrentemente, na fila de cadastramento do Programa Bolsa Família, depoimentos como: *“Conheço um vizinho próximo da minha casa que não merece receber bolsa família porque não é pobre”* ou *“esse programa tá sendo muito bom para os pobres né?”*, *“aquela sim, que passa as vezes na minha casa pedindo, é pobre”*, *“não, eu não me considero pobre”*.

Tais nomeações do “ser pobre” no sentido do merecer ou não estar no programa - a que se referem os usuários do Bolsa Família - são uma associação de distintas construções ideológicas sobre a pobreza que perpassam seu universo social. Assim, o “ser pobre” se apresenta também enquanto categoria identitária, decorrente das representações sociais que esses indivíduos têm sobre pobreza. Em diferentes situações e circunstâncias, tais representações são movimentadas pelos próprios pobres, enquanto referência de comportamentos e atitudes nos espaços sociais.

Quando, nas afirmações acima, os usuários do programa Bolsa Família delimitam quem é pobre e quem não o é, eles falam a partir de um olhar, de uma série de critérios e simbologias constituídos no meio social e que os guiam nessa caracterização do “ser pobre”. Entendemos, dessa forma, que a pobreza é um construção social (SIMMEL apud LAVINAS, 2003) a partir da realidade vivenciada pelos indivíduos.

Dessa forma, as representações da pobreza ou do “ser pobre” estão conferindo sentido aos laços de sociabilidade dos indivíduos na sua vida cotidiana, como também à sua presença na esfera pública. Ao mesmo tempo, são fortes inferências da subjetividade desses sujeitos sociais.

É fato que os processos sociais demandam continuidades e discontinuidades. Ao longo de momentos históricos, os conceitos também se constituem, transmutando-se até a contemporaneidade. No caso das representações sociais, conforme Araújo (2007), há uma demanda de valores, políticas e práticas sociais que fundam cada representação social

estudada. É com essa perspectiva que aqui apresentamos nosso recorte das principais representações sobre a pobreza.

4.2.1_ Pobreza como falta, ausência, carência e insuficiência de renda

Essa é uma das mais tradicionais concepções sobre a pobreza, que se constitui ao longo da história brasileira. A representação da pobreza como falta tem seu núcleo central no estado de ausência de elementos considerados essenciais para inserção na vida social, dentro dos parâmetros legitimados socialmente.

Na perspectiva de Araújo (2007), o tratamento da pobreza através da *falta* remete à *ideologia da ausência*:

com a naturalização da pobreza a partir do privilegiamento do econômico, estabeleceu-se e desenvolveu-se no senso comum vulgar e científico uma espécie de ideologia das ausências, que expressa a pobreza a partir da falta de algum aspecto material e financeiro, denominada como carência ou necessidade. (Idem, p.73).

Essa perspectiva leva a uma identificação social do pobre associada, na maioria das vezes, a uma condição de constante estado de ausência: ausência de alimentação adequada, de bens materiais, de cidadania etc. Sobressaindo dentre todas, temos a ausência de renda, como uma das ausências mais caracterizadoras da condição de pobreza.

Rahnema (apud ARAÚJO, 2007) relata que, após a expansão da economia mercantil e dos processos de urbanização que levaram ao empobrecimento massivo e, conseqüentemente, à monetarização da sociedade, foi que os pobres passaram a ser definidos como carentes daquilo que os ricos poderiam ter em termos de dinheiro e posse.

Se considerarmos as demarcações históricas, a pobreza nas sociedades ocidentais está relacionada à *ausência* de elementos vistos como essenciais para a vida social, como as consideradas necessidades básicas, incluindo, alimentação, trabalho, bens materiais etc.

Para entender melhor como se deu esse processo na sociedade brasileira, recorreremos às reflexões da autora Lena Lavinas (2003), que tem contribuição efetiva na compreensão da trajetória da construção conceitual das condições sociais do ser “pobre” e da pobreza.

A autora faz um recorte temporal a partir do início da década de setenta quando a questão social relacionada à pobreza estava pautada, num primeiro momento, no debate sobre subsistência mínima e, em seguida, nas “necessidades básicas” dos pobres.

O entendimento da pobreza enquanto falta de subsistência mínima, especificamente a alimentação, vem desde o início do século passado, porém, apresenta-se, ainda hoje, em pauta. Em nossa pesquisa de campo, em quase todas as entrevistas realizadas com o público atendido pelo Bolsa Família, a primeira associação da pobreza estava relacionada a “*não ter o que comer*”. Dessa forma, parafraseando Lavinias (2003) a pobreza e a fome “*se confundem na identidade de quem é pobre*”.

Até metade do século XIX, especificamente, na Inglaterra, a corrente nutricionista apresentava uma hierarquia de prioridades e a subsistência mínima alimentar era o parâmetro de ser pobre. Nesse sentido, ser pobre é todo aquele que não se beneficia de um padrão de subsistência mínimo, em que se tem como base a quantidade de ingestão diária de um requerimento calórico dado.

Nessa perspectiva, as necessidades humanas ficavam limitadas às necessidades de sobrevivência física, como comer e vestir e, assim, desconsiderava-se a dimensão social mais ampla. Em resposta, surgem novas discussões, que levam a novas categorizações em que se passa a conceber a pobreza como fenômeno de caráter relativo.

Discutir a pobreza, a partir de então, significava considerar a estrutura social e institucional vigente, como também às necessidades básicas estabelecidas num determinado contexto social.

Essa ampliação de perspectiva faz com que a pobreza como *falta* de subsistência mínima abra espaço para incorporar outros fatores determinantes. Fatores estes relacionados às necessidades básicas para os pobres. No entanto, a grande questão era responder a pergunta: o que se poderia chamar de necessidades básicas para os pobres?

À época, tais necessidades básicas foram absorvidas dentro dos critérios da universalidade e objetividade das organizações internacionais envolvidas no combate à pobreza. Dessa forma, as *necessidades básicas* eram entendidas como “*todo pré-requisito de cunho universalista e indispensável à participação dos indivíduos no desenrolar da própria existência*” (LAVINAS, 2003, p. 31).

Dentre as necessidades sociais, duas são apontadas por Gough (apud LAVINAS, 2003) como prioritárias para estar sempre num padrão ótimo: a saúde e a autonomia. A primeira, porque sem saúde não há como assegurar uma participação social plena e conseqüente. E a segunda porque, sem autonomia para agir, as escolhas sobre o que fazer e como fazer, tornam-se escassas e impossibilitam atingir metas e objetivos ao longo da vida.

Sônia Rocha (2005) faz uma análise da transição da pobreza como subsistência mínima para o debate da concepção de pobreza baseada nas necessidades básicas. A autora acredita que as questões ligadas à sobrevivência física tenham sido aos poucos preteridas desse debate, devido ao fato de que os estudos da pobreza se desenvolveram a partir da problemática dos países ricos que, de certa maneira, já tinham superado problemáticas como falta de alimentação.

Foi assim, que a abordagem da pobreza como *falta, carência* ou *insuficiência de renda* se generalizou, passando a ser adotada mesmo em países pobres, onde, ainda hoje, esses indicadores ainda são relevantes.

Com a discussão em torno da *carência material*, a insuficiência de renda passa a aparecer como critério de identificação de pobreza. Na conjuntura atual, a pobreza como ausência de renda ainda é o elemento chave de discurso e de práticas sociais, inclusive no âmbito das políticas sociais.

Nessa concepção, a renda classifica os indivíduos entre pobres e não pobres, chegando ao extremo da pobreza: a indigência. Um exemplo emblemático dessa concepção é a linha de pobreza. Esta é uma metodologia implantada pelo Banco Mundial para demarcar a separação entre pobres e os não pobres nas diversas partes do mundo e tem como critério básico a renda auferida ao indivíduo.

A abordagem da linha pobreza faz parte, inclusive, dos diversos institutos que desenvolvem pesquisas institucionais sobre pobreza no Brasil. Assim, a pobreza como ausência de renda passou a incrementar metodologias de análise, através da sua mensuração. Muitos institutos divulgam regularmente números que mostram as estatísticas sobre a condição de pobreza do país e dos indivíduos.

Sônia Rocha (2005) defende que o uso da mensuração da pobreza é um instrumento metodológico fundamental para operacionalização e sucesso de políticas sociais:

Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda”. (ROCHA, 2005, p. 12).

Ainda segundo Rocha, o estabelecimento de um parâmetro de valor a ser usado como linha de pobreza, a partir de preços e quantidades de um conjunto de itens indispensáveis à sobrevivência reproduz a abordagem pioneira do autor Rowntree, em 1901, em seu estudo sobre pobreza na cidade de York, na Inglaterra, em que se definiam patamares diferenciados de renda necessária (linhas de pobreza) conforme o tamanho e a estrutura da unidade familiar.

É a partir dessas concepções, que a linha de pobreza passa a compor o cenário de políticas e programas como método de identificação do pobre. A linha da pobreza é, atualmente, o instrumento de mensuração da pobreza mais utilizado e tem como referência a representação da pobreza enquanto carência material e insuficiência de renda.

Juntamente com a representação da pobreza enquanto *falta e/ou* carência material, ratificados por instrumentos de mensuração da condição de pobreza, efetiva-se o debate do combate à pobreza, que traz como uma das suas propostas de amenização da pobreza, políticas e programas compensatórios.

Tais iniciativas teriam o objetivo de assegurar, através de transferência de renda e outras ações como universalização dos serviços públicos, da educação e de assistência social, os recursos considerados necessários a “*uma vida digna*”, ou seja, elementos considerados essenciais para o desenvolvimento pleno do indivíduo em seu meio social.

Nesse sentido, é estabelecido um *mínimo*, em que são considerados alguns aspectos que não apenas a pobreza enquanto insuficiência de renda. De fato, delimita-se um padrão médio de consumo da população como um todo. Assim, a discussão de um padrão médio de necessidades e de consumo trabalha numa perspectiva de uma pobreza relativa aos fatores de determinação social.

Assim, é demarcada uma linha média de consumo de determinada sociedade e, a partir daí, o pobre é aquele que está situado abaixo do padrão médio de consumo. Outro indicador surgido nessa discussão da pobreza enquanto um conceito relativo, é a representação da pobreza enquanto falta de cidadania, tomando por base o acesso a direitos, bem como acesso a serviços e bens públicos.

Geralmente, a mensuração da pobreza nessa abordagem se dá entre parâmetros como alimentação e consumo médio. Porém, tais medidas são relativas às sociedades em que elas estão inseridas: *quanto mais rica a sociedade, mais o conceito relevante de pobreza se distancia de atendimento às necessidades de sobrevivência*. (ROCHA, 2005, p. 14).

Essa representação da pobreza como carência de renda ou como falta ao acesso a itens no contexto da vida social, utiliza-se do argumento que a pobreza pode ser mensurada e combatida. Rahnama (apud ARAÚJO, 2007) enfatiza que a concepção da pobreza baseada na monetarização teria ocorrido após a expansão da economia mercantil, pois em diferentes culturas, ao longo do tempo, o pobre nem sempre era pensado em oposição ao considerado rico em termos monetários.

Assim, a representação da pobreza como ausência de renda está relacionada ao contexto histórico de desenvolvimento dos valores construídos com a sociedade do capital. Nesse modelo de sociedade, as relações sociais estabelecidas são pautadas pelo potencial de consumo dos indivíduos e isso é fundamental para se designar socialmente se uma pessoa é ou não pobre.

4.2.1.1_ Pobreza como demanda de assistência⁴

O debate da pobreza entendida como *ideologia das ausências* (ARAÚJO, 2007) traz uma série de questionamentos sobre os elementos e estratégias que seriam encontradas para suprir as *faltas* e as *necessidades* vivenciadas pelos considerados pobres.

No interior desses processos delineadores das pobrezas como *falta* emergem outras demarcações simbólicas como, por exemplo, a classificação do indivíduo como sendo “capaz” ou “incapaz” de suprir a si próprio. Esta representação leva a outra circunstância, que é justamente o “pobre” ser percebido, na sociedade, como aquele que necessita de

⁴ Durante o processo de pesquisa e de diálogo com os autores, muitas possibilidades de abordagem da representações da pobreza surgiram. Porém, fizemos o exercício de delimitar algumas delas, consideradas mais relevantes pela sua disseminação e encarnação em práticas. No caso, trazemos a pobreza como assistência como um subitem, por entender que há uma estreita relação ente a pobreza como ausência de renda e pobreza vista como assistência. Temos clareza, que a construção desta representação fundada na relação entre pobreza e assistência demanda uma discussão mais aprofundada, devido ao vasto campo de estudo acerca do assunto. Pretendemos retomar esta investigação em nossas pesquisas, num período posterior.

assistência para conseguir suprir suas necessidades básicas, ou seja, o pobre é aquele que é assistido.

Lavinas (2003) nos lembra o pensamento de Simmel, considerado o fundador da sociologia da pobreza, no início dos séc. XX, o autor definia “o pobre” como “*aquele que necessita da assistência*”:

Os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes. (SIMMEL apud LAVINAS, 2003, p. 32).

O autor em pauta sustenta que é através das medidas de assistência que os pobres se encontram integrados ao todo social. Porém, na leitura de Lavinas (2003), a assistência, de que fala Simmel, está diretamente relacionada a uma relação que objetiva uma espécie de controle e de equilíbrio social.

Em outras palavras, o interesse é manter o equilíbrio e coesão social, atuando em prol do meio social como um todo e não apenas visando e focalizando a situação de pobreza apresentada pelo indivíduo particularmente. Nesse caso, a pobreza como necessidade de assistência é entendida como um *mecanismos de proteção da sociedade em benefício próprio, ou seja, para redução de riscos dos não-pobres frente aos pobres. Na visão simmeliana a pobreza deve ser combatida em prol da prosperidade pública.* (LAVINAS, 2003, p. 33-34).

A relação de interdependência proposta por Simmel entre pobreza e assistência, segundo Lavinas, traz implícita uma noção de direitos e deveres limitados, uma vez que não há uma busca pelo princípio da igualdade. A rigor, a busca se dá no sentido de assegurar elos sociais. Isso ocorre devido à constatação de que sem tais elos, haveria ameaça de ruptura social e, assim, colocaria em xeque a estrutura social existente.

É a partir desta representação que Lavinas acredita ter vigorado essa visão de assegurar sempre o “mínimo” para o pobre. Este mínimo sofreria uma variação, conforme o tipo de solidariedade e harmonias sociais presentes nas estruturas sociais.

Podemos acrescentar ao pensamento da autora que a representação da pobreza como ausência e como assistência mínima está intrinsecamente articulado, pois um é critério de

complementaridade do outro. Ou seja, a pobreza como ausência deve ser suprida ou assistida por um mínimo vital.

Assim, a representação do pobre como aquele que necessita de assistência estaria vinculada a uma preocupação voltada para que, uma relação de dependência não fosse quebrada e, dessa forma, *o que está em jogo é a definição desse mínimo necessário à manutenção dessa relação (pobres x não-pobres) em condições aceitáveis.* (LAVINAS, 2003, p. 34).

4.2.2_ Pobreza como privação de capacidades

A representação da pobreza como privação de capacidade é uma abordagem que tem repercussão no final dos anos 90 e início dos anos 2000, a partir da contribuição teórica do economista Amartya Sen. A rigor, essa concepção passa a ser referência na elaboração das políticas voltadas aos pobres financiadas por instituições internacionais, como o Banco Mundial.

Na perspectiva do autor, vivemos num mundo de privações, destituição e opressão, onde existem problemas novos convivendo com problemas antigos: persistência da pobreza e das necessidades essenciais não satisfeitas; fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas; violação de liberdade política elementares e de liberdades formais básicas; ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres; ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. (SEN, 2000).

A superação desses problemas deve fazer parte das metas da proposta de desenvolvimento. Uma das maneiras de superação dessas dificuldades, para o autor, encontra-se nas diversas formas de liberdade. Ou seja, a condição de *agente* dos indivíduos é central para lidar com as privações, porém esta condição é limitada pelas diversas formas de privações de oportunidades e, conseqüentemente, de liberdade:

A condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. (SEN, 2000, p. 10).

As principais fontes de privação de liberdade apontadas pelo autor são: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática; negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.

Nesse sentido, Sen, em suas argumentações, traz alguns exemplos pontuais sobre o que considera ausência de liberdade, ou seja, as situações de privações, como geradora de pobreza. No caso, a pobreza econômica estaria ligada à ausência de uma *liberdade substantiva*, ou seja, a liberdade de participação política ou à oportunidade de receber educação básica ou assistência médica.

A pobreza econômica nas palavras do autor: *rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico.* (SEN, 2000, p. 18)

Outra forma de privação de liberdade é a carência de serviços públicos e assistência social, a qual vai desde a ausência de programa epidemiológico, passando por assistência médica, educação, até a necessidade da presença de instituições eficazes na manutenção da ordem local.

E, finalmente, a violação da liberdade como privação, resultante da negação de liberdades políticas e civis, a partir de regimes autoritários e de restrições que são impostas à liberdade de participação do indivíduo na vida social.

No raciocínio do autor, a pobreza é exatamente a ausência desses diversos fatores. As pessoas apenas conseguem realizar *positivamente* as coisas quando estão diante de oportunidades econômicas, de liberdades políticas, de poderes sociais e de condições habilitadoras, ou seja, boa saúde e educação básica.

Resumindo, teríamos cinco tipos de liberdade, consideradas numa perspectiva instrumental: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

A efetivação das liberdades listadas acima é a maneira que ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa e, tais liberdades, associadas entre si, contribuem para aumento da liberdade humana em geral.

Na abordagem da pobreza como privação de capacidade, observamos algumas singularidades importantes. Primeiro, trata-se de uma discussão que tem como centro o desenvolvimento econômico. Assim, discute-se a pobreza como condição a ser superada diante de um cenário social, para que o desenvolvimento possa ter condições de efetivação e, dessa forma, todos possam aproveitá-lo em plenitude.

É a partir de oportunidades sociais que levem o indivíduo a desenvolver capacidades que se tem um fortalecimento da sua liberdade, a qual se concretiza na sua participação nos processos sociais, culminando num mundo melhor e justo. Assim, há um discurso do desenvolvimento socialmente responsável.

Outra dimensão, sobre a qual podemos refletir a partir desta representação da pobreza, é quanto ao processo de responsabilização, que fica muito mais centrado nas escolhas feitas pelos indivíduos. Mesmo nas intervenções institucionais, no caso dos programas voltados aos pobres há deveres e critérios que o indivíduo se compromete a acatar. O Estado aparece com instrumentais otimizadores e geradores de capacidades e o pobre, através do desenvolvimento de suas capacidades, tenta sair de sua condição de pobreza.

Ivo (2006), ao trabalhar as diversas concepções de enfrentamento da pobreza, relata sobre a percepção dos pobres como “*sujeitos potencialmente mobilizadores*”. Isso supõe entender que “*a questão da pobreza envolve também o desenvolvimento de capacidades pré-existentes dos próprios pobres*” e que “*as questões do desenvolvimento supõem sujeitos participativos e engajados, ou seja, o desenvolvimento do senso cívico*”. (IVO, 2006, p. 9).

Nesse sentido, observamos que há uma atribuição de responsabilidade direcionada aos indivíduos pobres. A responsabilidade pela condição de pobreza dos indivíduos deixa de ser coisa apenas de assistência, para ser também, assim, uma auto-responsabilidade.

Assim, no momento em que se constitui elementos e oportunidades visando o aumento da capacidade do indivíduo, espera-se que haja uma sustentabilidade por parte do indivíduo e que ele se transforme em capaz:

com oportunidade sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para

reconhecemos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável... (SEN, 2000, p. 26).

Ainda enfatiza Sen:

Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas de cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. (idem, p. 33).

Ivo (2006) classifica como mobilização social dos pobres, na perspectiva liberal, essa tentativa de mobilização e organização dos pobres na promoção de suas demandas e atendimento de suas necessidades através da mobilização das capacidades, visando resolver alguns problemas ao mesmo tempo, tais como: problemas materiais da pobreza, da participação e da integração social através da inserção no mercado.

Podemos observar, então, que, enquanto a proposta da superação da condição de pobreza em torno dos anos 70 era pautada na construção de uma estrutura firme do Estado através da proteção social para o indivíduo, no final dos anos 90, com todo processo globalizante da economia, a responsabilidade se volta para a ação individual do sujeito perante as oportunidades oferecidas pelo mercado ou pelos resultados do crescimento econômico.

Essa atitude de responsabilização dos indivíduos pobres pela superação da pobreza, segundo Ivo, é questionada por determinados autores, que pensam ser esta uma concepção em que se facilita o descompromisso do Estado em termos de ampliação dos direitos sociais e de sua responsabilidade redistributiva.

Concluimos, então, que a pobreza entendida como privação de capacidade, tem seu núcleo central num indivíduo que não dispõe de elementos como renda, serviços públicos, educação básica, participação em processos decisórios. Assim, ele, fragilizado, vive uma situação de pobreza, que apenas será superada quando lhe for proporcionada a oportunidade para se fortalecer em suas capacidades e sua liberdade de escolha.

4.2.3_ Pobreza como exclusão social

O conceito de exclusão social está no cerne do debate como uma das conseqüências da pobreza e da desigualdade social. Dessa forma, consideramos importante configurar representação da pobreza entendida enquanto exclusão social.

Nosso objetivo é adentrarmos na relação estabelecida entre pobreza e exclusão social, observando que autores e debates vêm se constituindo em torno dessa temática e quais elementos fazem da exclusão uma representação da pobreza. Vale, porém, demarcar algumas diferenças conceituais que estão no âmbito dessa relação entre pobreza e exclusão social.

Para Nascimento (1994), apesar de determinadas convergências, os conceitos de pobreza, exclusão social e desigualdade social são distintos. Especificamente, os conceitos de desigualdade e pobreza são diferentes entre si e, ambos, igualmente, diferem de exclusão social.

Assim, em sua concepção, desigualdade “refere-se à distribuição diferenciada numa escala das riquezas produzidas ou apropriadas por uma determinada sociedade entre seus participantes”. Pobreza “significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade, despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente ou que não têm condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas”. E, finalmente, exclusão social estaria mais voltadas a questões de “coesão social ou de ruptura de vínculo social”. (NASCIMENTO, 1994, p. 30).

Sposati (1998) também demarca elementos conceituais que diferem exclusão e pobreza. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa, enquanto a exclusão contém elementos éticos e culturais, ou seja, elementos de discriminação e estigmatização.

Nascimento (1994) apresenta dois entendimentos do conceito de exclusão. Primeiro, define-o como “um processo social de não-reconhecimento do outro, de rejeição, de intolerância ou ainda, uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhes são próprios”. (NASCIMENTO, 1994, p. 31).

A outra acepção, tratada pelo autor, apresenta exclusão como “o não-reconhecimento que se traduz numa exclusão de direitos”, citando, como exemplo, os grupos sociais que não conseguem se integrar ao mundo do trabalho, por não possuírem “condições mínimas” e, por isso, não estão inseridos socialmente.

Assim, em nossa concepção, aparece como elemento fundante da representação da pobreza como exclusão social o não-pertencimento a determinados processos de sociabilidade legitimados socialmente.

É no início dos anos 80 que surge o debate da categoria “*excluído*” ligada aos pobres. A bibliografia aponta que uma das primeiras referências ao conceito de exclusão vem de um panfleto contra a desigualdade, lançado na França, pelo escritor francês René Lenoir, em 1974. (LAVINAS, 2003).

Para chegar à categoria dos excluídos, o autor observou que, mesmo entre os considerados pobres, há uma diversidade de tipos de pobres. Com isso, fez referência a um tipo específico de pobre, que, embora interado ao sistema econômico e social, não se aproximava dos resultados do crescimento e, assim, ficava totalmente alheio ao contexto da prosperidade prometida pelo crescimento.

Nesse caso, dois aspectos são caracterizadores da categoria exclusão: 1) Inadequação social que está relacionada à inserção precária e instável que leva o pobre ao sofrimento e ao isolamento, 2) O não-pertencimento, ou seja, o sentimento de não pertencimento resultante de todos os fatores que tornam estes pobres “não-iguais” ou mais vulneráveis que os próprios pobres.

Diferentemente da abordagem da mensuração ou da representação da pobreza enquanto *falta de renda*, considera-se que a exclusão faz referência a aspectos subjetivos por *mobilizar sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade e reciprocidade* (LAVINAS, 2003, p. 37).

A representação da pobreza como exclusão estaria situada, assim, num processo de acúmulo de desvantagens de maneira constante, tendo como conseqüências rupturas e situações de desvalorização social.

Na visão de Lavinias, a mudança de foco deslocando a categoria *pobreza* para a categoria *exclusão*, significa passar de patamares de *carências* para o enfoque *multidimensional*. O objetivo, nesse caso, seria apreender o que transformou o risco decorrente da vivência da instabilidade e precariedade num “*estado fatal... em ruptura com uma condição social normal*”. (THOMAS apud LAVINAS, 2003, p. 38).

A categoria exclusão, igualmente à pobreza, é “uma categoria do campo da ação, da intervenção e, sendo categoria identitária, visa designar e caracterizar o status social dos indivíduos que se situam na parte inferior da hierarquia social”. (LAVINAS, 2003, p. 38).

Para Nascimento, a pobreza como exclusão, no âmbito da sociedade moderna, constitui um problema emblemático, pois se opõe ao ideário dessa sociedade que é a igualdade e, ao impedir o ingresso de indivíduos na esfera de igualdade, nega a existência de uma lei única e, por outro lado, cria “um exterior inadmissível para a modernidade, que sempre se pretendeu universal e universalizante”.(NASCIMENTO, 1994, p. 33).

Neste raciocínio, o autor chega a uma hipótese sobre a nova exclusão social:

A exclusão social, não como discriminação social, mas como expulsão do espaço de iguais ou não-reconhecimento de direitos a outros, considerando-os como não-semelhante é uma ameaça à modernidade. (NASCIMENTO, 1994, p. 33).

Nesses termos, o autor agrega elementos e situações que estariam levando os indivíduos pobres à situação de exclusão. Assim, esta “nova exclusão”, que se delinea, teria uma dimensão multidimensional. E, posteriormente, o autor apresenta três dimensões da representação da pobreza enquanto exclusão social, quais sejam: econômico, no sentido da expulsão do mercado de trabalho; Social, através da ruptura de vínculos societários e a cultural pela representação específica do não-reconhecimento ou negação de direitos.

É, justamente, na dimensão cultural apontada pelo autor que identificamos a singularidade da representação do conceito de exclusão como pobreza. Os códigos culturais indicam uma riqueza de simbologias e sentidos que se encontram imersos nas relações sociais. Através da observação dos fatores culturais, podemos ter uma visão minuciosa das práticas sociais do indivíduo e, conseqüentemente, de distintos aspectos que constituem a sua subjetividade e se encontram presentes em seus laços de sociabilidade.

Dessa forma, questões importantes relacionadas à pobreza como exclusão podem ser resgatas a partir do estudo dos aspectos culturais. Podemos tomar uma questão primordial nesse debate: entender os diferentes processos da interação social que proporcionam um sentimento de pertencimento ou de exclusão aos indivíduos considerados pobres, como também, os elementos que circundam essas relações e os códigos de ações e

práticas que levam o indivíduo a desenvolver um sentimento de pertença ou de exclusão em determinadas situações que fazem parte do seu cotidiano.

Nesse contexto, a situação de exclusão é percebida quando há uma ruptura com os laços de sociabilidade. Fato que extrapola a pobreza entendida apenas como uma falta ou uma carência material. Por esses motivos, entendemos que o processo de exclusão social, gerado a partir da condição de pobreza, perpassa por questões relacionadas à própria condição da subjetividade e da existência do indivíduo.

Ao mesmo tempo em que a pobreza como exclusão é caracterizada por rupturas sociais, ela também está relacionada à dificuldade que o indivíduo encontra de sentir-se inserido e de recuperar elos sociais rompidos anteriormente. Diante dessa realidade, esses indivíduos constituem múltiplas estratégias de sobrevivência que, para Nascimento (1994), se constituem devido à impossibilidade que o indivíduo tem para recuperar os vínculos perdidos.

É partindo dessa realidade em nosso entendimento que os indivíduos passam a buscar meios e estratégias de inserção social como forma de amenização do seu não-reconhecimento social.

Acreditamos que políticas e/ou programas voltadas aos pobres, como o Bolsa Família, sejam uma das estratégias buscadas pelos indivíduos considerados pobres como forma de sobrevivência e como forma de ter seu processo de não-reconhecimento amenizado e, passando a vivenciar situações de sentimento de inclusão e reconhecimento social.

No caso do Bolsa Família, a garantia de uma renda mensal às famílias, mesmo que temporária, traz determinados rebatamentos nas formas de inserção e organização social dos usuários do programa, funcionando assim, como um dos fatores que levam à amenização do não-reconhecimento dos indivíduos considerados excluídos devido sua condição de pobreza.

De certa forma, estar incluso no programa Bolsa Família, torna-se uma moeda social que leva os indivíduos a vivenciarem situações e sentimentos de satisfação por voltar a participar de determinados processos sociais aos quais, até então, consideravam-se “excluídos”.

Lembramos de um caso, registrado em campo, de uma senhora de aproximadamente 60 anos que relatava o quanto o Bolsa Família “ajudava” e era importante, pois sempre que o gás acabava, o “bodegueiro” lhe entregava o gás em sua casa, porque ele sabia que receberia o dinheiro ao final do mês. Por essas “facilidades”, ela tinha muito “medo de perder” ou “sair” do Bolsa Família.

Nesse exemplo, fica visível um processo de amenização do sentimento de não-pertencimento vivenciado pela referida usuária do programa ao conseguir se integrar e participar de um serviço de entrega em domicílio. Possibilidade tal, que teve como pano de fundo uma negociação através da economia de bens simbólicos, ou seja, pela garantia dada pela usuária de que receberia o “Bolsa Família”.

No programa Bolsa Família a possibilidade de pertencer a determinados contextos, de tomar parte de determinadas vivências sociais viabiliza “novas” formas de inclusão. Arriscamo-nos a dizer que estar no Bolsa Família constitui-se, em determinados momentos, numa identidade social.

O referido exemplo também valida a afirmativa de que, na vida cotidiana, os indivíduos, devido à sua condição de pobreza, experimentam rupturas e processos de exclusão sociais pontuais, de vivências que, em suas representações, são signos definidores de uma inserção social. São esses aspectos que trazem o sentimento dos indivíduos estarem ou não experimentando situações de exclusão social ou de obter um reconhecimento social.

Numa linha teórica crítica sobre o uso do conceito de exclusão social para definir processos de pobreza situa-se o autor José de Souza Martins. Sua postura é crítica, inclusive quanto ao uso de *exclusão* enquanto categoria social. Martins argumenta que ela se trata de uma categoria imprecisa que é utilizada para definir problemáticas da sociedade contemporânea no “Terceiro Mundo”.

A exclusão, sob a perspectiva Martins, num primeiro momento era um tema e depois passou a constituir a categoria social “*excluído*”. Em seu entendimento, quando o sociólogo trabalha com categorias sociais, elas devem resguardar *qualidades sociologicamente identificáveis nas pessoas e nas relações sociais*. E, além disso, argumenta o autor que tais categorias devem *constituir fundamentos singulares na relação e engendrar um tipo de mentalidade historicamente essencial*. (MARTINS, 1994, p. 25).

Em relação à categoria *excluído*, Martins sustenta que essas exigências não são atendidas. Primeiro essa categoria não é verificável na vivência dos chamados excluídos. Para ele, trata-se de mais uma forma de denominação que tenta encaixar a realidade dos pobres, visto que o próprio conceito de pobre, trabalhador ou marginalizado não suprem a realidade.

O autor considera uma categoria central em seus argumentos: a *consciência social*. Para Martins, a consciência social se configura no conhecimento que a *vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma*. (MARTINS, 2002, p. 26). O que não ocorre no caso da categoria dos “excluídos”, pois:

A categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea. (MARTINS, 2002, p. 27).

Para o autor em pauta, a representação do excluído social, tal como é trabalhada, originou-se durante o processo de contrato e igualdade jurídica estabelecido na sociedade moderna, quando os trabalhadores assalariados se tornaram “livres” para negociar seu contrato individual de trabalho. É a época em que a força de trabalho se torna mercadoria e como mercadoria entra no processo de produção e, como tal, *está sujeita às injunções do mercado*. O mercado, então, passa a ter poder de regulação sobre sua vida.

Diante das crises e ciclos da economia, então, o trabalhador passa a sofrer *exclusões* cíclicas cada vez mais demoradas para seu retorno ao mercado de trabalho. Para o autor, a categoria *excluído se nutre politicamente dessa contradição mal compreendida e mal resolvida* (MARTINS, 2002, p. 30).

Um outro argumento de Martins é que *operário* é classe social, porém *excluído* não o é. *Excluído* seria apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a *sujeito de destino*, ou seja, não há possibilidade histórica nem destino histórico para as pessoas e para os grupos sociais submetidos a essa rotulação.

O operário é portador da possibilidade histórica, porque ele *personifica contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos resultados de produção*. (idem, *ibidem*).

Martins justifica que a categoria excluído não se constitui numa classe social, a partir da lógica da conceitualização de *lumpen* proletariado proposta na Teoria Marxista. Assim, ele argumenta que, exatamente por não estar incluído, o *excluído* não pode ser protagonista das transformações da sociedade, *a eles não se aplica a teoria do protagonismo histórico da classe operária, pois sua situação social é diversa... não protagonizam nem realizam uma contradição no interior do processo produtivo...* (MARTINS, 2002, p. 35). Para o autor, os excluídos são considerados descartáveis ao capital e, esta situação, constitui-se no “*extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação*.” (idem, p. 35).

Esse autor compreende também que o próprio conceito de exclusão, como algo que demarca a saída de indivíduos dos processos sociais, tem um teor rígido e estático de tais processos. E, além disso, sustenta que a sociedade vem de processos contínuos de estruturação e desestruturação. Dessa forma, uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e a contrapartida é a privação social e cultural “*tende a empurrar para fora, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas*.” (MARTINS, 2002, p. 46) (grifos meus).

O autor não nega o movimento social de exclusão de indivíduos, porém não concorda que a representação do excluído seja concebida como um movimento definitivo, pois, em seu ponto de vista, o próprio sistema que o exclui encarrega-se de integrá-lo de alguma forma, ou seja, exclusão implica formas precárias de inclusão.

Na concepção de Martins, o excluído é *na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de sair e reentrar no processo de reprodução social*. (MARTINS, 2002, p. 46) (grifos do autor).

Nessa definição de Martins, podemos observar que a pobreza como exclusão constitui-se de mobilidades, com ciclos e situações consideradas de entradas e saídas em processos sociais, podendo a demarcação de estar ou não excluído ter uma dimensão pessoal e subjetiva.

Assim, a situação da pobreza enquanto exclusão se constrói a partir de um *olhar sobre o outro*. Esse discurso constitui um ponto de referência, em que se agregam diversos fatores que delimitam quando os indivíduos vão estar inseridos ou não, de acordo com o

contexto em que a exclusão estiver considerado. Então podemos nos perguntar: o que é estar incluído? Ou então: incluído sob o ponto de vista de quem?

No pensamento de Sposati (1998), o conceito de exclusão social, no final do século XX, assume mais o caráter de um *conceito-denúncia*, de uma ruptura existente da noção da responsabilidade social e pública, que se constituiu pós 2ª. Guerra, como também uma maneira de expressar a quebra da universalidade de cidadania conquistada no primeiro mundo. Tal conceito é um confronto direto com a concepção de universalidade, direitos sociais e cidadania proposto pela sociedade moderna. Nas palavras da autora *exclusão é a negação da cidadania* (SPOSATI, 1998, p. 3).

Assim, fazemos uma leitura de que, a discussão sobre exclusão proposta pela autora demarca uma concepção positiva sobre o uso do termo. A autora trata-o como leitura de uma realidade de dada sociedade, o qual denuncia a sua condição real de existência diante de um Estado que se diz de direito.

A partir do argumento de Sposati, entendemos que *exclusão*, apesar de geralmente ser um debate direcionado aos “pobres”, é um conceito de alcance abrangente e pode estar relacionado a outras questões que não apenas à noção de pobreza. Dessa forma, outras questões como gênero, raça dentre etc outros estão relacionadas à sentimentos de exclusão social. Nesse sentido, ele diz respeito a um processo histórico que quer reivindicar a igualdade, equidade e cidadania. (SPOSATI, 1998).

Esse conceito pode ser, nos termos da autora, territorializado a realidades distintas, como o é no caso do Brasil, onde o tratamento da *exclusão* está diretamente ligado aos segmentos sociais tidos como pobres, ou seja, o que podemos ler como uma das representações mais recorrentes da pobreza.

Tanto Sposati (1998) como Nascimento (1994) demarcam alguns elementos que fazem diferenciação entre a exclusão e a pobreza. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa, enquanto a exclusão, contém elementos éticos e culturais, ou seja, elementos de discriminação e estigmatização:

ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão só à capacidade de não retenção de bens. (SPOSATI, 1998, p. 3).

Diante do exposto, entendemos que o núcleo central, que constitui a representação da pobreza como exclusão social está pautado na ruptura de laços de sociabilidade e/ou culturais, culminado, assim, numa desagregação negativa para o indivíduo. A ruptura desses de elos sociais, leva-o a experimentar sentimento de não-reconhecimento social e não-pertença a determinados processos sociais.

4.2.4_ Pobreza enquanto vulnerabilidade social

A quarta representação da pobreza que abordaremos, é a pobreza entendida como decorrente dos processos de vulnerabilidade social do indivíduo.

Sob o ponto de vista da pesquisa de Alves (apud ARAÚJO, 2007), o conceito vulnerabilidade tem sua origem no Direito, através da advocacia internacional voltada aos Direitos Humanos. Faziam parte da caracterização de seu público: os indivíduos fragilizados, jurídico ou politicamente, na proteção ou garantia de seus direitos de cidadania.

Considerando uma conjuntura mais recente Araújo (2007) localiza que o termo vulnerabilidade social é empregado em documentos e discursos para definir a pobreza como “situação de vulnerabilidade” e os pobres como “pessoas vulneráveis”.

A representação da pobreza como vulnerabilidade social está muito ligada à abordagem das políticas de assistência social.

Em setembro de 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, com o objetivo de implementar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Dentre outros objetivos essa iniciativa visava sair do estereótipo da Assistência Social como clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais e passar a ser uma relação de políticas públicas entre o Estado e a sociedade.

Nesse sentido, as políticas de assistência passariam a estabelecer a assistência ao indivíduo como direito, como proteção social. Assim, na perspectiva proposta pelo PNAS está a intervenção na condição de pobreza a partir do conhecimento da vulnerabilidade social vivenciado pelos indivíduos, como vemos em um dos pontos da proposta, que é ter

Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isso supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los. (BRASIL [MDS/PNAS], 2004).

Nesse caso, consideram-se como cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco:

- Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;
- Ciclos de vida;
- Identidades estigmatizadas em termo étnico, cultural e sexual;
- Desvantagem pessoal resultante de deficiências;
- Exclusão pela pobreza e/ou pelo acesso às demais políticas públicas;
- Uso de substâncias psicoativas;
- Diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;
- Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.
- Inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal.

Ainda segundo a PNAS (2004) a vulnerabilidade social pode decorrer da pobreza. Da pobreza como privação, ou seja como ausência de renda, como precário ou nulo acesso aos serviços público dentre outros; como também da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, que se referem à discriminação etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência dentre outros.

Como percebemos, a pobreza como vulnerabilidade social tem como núcleo central a associação aos fatores de teor externos que estão em torno do indivíduo, que podem ser caracterizados como sendo sociais e/ou subjetivos e que levem o indivíduo a um processo de ruptura com a conduta esperada no seu meio social.

Como vimos, a caracterização da pobreza através das vulnerabilidades é algo bem abrangente e relativo. Assim, as vulnerabilidades são os fatores que causam ou geram maior fragilidade para os indivíduos na sua existência social e humana. Dessa forma, é um

conceito que deve ser constantemente contextualizado às realidades e transformações sociais vivenciadas, considerando categorias como tempo e espaço.

Nesse sentido, afirma Araújo (2007) que a vulnerabilidade, no âmbito social, é uma categoria ambígua e expressa distintos significados que devem ser contextualizados, dependendo de cada situação em referência.

No caso do Bolsa Família, a vulnerabilidade está baseada na exposição do indivíduo à falta de alimentação. O programa tem como foco principal a vulnerabilidade à fome.

Porém, a mediação para mensurar esta vulnerabilidade é a renda. Ou melhor, a renda vai apontar se a família apresenta possibilidade ou não de superar sua pobreza. Caso não, ela será inserida no Bolsa Família, onde receberão renda, para aos poucos e apoiados em outras políticas superarem o estado de vulnerabilidade.

Dentre as diversas formas de vulnerabilidades sociais a que mais tem sido apontada socialmente como causa de pobreza é a não inserção no mundo do trabalho, ou seja, o desemprego, a falta de postos de trabalho.

A esta configuração, Alba Carvalho, trata como as novas formas de “dominação do capital” que implica na *vulnerabilização do trabalho*, ou seja, um *desemprego estrutural e as múltiplas formas de precarização do trabalho que se expressam, concretamente, na ampliação do mercado informal precarizado, na destituição de direitos trabalhistas, na negação do direito ao trabalho, com a produção de um amplo segmento de trabalhadores sobrando, descartáveis para o capital, os excluídos de um lugar socialmente reconhecido*. (CARVALHO, 2006, p. 2-3).

A discussão desses “novos” processos geradores de pobreza mediado pela vulnerabilidade social dos indivíduos ao mercado de trabalho põe em pauta no debate sociológico uma nova categoria de especificação da pobreza, que é o “novo pobre”.

Os autores que trabalham com esta perspectiva, pontuam alguns elementos como fatores desencadeadores dessa escassez de postos de trabalho na atual dinâmica social. Uma delas é que, o não-retorno de milhares de proletários ao mundo do trabalho estaria associado à substituição do trabalho morto pelo trabalho vivo, ou seja, a revolução tecnológica estaria desqualificando o trabalho humano e deixando milhares de seres

humanos à margem da inclusão produtiva. Estes seriam alguns dos fatores que estariam formando um avolumado de pessoas sem chances de voltar ao mercado de trabalho.

Zygmunt Bauman (2005) avalia esse processo como um período em que as exigências da modernidade estão produzindo os *excessivos* e *redundantes*, ou seja, o *refugio humano* da sociedade do capital. Esta produção de seres humanos refugados é um produto inevitável da modernização e um acompanhante inseparável da modernidade. O autor considera que no auge da performance da modernização a maior parte da produção e consumo humano passou a ser mediada pelo dinheiro e pelo mercado, assim, a mercantilização, a monetarização passaram a ser os modos de subsistência humana.

No entanto, essa mesma busca pela modernização se esgotou, no ponto de vista do autor. Pois, num primeiro momento, a modernização foi concretizada em muitas nações, enquanto que em outras ainda permanecia apenas um projeto. Assim, poderia haver o fluxo das pessoas em busca da “sobrevivência” onde a modernização ainda não apresentava seus efeitos colaterais como processos de exclusão e desemprego em massa.

A partir do momento, que essa modernização ganha o globo, não há mais espaços de escoamento de indivíduos em busca de fugir da condição de pobreza, pois todas as nações passam a sentir os efeitos colaterais da modernização nas suas esferas locais e, assim, o acúmulo de problemáticas como os “*redundantes*” é inevitável,

A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência – até então adequadas, no sentido tanto biológico quanto social/cultural dessa noção. (BAUMAN, 2005, p. 14).

Este quadro de questões relevantes na constituição da pobreza enquanto vulnerabilidade social, no contexto da sociedade produtiva também é abordada pelos autores Paugam e Castel.

O autor francês Paugam (2003) afirma que, no final do século XX, não apenas a França, mas outros países ocidentais enfrentaram o que se está denominando da “*nova pobreza*”. Para o autor, esse fenômeno remete a uma séria de evoluções simultâneas, que se referem em particular à degradação do mercado de trabalho, com a multiplicação dos empregos instáveis e o grande aumento do desemprego prolongado e ao enfraquecimento

dos vínculos sociais, resultando além de outros sintomas, no declínio da solidariedade de classe e de proximidade. (PAUGAM, 2003, p. 31).

Nesse sentido, esses processos de rupturas são vistos pelo autor como fatores que levam o indivíduo a um afastamento da vida social, inclusive por crises de identidade. E outras vezes, a falta de perspectiva de emprego gera um sentimento de inutilidade, podendo levar ao rompimento total com a sociedade.

No público pesquisado do Bolsa Família, a maioria dos entrevistados ainda vêm no trabalho formal a alternativa para sair da condição de pobreza. A não inserção no mercado de trabalho da maioria dos membros da família ou a precarização e os baixos salários são as justificativas mais comuns para estarem em busca de ingressar no programa.

Ter um emprego ou um salário, para eles, já se encontra na categoria do invisível, no mundo dos sonhos a realizar, ou seja, na atual conjuntura ter um emprego formal é um sonho para a realidade dos que compõem o Bolsa Família. Assim, na sociedade do capital ter um trabalho não é mais considerado uma trajetória “comum” de inserção social dos indivíduos pobres.

Por isso, a representação da pobreza enquanto vulnerabilidade ao trabalho, leva a uma série de implicações simbólicas, que passam pela dignidade, pelo “vencer na vida”, como também a esperança de ter um futuro melhor. Como podemos observar no depoimento de uma usuária abaixo:

eu nunca fui egoísta, eu queria só assim, ter um cantinho meu, ter salário, só um salariozinho meu! Pra dizer assim, eu tenho um salário pra receber, meu. Só isso aí estaria ótimo. (Usuária do PBF em Fortaleza)

Acreditamos que devido a tais fatores Paugam (2003) não associa a pobreza apenas à carência material, mas a uma condição ligada a um *status social* específico, que tem caráter depreciativo e marca a identidade daqueles que vivenciam a pobreza e precisam de assistência social.

Assim, poderíamos dizer que muito dos inseridos no Programa Bolsa Família fazem parte dos “novos pobres” resultantes da pobreza como vulnerabilidade ao mercado de trabalho. Conforme Paugam (2003) os “novos pobres” seria uma categoria instável,

flutuante, relativa e arbitrária cujo denominador comum é menos a falta de renda do que a marca do fracasso social e da degradação moral.

Castel (1997), ao tratar desta nova questão social, fala sobre uma desmontagem do sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primeiramente, da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social para além do mundo do trabalho propriamente dito.

Os fatores, para o autor, que geram vulnerabilidade social decorrem da exclusão social que se afirma através dos processos de *desfiliação social*, o qual se refere à perda de status, com a desvalorização do indivíduo, que se dá via institucional decorrente e é da crise da sociedade salarial.

Assim, são vulnerabilidades primordiais a serem observadas, no argumento de Castel, os processos de perda de emprego e a inadequação dos sistemas de proteção social, por gerarem uma perda da identidade produtiva e social que isola o indivíduo ou o *desfilia*”levando-o à ruptura dos laços de solidariedade. Nesse caso, a nova pobreza pode ser explicitada no estado de inexistência social. (LAVINAS, 2003).

Apesar de todos apontamentos feitos pelos autores acima, da pobreza entendida como processos que levam o indivíduo a vulnerabilidades sociais, observamos que existem considerações históricas que precisam ser retomadas, em particular, no caso do Brasil.

Assim, voltando o foco para realidades de países da América Latina, Pastorini (2004) afirma, em seu trabalho sobre a questão social, que a pobreza, nesta realidade, está diretamente ligada às exigências e metamorfoses do sistema capitalista nos últimos anos.

Uma das perspectivas trazidas pelo autor para explicar as causas da pobreza como vulnerabilidade configurada em pobreza é a da teoria da dependência. Em sua concepção, o processo de desigualdades e pobreza nos países da América Latina deve ser considerada a partir da contextualização política e da especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento na relação entre as sociedades periféricas e as centrais.

Dessa forma, os percursos de discussões sobre a pobreza vão ter um diferencial nos países da América Latina. Pautada no raciocínio de Lícia Valladares (1991), Lavinias (2003) contextualiza alguns elementos indissociáveis da compreensão da condição de pobreza a partir dessa realidade.

Valladares (1991) divide em três grandes períodos a caracterização dos pobres e, conseqüentemente, suas vulnerabilidades mais acentuadas em determinados contextos históricos na América Latina.

O primeiro, consta da virada do século XIX para o séc. XX. Nesta fase, a representação do pobre estava associada ao vadio, aos indivíduos que se recusavam a trabalhar. Assim, o “*caráter da inserção produtiva*” dava nova forma da representação da pobreza. Na época, as formas de inserção que não atendiam os ditames das relações predominantes no sistema capitalista resultavam na exclusão dos indivíduos.

Por volta dos anos 50 e 60, a representação do pobre já ampliava no aparecimento de indivíduos que ficavam à margem do sistema produtivo vigente, pois não atendiam ao padrão esperado para mercado de trabalho. É o que Valladares (1991) entende como sendo os pobres como classe marginal, ou, podemos dizer, a concepção da pobreza como marginalidade.

Na referida situação, o mercado de trabalho marca a vulnerabilidade social, como parâmetro indicador de pobreza. Estar inserido no mercado de trabalho, no caso, era estar fora da marginalidade. Mesmo com a adesão ao mercado informal, por parte dos que não conseguiam atender aos critérios e exigências do mercado formal, mesmo estando “inseridos” no mundo do trabalho, ainda assim, essas pessoas eram taxadas de um *atraso ao sistema moderno econômico, por setores tradicionais*. (VALLADARES, 1991).

Dessa forma, voltamos aos argumentos de Castel e Paugam quando concordam que a questão da identificação de pobreza ou poderíamos incluir aqui que a representação da pobreza, não está ligada apenas a aquisição de bens material, mas a uma concepção de “*estigma*” e “*status social*”, de ruptura com modelo estabelecido.

Assim, algumas questões demarcam diferenças entre o processo de pobreza da América Latina da realidade diferenciada de outros países.

As trajetórias vivenciadas pela Europa e pelos Estados Unidos, hoje, grandes referência e financiadores de políticas voltadas aos pobres, conforme observa Lavinias (2003), foi diferenciada das dos países Latinos Americanos. Diante das novas concepções do mundo do trabalho, houve certa tentativa de equilíbrio da classe trabalhadora na tentativa de manter melhores níveis de bem estar. Lavinias (2003) aponta o “compromisso

fordista” como um fator dessa tentativa de equilíbrio. E, em outros países, como a França se desenhava a estrutura do Estado do Bem Estar.

Outra característica que marca essa singularidade pela autora é que apenas na década de 70 a exclusão como forma de *desfiliação* do trabalho, o desemprego e o crescimento dos “novos pobres” vai se tornando significativa nos países europeus, enquanto na América Latina, esse padrão excludente é constitutivo em todas as suas fases e não apenas por força da flexibilização e globalização dos mercados.

As mudanças no mundo de trabalho, marcam, assim, a terceira fase de caracterização da pobreza em países da América Latina conforme Valladares (1991), a transformação da representação do “*pobre*” no “*pobre trabalhador*”.

Assim, a representação da pobreza como vulnerabilidade social ao trabalho passa a compor o cenário de fatores que mais produzem pobreza no Brasil. Dessa forma, o pobre torna-se o trabalhador pobre num quadro de re-significações da pobreza.

Um trabalhador, cuja renda não lhe permite estar dentro dos padrões considerados mínimos de uma “vida digna”, em que o “*status*” do trabalhador leva a constantes questionamentos. Nas palavras de Fassin (apud LAVINAS, 2003, p. 43), trata-se de um *vínculo inacabado na construção de uma identidade de classe e informal, em razão da transição entre emprego formal e informal, da entrada e saída do mercado de trabalho.*

Assim, entendemos que à pobreza como vulnerabilidade social, estão associadas, quase sempre, situações de cunho social ou não, que envolvam os indivíduos, onde eles estão expostos a riscos capazes de os levarem a rupturas sociais em qualquer âmbito de sua sociabilidade.

Essa representação tem teor relacional a determinados contextos sócio-econômicos, como também de valores e, requerem que os indivíduos sejam assistidos e trabalhados em suas potencialidades para que superem essa condição.

Capítulo 5

AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA PRÁTICA SOCIAL

5.1_ Inserção no campo de pesquisa: o cenário da teatralização da pobreza

Uma cena marcante. O que era para ser mais um dia de rotina no percurso de volta para casa, transformou-se num dado de pesquisa. Num trajeto rotineiro, deparei-me com uma longa fila com cerca de cinquenta pessoas, que se alinhavam lado a lado em frente a um centro de atendimento a “pessoas carentes”, o Centro de Cidadania César Cals da Prefeitura Municipal de Fortaleza, localizado no bairro Dom Lustosa.

O público era composto em sua maioria por mulheres, com rápida predominância de senhoras entre 20 e 40 anos de idade, porém com presenças de jovens. Cadeiras plásticas serviam de encosto e acomodavam algumas pessoas, outras sentavam na calçada. Alojavam-se, como um indício que sua permanência fosse se dar ainda por um longo período de tempo.

Alguns grupos se amontoavam em forma de círculo a conversar. Conversavam sobre várias coisas. De tempos em tempos, ocupavam-se de olhar o movimento dos transeuntes das ruas, que com o cair da noite, estariam desertas.

Tomada de uma curiosidade me aproximei de um grupo de mulheres e indaguei: “Por favor, para que é mesmo essa fila?”. Então, uma jovem senhora, um pouco séria e resignada, ocupando uma das cadeiras plásticas me respondeu com uma voz baixa: “É para recadastrar o Bolsa Família”. Muito reservada, voltou o olhar para sua companheira de fila e continuou a conversa interrompida. Talvez não quisesse divulgar informações sobre o motivo de sua permanência ali, devido à alta concorrência que já se apresentava naquela fila. Esse era o mote inicial e um lugar para pensar meu objeto de estudo as representações da pobreza, os sentidos e os significados do “ser pobre” na linguagem e nas representações dos pobres.

Utilizando a metáfora teatral de Goffman, a sensação de observar aquela cena era de estar diante de um palco da vida real, onde as cortinas se abriam e os atores aguardavam

para entrar em cena e viver seus papéis. Papéis historicamente encenados, papéis do “ser pobre”. Um teatro que acompanha o universo social há séculos, o espetáculo da pobreza.

Com o passar dos tempos, os pobres foram adquirindo seu lugar de “problema social” nas sociedades. Na sociedade contemporânea, ser pobre é estar fora, é estar “excluído”, é ser indesejável.

As políticas e programas voltados aos “pobres” aparecem como uma resposta a esse problema social. E como tais, definem e demarcam seu espaço conceitual na definição e no tratamento dos pobres. Mais do que isso, elas têm um papel fundamental de ditar uma linguagem específica de tratamento dos “pobres”, de estabelecer critérios, de exigir posturas do público que é atendido por elas.

E, ao contrário do que muitos podem pensar, estar e se manter num programa voltados aos pobres exige muito mais do que simplesmente atender a critérios tecnoburocráticos de “ser pobre”. Requer um “trabalho”, um capital de conhecimento acumulado de signos e exigências necessários para adentrar no universo do *mérito da necessidade* (SPOSATI, 1988) e, assim, provar-se enquanto “pobre” merecedor. O mérito da necessidade leva os indivíduos a diversas maneiras de afirmar mais ainda sua condição de pobreza, através de uma exigência que se impõe, a qual estou me propondo chamar de teatralização da própria condição de pobreza.

Teatralização não no sentido de estar atuando a partir de uma ficção, de personagens imaginários. A Teatralização da condição de pobreza é demandada da própria realidade vivenciada pelos considerados pobres, da sua forma possível de se apresentar ao mundo.

O autor Erving Goffman, ao buscar a compreensão das interações sociais através da metáfora teatral nos remete ao mundo das representações dos cenários e dos papéis sociais encenados nessas interações. O autor abre as cortinas para percebermos o quanto somos atores de nossa própria realidade nas diversas situações.

O espaço dos programas voltados aos pobres é um desses espaços em que a pobreza se apresenta ou se representa. Quando as pessoas estão diante de um programa voltado aos pobres, elas são levadas a se auto-afirmarem enquanto tal, como forma de permanecerem ou adentrarem no universo do “benefício” concedido a quem tem o “mérito da necessidade”.

O que acontece no Programa Bolsa Família (PBF), considerado um programa de transferência de renda voltado aos pobres é um exemplo emblemático. Hoje, são cerca de 11 milhões de famílias consideradas pobres pelo referido programa. Tomando este programa, podemos observar dois vieses importantes: 1) A concepção do PBF do que seja a pobreza e 2) Qual o olhar dos considerados pobres, inseridos no programa, sobre pobreza, como também que representações são delineadas nesse sentido.

A interseção e/ou as divergências desses olhares é interessante na medida em que se configuram em espaços onde concepções de pobreza constroem-se, confrontam-se e representam-se. É neste espaço de interseção que percebemos as relações de *representação* e de *persona*, através das quais os indivíduos encenam o seu papel do “ser pobre” como condição de ingresso nos programas voltados aos pobres.

Ser pobre é ser um personagem, é ter um papel social, práticas e posturas, inclusive, fundamentando políticas institucionais. Uma vez inseridos em programas sociais, os pobres continuam em seu papel, o de reafirmar sua condição de pobreza diante de determinada platéia. A situação de pobreza de milhares de pessoas não parece ser distante da metáfora teatral defendida por Goffman.

Em Goffman a representação teatral se define como a maneira que *o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas.* (GOFFMAN, 1985, p. 9).

Estamos representando, o tempo todo, os papéis que nos são exigidos socialmente. No teatro convencional, a representação significa se apoderar de uma realidade que não é sua, mas que a arte lhe dá a concessão para encená-la de diversas maneiras. No cenário da vida real, a representação se dá no contexto de sua realidade.

Na teoria de Goffman encontramos alguns elementos importantes a serem destacados. Um deles é o Palco. O Palco das realidades sociais. É nele que ou somos o foco ou estamos sendo platéias das situações. É nele onde as cenas acontecem, configuram-se. No pensamento do autor, um dos cerne da metáfora teatral é perceber que o palco é o lugar onde o ator se apresenta, porém sob máscaras de um personagem para personagens projetados por outros atores (GOFFMAN, 1985, p. 9).

De maneira sucinta, Goffman traduz os elementos do teatro a elementos da vida real, seguindo o raciocínio de que o papel que um indivíduo desempenha é constituído de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes nas cenas e são esses outros que compõe a platéia para quem encenamos. Assim sendo, ao desempenhar meu papel, eu estou contextualizado em alguma situação que me “exige” uma certa postura.

Essa espécie de interdependência nas expectativas e ações que temos diante do outro, de ambas as partes, faz com que pensemos a situação dos pobres diante dos programas como o PBF, onde o passaporte de ingresso é se mostrar pobre. Ou seja, os critérios de pobreza do programa geram um processo de “como se apresentar como pobre para estar no PBF” e assim vai se constituindo as representações e teatralização da pobreza. Teatralização aqui entendida no sentido de Goffman.

Para Jodelet (1991) pode haver várias representações sobre um fato. Ela traz a definição sobre representação como *‘forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo um objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social.* (JODELET, 1991, p. 5).

Na dinâmica social em que vivenciamos, a pobreza se representa em suas diversas *multifaces* de maneira gritante, porém sempre contextualizada de conceitos e construções próprias de sua época. A pobreza vai se re-significando diante e em nós. Talvez possamos entender como se passa esse processo da constituição da pobreza no meio social da sociedade moderna, quando Bauman (2005) relata sobre as relações sociais na *modernidade líquida* que se apresentam na iminência da descartabilidade humana, que avoluma milhares de seres humanos descartáveis e desnecessários.

A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência.... (BAUMAN, 2005, p. 14).

A essas pessoas destituídas de forma de sobrevivência Bauman chama de Refugio Humano:

A produção de Refugio Humano, ou mais propriamente de seres humanos refugados... é um produto inevitável da modernidade, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico. (BAUMAN, 2005, p. 12).

As imagens são jogadas a todo o momento aos nossos olhos: miséria, fome, desespero, pedintes, esmolas, mortes. Não estaríamos diante de um espetáculo da pobreza, contemplando cenários urbanos e/ou rurais, onde se afirmam personagens e cenas constantemente visualizados em nosso cotidiano? Quem já não participou ou foi platéia de uma cena do “espetáculo” da pobreza?

Um dos diferenciais da pobreza hoje é o seu teor fluido. Ela não se restringe a únicos espaços onde podemos encontrar “pobres”. A pobreza não é apresentada apenas nas ruas, nas favelas, nos guetos. Há uma fluidez nas fronteiras, há disputa por espaços entre os considerados pobres e não-pobres, inclusive na busca de ingressar em alguma política social de assistência.

Assim, a pobreza, cada vez mais se torna critério de inserção em políticas sociais. As situações vivenciadas pelos indivíduos considerados pobres para *estarem e continuarem* num programa para os “pobres” é uma situação de afirmação de sua condição social.

A representação da pobreza vai se delineando assim uma forma institucionalizada de representação configurando-se numa situação de estratégia de sobrevivência ou de resistência por parte dos atendidos. Os critérios exigidos nessa representação fortalecem uma identidade do “ser pobre” presentes no corpo, no cheiro, na fala, na indumentária do “ser pobre” e fazem parte do cenário que precisa ser constituído diante das instituições para se ter o merecimento de estar inserido em programas de assistência.

No caso do Programa Bolsa Família (PBF), considerado um programa para os pobres com condicionalidades, a *identidade da pobreza* é fator fundamental para se manter no programa.

Retomando Goffman, quando trabalha o conceito de identidade, ele pontua dois tipos de identidades: a *identidade social virtual*, que seriam as percepções que temos de um estranho logo que o vemos, são nossas expectativas normativas em relação ao outro e a *identidade social real*, que é advinda das categorias e dos atributos que o indivíduo prova possuir na realidade. (GOFFMAN, 1988, p. 12).

As duas categorias de identidades referidas acima são identidades que se confrontam nas representações da pobreza no Bolsa Família. A identidade social virtual detém o olhar inquisitório do *outro* sobre o *eu* durante o processo de cadastramento. Já a

identidade social real, é observada através da série de atributos que socialmente lhes são destinados aos considerados “pobres”. A novidade nesse processo é a busca é o fato de pessoas, que no âmbito social, não são consideradas pobres, também buscarem obter a identidade virtual da pobreza para estar no programa.

A condição de pobreza como identidade social é, diante das evidências pesquisadas, o que mantém muitas famílias em alguns programas governamentais. Nesse sentido, ser legitimado como pobre diante de equipes técnicas do Estado se constitui num “trabalho” por parte dos candidatos. Existem critérios a serem atendidos, existe um olhar a quem se deve apresentar, há prestação de contas a fazer. Como também, existe um crivo de diversos olhares de controle e vigilância sobre os sujeitos para ser legitimado como “pobre” do Bolsa Família. Ou seja, os indivíduos precisam fazer um percurso, nem sempre fácil, como veremos nos depoimentos na parte seguinte do texto, até conseguir *estar* ou se *adequar* aos critérios do programa.

O momento crucial de afirmação da condição de pobreza dos pobres no PBF acontece durante o cadastramento no programa. O cadastramento é o momento em que as pessoas se apresentam à equipe técnica do programa para uma avaliação, que tem como objetivo saber se elas se mantêm dentro dos critérios do programa para permanecer nele. É também um momento de representação e comprovação da pobreza.

A conversa com a equipe de cadastramento é indicativo para o indivíduo receber a classificação do *mérito da necessidade* e, assim, conseguir ingressar ou continuar no programa.

Dessa forma, a maneira como os considerados “pobres” constroem suas *representações*, suas *personas* no contexto de programas como Bolsa Família é uma questão importante a ser problematizada na sociologia. A *representação* se refere a *toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência*. (GOFFMAN, 1975, p. 29).

Nesse sentido, a representação dos atores sociais interagindo com sua dinâmica social é um espelho da condição real vivida. Essa representação, em certos momentos, é “exigida” pelo meio social, como também, pelo próprio sujeito que procura dar respostas e sentido à sua realidade.

Entram em cena, nesse contexto, diversos meios de afirmação da situação social de pobreza dos sujeitos, aspectos que fogem à identificação do “ser pobre” através da renda. Existe um conjunto fatores no universo simbólico da diversidade, da multiplicidade de formas em que o sujeito define sua condição social de pobreza ao interagir com o mundo.

Durante a pesquisa de campo, pude observar a multiplicidade de formas como os indivíduos representavam sua pobreza no ato do recadastramento diante da equipe do PBF. É fato que, nem sempre, aquelas famílias queriam estar se representando enquanto pobres para estarem num programa de transferência de renda. Muitas, num ato de se diferenciar entre seus iguais, não se qualificam enquanto pobres extremos. Talvez, essas famílias guardem um desejo de serem elas mesmas, sem estigmas. Porém, elas têm que assumir personagens e *personas* como ponte de mediação social para com o *outro*, aqui representado pela institucionalidade do Bolsa Família.

Em conversa com uma jovem senhora, que se submetera ao recadastramento, ela buscava avaliar, através de minha opinião, sobre sua atuação ao tentar sensibilizar ao máximo a equipe de cadastradores. Relatou que havia dito que abrigava a irmã em sua casa com todas as despesas, que a filha menor era doente e o marido estava desempregado, porém estava insegura de conseguir a sua permanência no programa. Confessou que da sua história, a irmã não morava com ela e a filha não era tão doente, o demais era verdade. Ao mesmo tempo, ela já orientava sua irmã de como deveria se apresentar diante da equipe ao dar suas informações a partir da sua experiência com os cadastradores. Assim, diante do *outro* o principal objetivo é a sensibilização do seu estado de pobreza.

O critério de observação e classificação utilizado pela equipe vai além dos depoimentos sobre a situação financeira comprovados em notas e recibos. Há outros indícios que são entendidos, nesse contexto de apresentação à equipe, como sinais de pobreza. Assim, o signo do “ser pobre” pode estar representado numa indumentária, na forma de usar o cabelo, no cheiro exalado do corpo e assim por diante. São simbologias sociais que compõem o imaginário do que venha a ser um pobre.

Nem sempre esse imaginário comunga dos mesmos critérios. O que é apresentado pelos considerados “pobres” como símbolo de pobreza, pode ser desconsiderado pela equipe de cadastro. A preparação para se apresentar dentro dos critérios do programa, ocorre bem antes de estar diante da equipe de recadastramento, ela ocorre na fila de espera.

Foi a partir do cenário exposto até agora que acompanhei o desenrolar das representações da pobreza para os considerados pobres inseridos no programa Bolsa Família e demarquei alguns espaços de análise. Primeiro, o recadastramento como período da pesquisa em campo. Depois, a fila de espera e a sala de apresentação que se configuraram como os espaços de fluxo de informações e interação com o objeto de estudo.

Assim, nosso esforço analítico, neste momento, está direcionado para entender como as representações que os pobres fazem de sua pobreza se concretizam diante do outro. Além disso, como o processo de teatralização e representação da pobreza, para estar num programa de combate à pobreza, incide nas práticas e vivências pessoais dos indivíduos, na sua maneira de se ver no mundo e enquanto ser social. E, finalmente, como programas semelhantes ao Bolsa Família contribuem para afirmação de uma identidade da pobreza.

5.2_ Recadastramento: da representação à prática do “ser pobre”

O recadastramento do Programa Bolsa Família, realizado entre janeiro e fevereiro de 2007, foi o cenário para a realização da presente pesquisa. O recadastramento se configura num espaço imerso em simbologias, onde as interações sociais são mediadas por processos de representações, controle e vigilância.

Constitui-se, assim, num instrumento de controle para suporte técnico e organizacional do número de famílias, do perfil sócio-econômico e dos processos de mudanças ocorridos no interior das famílias.

Oficialmente, esse período visa realizar o cadastramento sob dois focos: primeiro, cadastrar as famílias pretendentes a possíveis inseridas do programa, como também recadastramento daqueles já inclusos e que ainda se encontram no perfil de continuarem inseridas.

O recadastramento geralmente é realizado em postos de atendimento indicados pela Prefeitura Municipal, que, localmente, detém a gestão do programa. Geralmente, o atendimento ocorria nos Centros de Cidadania localizados em bairros estratégicos, na periferia da cidade, como também em prédios administrativos da própria prefeitura.

Desde o início do Programa Bolsa Família até o momento atual, é notório um processo de mudanças no cadastramento do público atendido pelo programa.

Num primeiro momento, o cadastramento acontecia nas escolas públicas, devido muitas famílias serem remanejadas do extinto programa Bolsa Escola. O referido programa tinha uma transversalidade de gestão entre o Governo Federal diretamente com as escolas.

Logo após esse período, as famílias eram cadastradas através de visitas domiciliares. O deslocamento da abordagem aos “pobres” do espaço institucional como escolas, para uma abordagem no espaço da casa, da rua, ou seja, do cotidiano desses indivíduos, levou a equipe do programa a ter contato com outras dimensões da vida dos considerados pobres.

Dessa forma, os cadastradores passam a ter contato direto com a realidade social dos considerados pobres e suas diversas representações. Índícios que não se encontram no entendimento da pobreza através de números cristalizados em estatísticas. Outras considerações adentram nos processos de sociabilidade dos indivíduos e suas diversas vivências. Como defende Lima (2003), a pobreza tem multifaces. E, também como afirma Sarti (2004) os dados da *carência material não são mais suficiente como critério de definição do que é ser pobre*.

Nesse sentido, a observação da realidade social através dos espaços de sociabilidade do indivíduo traz reflexões que o contato burocrático e tecnificado de uma sala de atendimento não contemplam.

A mudança de perspectiva do cadastramento não foi considerada um processo fácil para as equipes do Bolsa Família. Notamos que começa a se delinear nesse deslocamento algumas das representações da pobreza mais presentes nesse tipo de abordagem, a pobreza entendida como perigosa e ameaçadora.

Geralmente atividades que propõem uma aproximação da pobreza ou dos pobres são representadas como uma atividade de *alto risco*. Dessa forma, a abordagem de campo, como visitas domiciliares, acompanhamentos, outras atividades similares e atendimentos a famílias moradoras de bairros considerados pobres constituem-se num “trabalho perigoso”.

No caso, as atividades que são voltadas aos programas sociais, principalmente, os programas que auferem algum recebimento de renda ou de outras assistências são tidas como atividades mais propícias a riscos por parte das equipes.

Esse *risco*, no caso, está associado ao fato das equipes em campo lidarem diretamente com a pobreza. A pobreza, nesse caso é entendida e representada como perigo iminente como universo desconhecido: *o outro*. Nesse sentido, podemos acrescentar a representação da pobreza como violência.

Por outro lado, é perceptível, nos depoimentos das experiências vivenciadas pelos cadastradores durante a fase das visitas domiciliares, o contato com outros tipos de representação da pobreza, como podemos observar nas fala de um componente da equipe que teve a experiência de trabalhar em campo:

...tinha casa que nós entrávamos, não dava nem vontade de sair porque a família era tão acolhedora, mas nós tínhamos que sair porque tínhamos uma meta por dia. Mas, a família era tão acolhedora que não dava vontade de sair. Não tinha nada pra oferecer, um copo de água barrenta mas eles ofereciam. Outro com um pedaço de pão na mão, apenas um pedaço e dizia minha filha pegue esse pedaço pra você eu não to com fome não, a gente sabia que o único alimento que ele tinha. (Cadastrador do PBF em Fortaleza)

É notório o misto de surpresa e encantamento da parte da cadastradora por encontrar, em sua visita, uma representação da pobreza provavelmente oposta àquela que se passa no seu imaginário. Em meio à sua atividade profissional de alto risco, ela tem contato com uma pobreza que não é violenta. Uma pobreza que se encontra na esfera da paz. A pobreza como virtude e bondades puras.

A representação da pobreza como pureza e bondade é uma das primeiras representações acerca da condição de pobreza que era vista como signo de salvação eterna. Ela tem suas raízes no pensamento da Idade Média, através do poder Clérigo.

Segundo relatos no texto de Gronemeyer (2000), os monarcas e senhores feudais tinham costume de manter um grande número de mendigos em suas cortes, dando-lhe dinheiro, comida e alojamento. Dessa forma, os ricos, através do ritual da “ajuda” estariam redimindo seus pecados e buscando um lugar, também, no paraíso eterno.

No exemplo citado, a forma como os pobres se apresentaram à cadastradora através de valores como humildade e acolhimento, partilhando do pouco que tinham, numa atitude do “repartir o pão”, como dizem os mandamentos cristãos, imediatamente leva a cadastradora a pensar a pobreza por contrastes (SARTI, 2005), ou seja, pelos opostos. A

cadastradora compara os valores encontrados nos pobre, com os valores que ela encontrou, em residências, as quais ela classifica como ricas:

Tinham casas muito chiques, que oferecia as coisas, tinha casa muito chique que num deixava você passar do portão, ao meio dia em ponto e a gente trabalhava o dia todo. (Cadastradora do PBF em Fortaleza)

Podemos encontrar alguns elementos na contraposição feita pela cadastradora, na maneira como ela diferenciou o tratamento de um pobre e de um rico.

A autora Gronemeyer (2000) nos lembra o ditado: “É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha, que um homem rico entrar no reino do céu”. Tal frase, que tem um recorte religioso, a partir do pensamento da doutrina Cristã, e ajuda-nos a pensar os processos de representações dos pobres e ricos. De um lado o rico, egoísta e avarento, que dificilmente alcançará o reino e o perdão eterno. E, de outro, o pobre humilde e bondoso de coração que pode ser infeliz nas suas necessidades materiais terrenas, mas guarda seu lugar seguro no paraíso, como recompensa de sua pobreza terrena.

Além disso, há um outro elemento significativo que se constitui no imaginário social: a idéia de que o considerado pobre é aquele que sempre está na condição de receber, ou seja, a pobreza como *falta de*, por isso, ela está pronta a receber e nunca a *dar*. Geralmente, no senso comum, espera-se que a obrigação de dar é de quem tem mais.

No entanto, no contexto contemporâneo, tais representações são repensadas. Dessa formas, há tempos atrás, dentre as simbologias designadas ao rico estava o seu maior pecado, a avareza. Assim, não era associado ao rico o ato de *dar*. Hoje, essa concepção se re-significa e o ato de dar integra as concepções do Estado de Direito, um ato de solidariedade e cidadania. Dessa forma, o ato de *dar* é mais que um ato de bondade. Dar é ser cidadão.

No discurso atual, temos a responsabilidade social dos que tem muito em relação aos que tem pouco. Procurar formas de dividir com o outro pode ainda trazer resquícios da caridade medieval, porém adentra também no discurso do bom cidadão de um modelo estabelecido de responsabilidade com o *outro*.

Nessas fronteiras sociais e simbólicas entre ricos e pobres podemos inserir o Bolsa Família, que se constitui num programa que está na linha de *dar* ao pobre, mesmo que sob

contrato de condicionalidades e restrições. É um programa de divisão, que busca um parâmetro de igualdade entre a concentração de renda existente dos mais ricos em relação aos mais pobres.

Por tudo isso, deparar-se com um pobre que ofereça algo, pode causar admiração. Outro dado, ainda em referência à situação analisada, é o fato do cadastrador estar ali, simbolicamente, como alguém para “dar” e não para receber.

Tomando outra situação das “*multifaces da pobreza*” (LIMA, 2003), tratada na fala dos cadastradores, temos a representação da pobreza como violência. Para a coordenadora de trabalhos de equipe, o cadastramento com visitas domiciliares foi interrompido devido ao aumento de casos de violência contra os recadastradores.

De primeiro nós éramos um grupo de 700 cadastradores. No começo era de porta em porta. Só que nós fomos assaltados... teve um primeiro momento em março de 2003, que foram nas escolas. Aí tinha que fazer o recadastramento de todo mundo que tava recebendo...A meu ver, de porta em porta seria melhor, mas o problema da pobreza é muito grande e a maioria é favela. Na Aldeota não tem ninguém que receba naqueles prédios. Então o assalto e a violência contra o cadastrador era muito grande, saía com uma prancheta e uma caneta e só. Até assim eles olhavam a bolsa da gente. Eu nunca fui roubada, mas porquê nós saíamos em grupo. (Coordenadora de equipe do PBF).

As equipes trabalhavam com todo um aparato de segurança quando se destinavam às visitas domiciliares. Eles se locomoviam em ônibus próprio da Prefeitura Municipal e, às vezes, utilizavam a viatura policial. Ao chegar aos bairros de destino, seguiam em comboios. Nas ruas, nunca estava um cadastrador apenas, costumeiramente eles faziam visitas em duplas:

Assim, tinha uma viatura, três ônibus com quinze grupos dentro. Era de cinco em cinco, iam cinco pra uma rua, aí enquanto um não terminava a casa, não íamos pra outra rua. Ia dois pra uma casa, dessa forma a gente (Ela e a companheira de dupla) nunca foi assaltado.” (Coordenadora de equipe do PBF).

Entre os relatos existem inclusive alguns casos de agressões vivenciadas pelos cadastradores:

Exemplo 1:

Uma menina lá no Palmeiras (Bairro da cidade de Fortaleza), a mulher botou ela pra dentro de casa, com filho de peito (a mulher visitada) e falou: sente aqui. Aí ela sentou, ai ela foi lá dentro e pegou uma faca: Bora passa tudo que você tem na sua Bolsa. **Disse assim, olhe se você não botar meu nome aí eu lhe mato.**

Exemplo 2:

E a outra (cadastradora), foi presa com 4 homens dentro de casa que eram estupradores. Ela disse que não sabe como conseguiu sair, porque o desespero foi tão grande, que a mulher mandou ela ir pra sala e as portas estavam fechadas, só a janela estava aberta. Aí na hora, a mulher disse vou na cozinha buscar uma aguazinha pra você ai foi o tempo que ela viu e disse: vai ser agora! Aí ela pulou pela janela e saiu gritando e deixou tudo dentro da casa.

Como percebemos nos exemplos acima, a representação da pobreza enquanto violência gera receio e medos. No exemplo 1, quando a senhora citada exigiu que a cadastradora a “colocasse” no programa, parece-nos que essa é uma situação limite da real representação da pobreza enquanto violência, que é a *violência simbólica* em que vivem tais indivíduos.

Para Bauman (2005), uma das marcas da sociabilidade em tempos de globalização é o sentimento de incerteza e insegurança, ou seja, a ameaça do *descarte eminente*. Assim, o relato da situação acima aponta para as reflexões da teorização de Bauman, a qual relata a sensação de insegurança e falta de perspectiva em que as pessoas que vivem em condição de pobreza estão imersas. Ao mesmo tempo, pode ser um parâmetro de compreensão das relações que estão se constituindo no interior dos programas de combate à pobreza.

O contexto da sociedade do capital tem mostrado a urgência de uma situação social relacionada à pobreza que se impõe e que nos aparece como a ponta do *iceberg* nos números de indivíduos vivendo em situação de pobreza ou no status de esperar ou pedir “ajuda”.

Assim, para uma pessoa que vive em situação de pobreza se inserir nos programas voltados aos pobres que possa viabilizar uma “ajuda”, é algo que se insere no campo da emergência.

O discurso sobre a assistência e as formas de “ajuda” aos pobres recebe, na sociedade atual, dimensão de situações de emergências para o combate a pobreza. Uma

situação que é bem diferente da relação alicerçada na Idade Média entre os nobres, clérigos e pobres, que era baseada numa “ajuda” voluntária, num ganho posterior e infinito.

Foi no contexto da Revolução Industrial, que aos poucos a “ajuda” passou a entrar nos moldes do modelo burguês. Aos poucos, a concepção de ajuda saiu do âmbito ultramundano e se tornou eficiente e racional como o próprio trabalho em série que começara a surgir nas fábricas, requerendo para isso, formas burocráticas de organização. (GRONEMEYER, 2000, p. 25).

Assim, os pobres que se apresentam ao cadastramento do PBF, não se apresentam numa relação de pedir algo ou de pedir “ajuda”. Trata-se de uma re-significação burocratizada da ajuda. Esse *status* sobrepôs a representação de ajuda voltada à pobreza concebida na Idade Medieval. Em termos atuais, a ajuda se transforma numa institucionalidade, através da proteção social dentro dos trâmites do Estado de Direito, onde todos são iguais perante a lei ou pelo menos deveriam ser.

Os objetivos e as diversidades das situações do recadastramento mostram como estas relações modernas de assistência voltadas aos considerados pobres vêm sendo configuradas, constituindo mudanças significativas, que são apropriadas por todos os atores envolvidos nesse processo.

Nesse sentido, alguns momentos de observação que ocorreram nos espaços de recadastramento são importantes para entendermos os processos de representação da pobreza existentes junto aos atores em seus respectivos papéis: o considerado pobre e a instituição através da equipe do Bolsa Família.

5.3_ Representação da pobreza: demarcação de espaços simbólicos

Dois espaços dividem a demarcação simbólica de representação da pobreza no prédio onde se realizava o recadastramento: a *fila* de espera e a *sala* de apresentação. Estes são os lugares principais de interação entre as pessoas que aguardam o recadastramento.

A fila é o espaço de apropriação do público a ser atendido, ou seja, dos considerados pobres. Ela representa um lugar de reconstituição e de partilhar com os demais, o percurso transcorrido por cada um até chegar ao Bolsa Família. A unificação da condição social, propiciada pela fila, permitiu-nos acompanhar as primeiras delineações dos

diálogos entre os “pobres” e seus iguais. Diálogo estes que geralmente giravam em torno das trajetórias de vida e das dificuldades vivenciadas.

Já a sala de apresentação, representa o outro lugar. O espaço da instituição. É na sala de apresentação que se estabelece a relação entre dois lados: o pobre e a instituição. É o espaço que determina estar ou não, de ser ou não o pobre dentro do perfil que atende às exigências do programa. E, assim, a sala de atendimento é o lugar onde a representação da pobreza se concretiza em atos, estes algumas vezes, teatralizados (GOFFMAN, 1985) para uma platéia de expectadores.

Em sua metáfora teatral sobre a vida cotidiana, Goffman relata que, dentre as características da representação dos indivíduos diante de sua realidade, está a *impressão idealizada*, ou seja, a *impressão idealizada na representação é oferecida acentuando-se certos fatos e ocultando-se outros; o ator mantém a coerência expressiva tomando mais cuidado em prevenir-se contra os mínimos desacordos do que o público poderia imaginar levando em conta o propósito manifesto da interação.* (GOFFMAN, 1985, p. 65).

Acreditamos que o momento de apresentação do “pobre” à equipe do Bolsa Família se caracteriza por esse momento de teatralização da própria pobreza, em que as representações (da pobreza) se constituem em *coações da interação que agem sobre o indivíduo e transformam suas vidas em representações.* (idem, p. 66).

5.3.1_ A fila de espera e a sala de apresentação

Consideramos que, ao longo dos tempos, as filas se constituíram em espaços simbólicos demarcadores de hierarquia, ordem e respeito. Ao falar em filas, remetemos-nos à disciplina dos quartéis, ao conjunto de um ritmo marcado pela cadência sincronizada.

Nas escolas, desde a infância, as crianças são disciplinadas a estar numa fila como um aprendizado cívico de respeito e de comportamento polido. A fila demarca um espaço, onde cada um tem seu lugar, e não se pode ultrapassá-lo aleatoriamente. Transgredir a ordem de uma fila é uma falta social grave, podendo inclusive, ocasionar revolta e conflitos entre os ocupantes dos respectivos lugares.

Porém, as filas, considerando uma demarcação de tempo mais recente, representam uma situação social adversa à ordem social e têm incorporado outras simbologias, tais como: aumento da desigualdade social e de renda.

Poderíamos dizer que as representações sobre a fila hoje, principalmente, em países considerados pobres, apresentam um universo contraditório. Ao mesmo tempo, que ela ainda guarda consigo a simbologia de uma ordem, ela tem simbolizado o caos, o descaso, um lugar onde não se deseja estar.

A fila é também uma realidade social das diversas situações de pobreza. Dentre outras funções, as filas são demarcatórias dos espaços e lugares destinados ao atendimento dos considerados pobres. Podemos observar tal fato nas filas constituídas em busca de assistência do serviço público, como a Previdência Social, os Hospitais Públicos, os Postos de Empregos etc.

Em tempos recentes, a fila tem se tornado inclusive virtual, ou seja, uma fila onde o indivíduo não precisa estar presente fisicamente, onde o tempo ilimitado e a ordem são ditados pelas máquinas. Nessas filas, pode-se esperar por anos. Assim, estar numa fila hoje pode representar andar para “não sei onde”, pois nem sempre elas significam uma ponte de chegada a algum lugar. Elas representam, às vezes, uma espera infinita.

No Bolsa Família, ela é um indicador social que retrata o contexto sócio-político vigente. Representa milhares de indivíduos que se encontram em condição de pobreza, que buscam um meio para se chegar ao “benefício” ou à “ajuda do governo”. É um enfrentamento, uma das dificuldades a serem superadas para estar no programa, por isso, ela também se constitui num espaço de tensão, controle, vigilância e esperança.

Nos primeiros dias de cadastramento, no local onde realizamos nosso trabalho empírico, no centro de atendimento da prefeitura a comunidade, Centro de Cidadania César Cals, as longas filas tinham início com 24 horas de antecedência do atendimento pela equipe. As pessoas se alojavam do lado de fora do prédio e enfrentavam uma noite de espera até o dia seguinte para garantir uma senha de atendimento.

O reflexo do número de pessoas em busca do programa pode ser percebido no ritmo de trabalho do membro da equipe denotado abaixo:

Meu contrato é de oito da manhã até quatro da tarde. No primeiro dia (de cadastramento) saímos daqui sete horas da noite. E o povo chegando:

Não minha filha, da pra me atender? Eu ficando com pena, com pena, saímos daqui sete horas da noite”. (Coordenadora de equipe do cadastramento do PBF).

A quantidade de pessoas e a imensidão da fila era tão acima das expectativas que o fato foi destaque em vários jornais de circulação local, onde o debate na oportunidade se dava em torno da visibilidade do programa e o quanto estar inserido no programa é significativo e interferia na vida desses indivíduos, diante da crise de geração de emprego e renda que ora vivenciamos no país. Ficou evidenciado, assim, o crescimento do público que busca atendimento e assistência dos programas voltados aos pobres.

O espaço de entrevistas da nossa pesquisa se deu através da abordagem na fila do PBF. O lugar era propício para falar sobre pobreza, afinal, era uma fila que detinha como critério máximo para seus integrantes considerar-se pobre e se provar enquanto pobre.

Os entrevistados nos recebiam com vigilância constante, o processo de aproximação não se deu de maneira fácil. Procuravam responder o essencial e não se alongar muito. As pessoas, em torno do entrevistado, ficavam restritas a observar atentas, raras vezes algumas entravam no diálogo.

O cadastramento é um momento de tensão constante para os pobres. Uma tensão que pode ser percebida nos olhares, nas conversas e nos corpos e pode se justificada por ser a oportunidade de continuar garantindo uma renda à família por determinado período, ou, às vezes, é a renda que acrescenta ao salário existente.

Alguém estranho que se aproximasse da fila, para fazer perguntas ou saber algo sobre eles, era tido como suspeito, uma vez que, poderia ser um fiscal do programa querendo descobrir algo de sua vida e, quem sabe, inclusive, retirá-lo do programa.

Mas, ao mesmo tempo, a fila era um espaço onde as pessoas se encontravam em constante interação. Geralmente, socializavam as suas trajetórias de como chegaram até o programa, as dificuldades enfrentadas e partilhavam os casos enfrentados por outras pessoas conhecidas também.

Um processo de solidariedade e de troca de informações também constitui o espaço entre eles. Assim, se alguém que chegasse junto à fila e não detivesse informações de funcionamento sobre o cadastramento, de pronto, era informado pelas pessoas ali presentes. De vez em quando, alguém se aproximava para perguntar com quem poderia pegar a senha de atendimento e obtinha a resposta: *Não tem mais senha. Tem que chegar*

aqui de madrugada, respondia alguém lançando um olhar aliviado por ter garantido seu lugar na fila.

Na fila, todos se reconhecem como iguais pelo fato de estarem almejando algo comum: estar no programa Porém, fila não é o espaço de se auto-representar enquanto pobre, assim, não se debate sobre o *meu* merecimento de estar no programa, mas o merecimento *do outro*.

Basicamente, a representação sobre o merecimento de estar ou não no programa é associada a quem detém patrimônios materiais e “boa condição de vida”, como: alguém que tem uma “boa casa” ou é “comerciante” ou “tem carro”. Essas pessoas são identificadas diretamente a pessoas próximas como vizinhos que dentre eles detém melhores ou piores condições de vida. A pobreza entre os diálogos é entendida como falta e vulnerabilidade social.

A referência negativa da identificação do mais pobre ou menos pobre entre iguais, foi estudada por Lima (2003). Ela observou que *no conjunto das práticas que enfeixam a sua vida social (dos pobres) são as formas de sociabilidade produzidas no universo relacional com a vizinhança com os amigos e no espaço local, que amalgamam identidades sociais, constituídas na mediação com referências familiares e de inserção no mundo do trabalho*. (idem, p. 299).

Assim, a referência para identificar quem merece ou não estar no programa, na avaliação dos “pobres” é baseada na sua própria condição de pobreza, na simbologia das diversas representações que eles constituem do que seja a pobreza, como no exemplo, a pobreza como *falta*: a falta de um teto, a falta de alimentação etc.

Para estar no Bolsa Família o critério é a renda como definidor da pobreza. Porém, para os usuários do programa ir se cadastrar no PBF não quer dizer apenas portar uma série de documentos que comprovem sua renda. Torna-se necessário mais. É um trabalho que demanda esforço e empenho.

Em nossa percepção, há dois mecanismos identificados pelos considerados pobres do Bolsa Família, que fazem parte das dificuldades para estarem no programa. Um é o enfrentamento das longas filas e outro é o número de deslocamento necessário, entre as diversas instituições até chegar à fila e ao local correto de cadastramento.

Durante toda pesquisa, várias foram as pessoas que tiveram que se deslocar até outro posto de atendimento ou que tiveram que retornar diversas vezes por não ter documentação correta ou porque ali não era o local correto para o atendimento. Em todos os casos presenciados, sempre havia protestos das pessoas. Muitas vezes, eram senhores e senhoras idosos que alegavam cansaço e falta de recursos para o deslocamento. Porém, diante dos critérios de tecnificação da comprovação da pobreza, havia a obrigação que a regra fosse seguida. Vejamos o depoimento de uma das entrevistadas ao ser indagada sobre as dificuldades de estar no programa:

Tive e muito (dificuldades), eu corri muito para poder conseguir, mas graças a Deus consegui. Primeiro, tive que faltar ao trabalho né? Faltei quase duas semanas pra poder ir atrás do Bolsa Família. Eu fui para meu posto de saúde que era mais próximo, cheguei lá me disseram que não era lá, tive que ir para os colégios, que era só nos colégios, fiz a minha ficha de inscrição lá, de lá fui novamente pro posto, do posto me encaminharam pra Regional, da Regional tive que voltar novamente pro posto novamente e foi quase duas semanas assim nesse... pra poder conseguir né? Tinha o que era de documento dos meninos tudo, tinha que ajeitar, pesar (crianças), ir no colégio confirmar.(Usuária do PBF em Fortaleza).

Assim, a idéia de que estar num programa voltado ao pobre como o Bolsa Família é um caminho fácil é equivocada quando se trata do ponto de vista dos “pobres”. Há, para eles, o oposto, uma representação simbólica de luta e enfrentamento constante para garantir o seu lugar.

Dessa forma, a fila se constitui no período em que há uma preparação para entrar na fila de apresentação. E, geralmente, se aproveita para debater sobre o assunto e se inteirar das possibilidades de ser considerado pobre ou não dependendo da identificação do outro.

A sala de apresentação é o local onde os usuários ou candidatos se apresentavam às equipes. Ali ocorria a concretização da representação dos considerados pobres em suas conversas e atos simbólicos. O objetivo é apresentar a pobreza e demonstrar que é um pobre merecedor, ou melhor, convencer os recadastradores de que está no perfil da representação do pobre ideal para o Bolsa Família.

Nesse ponto, nossa análise tem o objetivo de observar como as diversas representações da pobreza trabalhadas no capítulo anterior são concretizadas e

representadas nas interações sociais, em que a identidade da pobreza torna-se *representações mediadoras* dos processos.

Na sala, a interação social estava pautada em dois princípios: os “pobres” representarem seu papel enquanto pobres usando todo aparato simbólico para provar sua “necessidade” ou sua pobreza. De outro lado, o cadastrador, enquanto seu papel de representante institucional para ser vigilante da verdade e não se deixar levar pelas “falsas aparências”.

O trabalho de receber os usuários cabia a uma equipe de cadastradores, que era composta em sua maioria por pessoas com grau de instrução de nível médio ou primeiro grau completo. A única pessoa que detinha nível superior era a coordenadora da equipe, que era formada em letras/inglês. Segundo depoimento da coordenadora de equipe, a seleção desse quadro de cadastradores é feita em muitos casos, através de indicações pessoais de parentesco ou amizade.

O ambiente no interior da sala de apresentação era bem dividido. Era composto de birôs enfileirados, onde os cadastradores ficavam lado a lado a entrevistar os usuários. A entrevista era guiada por um formulário com questões objetivas como: renda, número de membros da família, se a moradia deles recebia serviços públicos como coleta de lixo e esgoto, quanto pagavam com despesas como contas de água e luz. O formulário possuía um padrão e tinha timbre da Caixa Econômica Federal.

Porém, o processo de representação entre pobre e programa não ficava apenas na representação da pobreza como *falta* de renda, ou seja, pobreza material. Ia além, construía-se um cenário para encenar a pobreza, ou seja, a sala de apresentação era um espaço de teatralização da pobreza.

Vários são os casos citados pela coordenadora dos trabalhos sobre pessoas que participam desse cenário, os personagens têm que se provar enquanto pobres. Em outras palavras, são situações em que percebemos o quanto as pessoas fazem para provar sua pobreza:

you know who comes here all dressed up, you know. ... another day came a woman all dressed up here, but the woman was so fragrant, so well treated, that you know by the smell of the person, a woman so well treated, but she told a poverty story, she told a poverty story,!!!

Teve uma mulher que ela era aposentada ela era professora aposentada e o marido dela tava fazendo UFC , ela disse: meu marido ganha R\$ 350,00 reais. **Tem quantos filhos? 4. Nenhum trabalha? Não e minha filha mais velha tem dois filhos dentro de casa. E o pai dos meninos não dá pensão não? Dá não ele é pobre. Eu disse: pois minha senhora bota na justiça. E como a senhora passa com 350,00 reais .** Não porque eu trabalhei num “sei onde”.

Vale ressaltar que nesse diálogo a cadastradora apresenta uma técnica de um diálogo inquisidor que, na maioria das vezes, se o entrevistado não estiver num processo de representação da sua realidade tal como ela é, ele pode cair em contradição em suas afirmações. A descoberta de uma condição que não estava sendo “verdadeira” classifica o cadastrador como “muito bom” de entrevista, pois ele detém a técnica de desvendar alguma representação mistificadora. Vejamos como finalizou o caso acima:

Ela ganhava R\$ 1.050,00, o marido dela ganhava R\$ 375,00 como agente de saúde, fora uma aposentadoria que ele tinha trabalhado para o governo, naquele tempo não tinha concursos , ele ganhava R\$700,00 reais. A filha trabalhava numa loja e tinha um armário dela, o marido dela morava numa casa vizinha e trabalhava na Fábrica Fortaleza, e eu comecei a descobrir. Eu disse: não mas eu não vou colocar nada disso aqui não senhora eu vou é aumentar pra Senhora Ela disse pra mim que não tinha o segundo grau e, ela era formada em pedagogia. Tu acredita? Tem coisas assim muito engraçada.

A coordenadora conta outro caso em que conseguiu desvendar o depoimento da pessoa que se apresentava à equipe:

Chegou uma mulher aqui, engraçada, assim pra quem tá de fora. Ela tinha quatro filhos, morava num vão, ela era sucateira. Como ela era pura fumaça, eu nunca pergunto se a pessoa usa gás, eu disse: a senhora usa gás? Ela disse: *não, é na lenha.* Ai eu disse: é um vão e um banheiro? ela disse: *não só um vão.* Só um quarto. A gente imagina logo como era a casa dessa mulher, porque ela tinha um filho que era louco. A casa cheia de tijolo com papelão em baixo, um filho louco que ela disse que ele queima as redes, queimava tudo, queima a roupa do pessoal. Ela disse que, às vezes, amarra ele. Ai essa mãe (pausa) quando você fala, você ver que a mulher não tá mentindo, você ver que ela ta dizendo: “minha filha faça logo, porque eu deixei meu bichinho com outro que não tem paciência”. Que veio nas carreiras pra voltar nas carreiras e a irmã dela que cuidava do filho dela era doente mental também.

Para Goffman, um processo de *interação* significa a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Nesse

processo há o *desempenho*, que são as atividades de um determinado participante em dada ocasião, que sirvam para influenciar, de algum modo, qualquer um dos participantes.

Nesse sentido, entendemos que na sala de apresentação ocorre uma concretização da representação da pobreza através da *interação* entre os considerados pobres e o Bolsa Família. A principal representação da pobreza que se efetiva nesta interação acontece na pobreza entendida enquanto *falta*, principalmente, *faltas* materiais como renda, casa, comida, saúde etc.

Assim, todos os processos e circunstâncias refletidos acima, integram um cenário da *teatralização da pobreza* e de suas diversas representações. Representação aqui entendida a partir de Goffman: *Representação é toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência.* (GOFFMAN, 1985, p. 29).

O período de cadastramento do Bolsa Família constitui-se, dessa forma, em um dentre os diversos cenários onde podemos ver como a pobreza se representa nas interações sociais, a partir da vida real e da realidade cotidiana dos indivíduos considerados “pobres”.

5.4 _A pobreza na concepção dos pobres: o *outro* como espelho

Sarti (2005) argumenta que nos estudos das ciências sociais, particularmente, nas ciências sociais brasileira, costuma-se perceber o pobre como *o outro* numa identificação por contrastes. O fato de fazer do pobre *o outro* leva a se falar mais de quem está falando do que falar de quem se fala, ou seja, dos próprios pobres.

Concordamos com a autora quando ela argumenta que, junto com esse olhar do pobre como *o outro*, vem à representação da pobreza sempre baseada na *falta*, na *carência*, como relatamos no capítulo anterior.

Nesse sentido, as questões acerca da pobreza devem também estar direcionadas para entender qual o olhar dos pobres e de sua pobreza, que referências trazem os considerados pobres a partir de sua realidade.

Diante do universo pesquisado, identificamos que o olhar sobre a pobreza como *o outro*, apontado por Sarti (2005) não é uma perspectiva apenas de uma abordagem científica. Em nossa pesquisa nas diversas entrevistas, observamos que há dois movimentos

importantes na representação da pobreza para o considerado pobre: 1- A identidade da pobreza e suas representações se constituem a partir do olhar sobre o *outro* 2- Há uma variação na afirmação da identidade de “ser pobre”, ou seja, dependendo da situação vivenciada, os indivíduos se diziam pobre ou não.

Sarti (2005) ressalta, de maneira muito apropriada, que as fronteiras sociais sempre existem em relação ao outro. É dessa forma que se dá o caráter dinâmico das identidades sociais, definidas a partir das relações a que os indivíduos estão expostos. Em resumo, as identidades sociais são, por definição, identidades em movimento, definidas e redefinidas por contrastes.

É sob este campo de análise que se encontram as representações sociais que os pobres pesquisados têm de sua pobreza. Representações baseadas na observação da condição de pobreza do *outro*: “... me considero uma pessoa pobre, mas nem tanto né? Tem gente que é **pior do que a gente**”. (Usuária do PBF em Fortaleza).

A identidade enquanto “pobres” se constitui através de um processo de diferenciação entre os iguais. Existe uma hierarquização da pobreza entre os considerados “pobres”, em que eles consideram como instrumentos de diferenciação fatores materiais e morais.

É perceptível, que os discursos sobre identificação da pobreza nos usuários do PBF está associado à representação da pobreza como *falta*. Usa-se, costumeiramente, a expressão “*pior que eu*”, como observamos no depoimento acima como categoria de hierarquização dos níveis de pobreza entre os “pobres”.

Esta categoria se refere a condição de pobreza de alguém que se encontra num nível hierárquico abaixo da pessoa que fala. Ser “*pior que eu*”, significa que *falta* algo no *outro*, que o *eu* dispõe. Geralmente está associado à representação da pobreza material e/ou da *falta*: falta de alimento, moradia e de renda, como também da pobreza como vulnerabilidade, como, por exemplo, pessoas que pedem esmolas e moradores de rua.

Os considerados pobres do Bolsa Família usam de referências próximas para comparar seu nível de pobreza. Geralmente, trata-se de um vizinho ou de uma personagem que faça parte de seu cotidiano. Assim, é o caso do depoimento da senhora acima, que se autocalifica como “nem tanto pobre”, situando-se numa hierarquização da pobreza, em

nível superior a quem ela acredita ser “pior” que ela. Os vizinhos são quase sempre o alvo de referência da pobreza, ou melhor, de quem é “pior do que eu”.

Dentre os atos que simbolizam a pobreza, o ato de pedir esmolas é entendido e classificado pelos entrevistados como um dos níveis máximo de pobreza. Nas situações em que os entrevistados exemplificavam alguém em situação de pobreza extrema, as pessoas que pedem esmolas de porta em porta são apontadas como as mais necessitadas e mais pobres.

O mendigo - considerado aqui como aquele que pratica ato de mendicância - a partir do estudo de Sarti (2005) é uma categoria que diferencia os moradores pobres e os contrasta entre si. É uma categoria utilizada pelos pobres para constantemente se afirmarem diferentes, ou seja, como trabalhadores, homens de bem. Assim, deparamo-nos com outra representação atribuída ao pobre, pelo próprio pobre: pobre é aquele que precisa pedir para sobreviver, ou seja, pobre é aquele que necessita de assistência.

Como percebemos, há uma pluralidade de referenciais que delimitam as representações da pobreza e, conseqüentemente a identidade social do pobre nas representações que fazem de sua pobreza.

Existe uma variação de afirmação da representação do “ser pobre”, dependendo da situação vivenciada ao se apresentar para o programa Bolsa Família. Essas situações levam em consideração para quem está se apresentando, a quem está se falando e a contextualização onde a interação social está acontecendo. A identidade da pobreza pode se dar inclusive, num trânsito rápido, por uma questão momentânea.

Os dois momentos do cadastramento, em que os indivíduos trabalham sua auto-representação enquanto pobres, a fila e a sala de apresentação, são exemplos de como essas identidades e representações da pobreza se movimentam. Quando as pessoas se encontravam na fila, várias não se identificavam enquanto pobres: “Eu não sou pobre. Eu tenho uma casa, recebo a pensão do meu marido pros meus filhos”. (Usuário do PBF em Fortaleza).

Porém, na sala de apresentação essa identidade se transmutava e a autodefinição enquanto pobre aparecia sob diversas simbologias: em atos, falas, indumentárias, papéis, sacolas plásticas, etc. Na sala de apresentação, a pobreza tinha que aflorar e se afirmar. A representação tinha que convencer que a sua pobreza era verdadeira e merecedora de estar no Bolsa Família.

Geralmente, a apresentação se constitui de longas narrativas sobre a condição de pobreza em que viviam ou se encontravam. As cenas eram compostas de um ritual, dos corpos e atos simbólicos para respaldar o que se falava, como podemos observar na descrição da cena de apresentação abaixo documentada no diário de campo:

A senhora atendida tinha em torno de 40 anos, com uma aparência de que vivia numa pobreza extrema. Ao falar, tinha que segurar com os dentes inferiores sua prótese dentária da parte superior, que era solta na boca, isso a fazia falar com dificuldade. Talvez, naquele momento, esse fato fosse uma evidência a seu favor. Porém, isso não a tornava mais tímida na sua tentativa de convencer e representar aos cadastradores sua pobreza. Apresentou ao cadastrador todos os papéis requeridos como: contas de água, energia elétrica, registros de nascimentos, etc. Além de todos os papéis possível, ela puxou da bolsa uma caixa de medicamento chamado “Somalium”, um remédio que detinha tarja preta na sua embalagem, símbolo que representa uma vendagem sob estrita prescrição médica, pois são medicamentos de alto teor psicotrópicos. Em seus relatos fez questão de mensurar a distância que iria percorrer para voltar a pé até sua residência. Também contou a história do seu marido, um vigilante que foi assassinado há quatro anos atrás.

Para Goffman (1985), a execução de algumas práticas leva à algumas exigências abstratas nas relações de socialização, que passam a ser requeridas durante a execução de outras práticas. Para o autor, esse é um dos modos pelos quais uma *representação é socializada, moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada*. (GOFFMAN, 1985, p. 40). Consideramos que as maneiras como o “pobre” se apresentava à equipe do programa é uma tentativa de se mostrar adequado ao perfil exigido pelo programa.

É a partir das exigências desse processo de *socialização da representação idealizada*, que o autor considera que os atores têm a oferecer a seus observadores uma impressão que é idealizada de várias maneiras diferentes, assim, a representação apresenta uma concepção idealizadas da situação.

As apresentações que acompanhamos dos usuários ao Bolsa Família se constituem numa situação idealizada da pobreza para ambas as partes desde o momento em que os usuários têm que atuar como pobres. Assim, o objetivo deles é maximizar suas possibilidades de se provar enquanto pobre, para aumentar suas chances de ingresso no programa, como tivemos a oportunidade de ver nos diversos elementos que a senhora do relato acima utilizou para sensibilizar e para se provar merecedora do “benefício”.

Numa perspectiva semelhante, Goffman relata casos que chama da “exibição da pobreza”, ocorridos no contexto conhecido como a Grande Depressão que culminou em contextos social de crise nos Estados Unidos décadas atrás. Segundo o autor, as famílias enfatizavam sua pobreza para receberem a visita dos denominados de agentes do bem-estar.

Em exemplo apresentado em suas referências bibliográficas, o autor aponta uma cena que demarca semelhanças com as formas de apresentação dos considerados pobres, no contexto em que se tem que exhibir a condição de pobreza, momentos em que a sua identidade está em jogo. A seguir, está um caso documentado em uma das visitas das agentes de bem-estar às famílias pobres nos Estados Unidos,

O fato de não parecer italiana permitiu-lhe ouvir conversas em italiano, que indicavam a atitude dos clientes com relação ao auxílio. Por exemplo, quando sentada na sala conversando com a dona da casa, esta chamava um filho para vir ver a pesquisadora, mas avisava a criança para calçar primeiro seus sapatos velhos. Ou então ouvia a mãe ou o pai dizer a alguém nos fundos da casa que guardasse o vinho a comida antes que ela entrasse”. (GOFFMAN, 1985, p. 45).

No exemplo de Goffman relacionado à pobreza, ele enfatiza o quanto o aspecto idealizado dessa representação é importante para que o autor da cena seja bem sucedido para que sejam *levados a cabo os estereótipos extremos dos observadores sobre a pobreza infeliz*.

Nesse sentido, *quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar a exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade*. (GOFFMAN, 1985, p. 41). Então, se para estar no Bolsa Família o passaporte é apresentar-se como pobre, esse será o ponto de partida dos indivíduos.

Isso pode justificar a *representação de desempenhos idealizados* observados no exemplo da cena aqui descrita, em que a usuária do Bolsa Família trouxe todos os elementos possíveis do cenário de pobreza da sua vida, como: receitas, caixa de medicamentos e a história de assassinato de seu marido. A pobreza, que antes no Bolsa Família era representada no cenário da casa, das visitas domiciliares, hoje se desloca deste cenário tendo que acompanhar o “pobre” até a sala de apresentação.

Concluimos, então, que a representação da pobreza para o considerado pobre é constituída a partir das diferenciações entre os iguais e se moldam numa teatralização da pobreza, que sofre variações, dependendo da interação social em que se encontrem.

Dessa forma, o que pauta a representação do “ser pobre” é o outro, um espaço de iguais onde existe *o outro*, ou seja, *o outro* é tido como espelho. Constitui-se, assim, uma categoria classificadora: ser ou estar *pior* ou melhor que eu. Nesse sentido, trata-se de uma representação da pobreza que está diretamente ligada ao processo de construção de elementos identitários do que se considera pobre a partir das vivências e realidades sociais experimentadas. Os elementos identitários que fazem parte do processo de representação do “ser pobre” junto ao Programa Bolsa Família se re-significam constantemente e estão longe de se apresentar de maneira estática. Afirmam-se, sim, em formatos fluidos, próteses e voláteis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como recorte o estudo das representações da pobreza, visando analisar como estas representações se constituem sob a ótica dos considerados “pobres”, adentrando no universo das representações dos que vivenciam a pobreza e que estão inseridos em programas de transferência de renda.

O esforço nesta parte final da dissertação será de apresentar algumas conclusões importantes, considerando todo o percurso de pesquisa realizado. Consideramos, nesse sentido, tipos de representações e elementos identitários que são associados aos “pobres” e que resultam numa condição social reconhecida da pobreza, legitimada em ações de programas sociais voltados aos pobres.

Os elementos que constroem a representação da pobreza para os “pobres” partem da realidade social e das dificuldades enfrentadas por eles face à sua condição de “pobre”. A pobreza para os “pobres” usuários do Bolsa Família encontra-se pautada no discurso das “necessidades básicas” de subsistência humana para esses sujeitos. Tais necessidades referem-se à alimentação e renda.

Assim, a representação da pobreza para os “pobres” atendidos pelo Bolsa Família é baseada na pobreza como falta, carência e insuficiência de renda. Nos diversos momentos e observações empíricas, verificamos que as *faltas* estão associadas à impossibilidade de obter elementos, que para os “pobres” fazem parte de seu “mínimo vital”. Numa aproximação com o discurso dos usuários, podemos dizer que pobreza para os “pobres” *é não ter o que comer*. Essa é a tipificação da situação extrema de pobreza para os indivíduos considerados pobres.

A pobreza entendida como *falta* de alimentação aparece como uma das representações mais recorrentes. A percepção da *falta* apresenta-se numa espécie de núcleo duro; como critério demarcador dos demais tipos de representação.

De fato, a representação da pobreza entendida como *falta* é construída no interior dos processos de sociabilidade em que o “pobre” se percebe como alguém destituído de uma condição social mínima. Nesse sentido, a realidade e a prática dos “pobres” se representam através da decodificação dos códigos assimilados pelos indivíduos diante das possibilidades sociais que lhes são postas.

Entendemos que a concepção da pobreza que se apresenta no imaginário dos “pobres” atendidos pelo Bolsa Família é resultante de processos e acúmulos históricos do que se define como papel do “ser pobre”, inclusive, pelas políticas públicas voltadas aos pobres. São encarnações de experiências vivenciadas nos diversos espaços onde os indivíduos constituíram suas representações cotidianas da pobreza e que demarca uma pobreza reproduzida e pensada nos ditames de modelos legitimados socialmente.

No entanto, o “ser pobre” não se representa ao universo social passivo diante do que lhe resguarda seu papel histórico constituído socialmente ao longo do tempo. Os “considerados pobres” são indivíduos, que reconhecem e agem sobre as situações sociais que vivenciam e, dessa forma, são sujeitos sociais de ações que inferem no universo social em que estão inseridos.

As estratégias de inserção dos pobres é uma das maneiras que eles encontram de interagirem com o mundo, diante das situações adversas de inserções precárias que lhes resta. Dessa forma, a condição de pobreza pode ser entendida, no universo do pobre, como meio de resistência efetivada através de sua própria representação em momentos em que ela possa contribuir para amenização da situação de pobreza. Representar-se como “pobre”, muitas das vezes, é uma forma de resistência.

Tal fato pode ser percebido através das maneiras da representação do “ser pobre” diante das equipes do Bolsa Família. A apresentação do “ser pobre” ao referido é um momento de possibilidades concreta de minimização da situação de pobreza através da mediação da representação do “ser pobre”.

O ato de apresentar-se ao Bolsa Família se constitui em um momento de observações e interações constantes. Dessa forma o processo de controle e vigilância dos indivíduos “pobres” sobre si e sobre o contexto da cena de apresentação é primordial. A representação do “ser pobre” diante do programa ocorre de maneira racional e controlada. O processo racional, a que me refiro, é a maneira com que os indivíduos concretizam suas representações diante do *outro*, usando de ações ponderadas e articuladas. Controle, entendido aqui, como tipo de conhecimento de uma situação real.

Dito em outras palavras, o vestir-se de elementos identitários do “ser pobre” no caso da apresentação ao Bolsa Família requer certo domínio sobre a situação, tal qual como

ela se impõe. Observamos, assim, um processo de controle e de “manipulação” da representação da pobreza entre usuário e instituição.

No Bolsa Família, o período de recadastramento, que significa o momento oficial de apresentação em que os considerados pobres se apresentam ao programa. É o período de concretização das representações sobre a pobreza em “porta de entrada”, configurando-se numa teatralização da pobreza, em que os pobres devem convencer, através dos signos da pobreza, como pobre “merecedor” de estar no programa. Dessa forma, vão se constituindo os espaços que legitimam uma *condição social reconhecida* (PAUGAM, 2003) e legitimada da representação da pobreza e do ser pobre diante do *outro*.

Essa condição de reconhecimento da condição social do “ser pobre”, da pobreza para o Bolsa Família resgata outras representações, a pobreza como “vulnerabilidade social” ou pobreza como “necessidade de assistência”. Estas duas representações da pobreza é que levam o indivíduo a experimentar processos de *desqualificação social*.

Nos discursos dos entrevistados, quando se falava de pobreza, quase sempre, os exemplos se reportavam à situação de pobreza de outra pessoa, que se encontrava num contexto de *desqualificação social* por não ter o “mínimo necessário” para sua manutenção. Geralmente, os “pobres” se referiam através da categoria “*pior que eu*”.

A categoria “*pior que eu*” designa a pessoa que, numa hierarquia, é considerada mais pobre do que quem fala. Ser “*pior que eu*” significa: alimentar-se menos vezes que eu, não ter casa para morar como eu, não ter algum ganho como eu, ter que pedir esmolas para sobreviver.

Nesse caso, existe entre os pobres do Bolsa Família o *outro* como referência. O *outro* funciona como espelho. A minha pobreza é baseada na pobreza do outro. Essa é uma das evidências mais presentes que persistiu durante todo o processo investigativo. Essa lógica de constituição de referências permite uma mobilidade dos elementos identitários de pobreza. Em determinados momentos, dependendo da referência adotada, os entrevistados se designavam pobres ou não. Dessa forma, observamos que nem sempre os pobres se definem como pobres.

Durante a pesquisa verificamos que, quando alguém cuja legitimidade social não a concebe como pobre, apoderar-se de elementos identitários do “ser pobre” na tentativa de

ingressar no programa é um fator determinante gerador de conflitos e indignação entre os considerados pobres.

No capítulo anterior relatamos alguns casos de pessoas, incluindo de uma professora formada em pedagogia, que se transvertiam como pobres para receber o Bolsa Família, fato que causou profunda indignação na re-cadastradora que registrou o caso.

Esta situação nos leva a pensar as representações da pobreza como instrumento de mediação social nas interações de sociabilidade dos indivíduos. Podendo, inclusive, em determinados momentos, o reconhecimento como “pobre” ter uma dimensão positiva, dependendo do objetivo pretendido nas interações sociais.

No caso dos programas voltados aos pobres, como o Bolsa Família, apresentar-se e se provar enquanto pobre constitui uma exigência do programa. Na cena de apresentação ao Bolsa Família, o usuário tem que se apresentar como “pobre” merecedor. Mesmo que, após sair da sala de apresentação o indivíduo passe a não mais se considerar enquanto tal.

Nesse sentido, considerando o contexto contemporâneo, a relação social que delimita os processos da representação da pobreza se encontra numa realidade onde os critérios institucionais enquadram os “pobres” em tipos ideais de pobres. Desse modo, a constatação da pobreza entendida como carência material pelo programa não condiz com as formas dos pobres se representarem. As representações do “ser pobre” adentram contextos e situações vivenciadas pelos indivíduos pobres, ou seja, quando falamos de pobreza, temos que perguntar: pobreza de que? Para quem? Em relação a quê?

Assim temos que o conjunto das representações que os pobres fazem de si são constituídas a partir das vivências sociais experimentadas nas interações que acontecem com o universo social que os cercam. A partir dos laços sociais selados numa dimensão do espaço local, ou seja, no bairro onde moram, na família e, principalmente, entre seus vizinhos e outras pessoas que fazem parte de seu ciclo social. Nesse caso, temos que a referência de pobreza dos pobres é buscada entre eles mesmos, entre seus iguais.

Dessa forma, as relações sociais surgidas com a efetivação do Programa Bolsa Família retratam bem os conceitos do “ser pobre” no Brasil do séc. XXI. Uma pobreza que ainda traz marcas e formas das mais primárias, como a fome e falta de alimentação, agregadas às novas re-significações da pobreza, constituídas no cenário da sociedade moderna e que levam pessoas consideradas “*melhores que eu*” e “*piores que eu*” se

colocarem na mesma fila em busca de um “benefício”, que em momento anterior de uma história recente, apenas era disputado por entre iguais, ou seja, ente os próprios pobres.

Outra consideração a se fazer é que espaços de assistência como o auferido pelo Bolsa Família proporcionam aos considerados “pobres” mecanismos singulares de reconhecimento social. Tal reconhecimento social pode ocorrer pelas mais diversas formas, como diferenciação entre quem “recebe o bolsa família” e quem “não recebe o bolsa família”. Diante das interações na dimensão do bairro, o tratamento dispensado a essas duas classificações são diferenciadas. As minuciosidades desse processo geradores de “reconhecimento social” presentes nos pobres atendidos pelo Bolsa Família, certamente, daria margem a outro estudo, porém devido ao tempo não podemos aprofundá-lo nesta pesquisa.

Concluimos, então, que as representações que os pobres fazem sobre si e de sua condição de pobreza estão imersas em simbologias, que remetem ao contexto de seu universo social e práticas sociais partilhados. Remetem, também, a uma forma de comunicação que os “pobres” têm de se apresentar e, às vezes, de mediar processos de inclusão que trazem o sentimento de reconhecimento e de pertencimento social que lhes são negados em muitos processos. Assim, a representação social da pobreza que os considerados pobres trazem é significada através das ações e práticas de sua existência social, como ele é visto e percebido enquanto sujeito social e, principalmente, na interação com o *outro*.

BIBLIOGRAFIA

37 MILHÕES de pobres. **O POVO**, Fortaleza, 30 ago. 2006, Caderno mundo.

ARAUJO, Maria do Socorro Sousa de. **Fome de pão e de beleza: filantropia e direitos sociais no Fome Zero**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Política Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007. 207p.

ARAUJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ARAUJO, Maria Neyara de Oliveira. Novos pobres: o que há de novo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 7, n. 1/2, 1996.

BAILEY, F. G. **Gifs and poison**. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUE, Ricardo; ROSANE, Mendonça. Desigualdade pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acessado em: jan. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Trad.: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acessado em: 27 ago. 2007.

BOURDIEU, Pierre. Compreender e Pós-escrito. In: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS / Política Nacional de Assistência – PNAS. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 28 out. 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista políticas públicas**, São Luis, v. 6, n. 1, p. 41-66, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. In: BRAGA, Elza M. F. (org). **América Latina – transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas de enfrentamento das desigualdades sociais e participação popular. In: SEMINÁRIO PARTICIPAÇÃO POPULAR E O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 21-22 set. 2006.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Transformações do Estado na América Latina em tempos de ajuste e resistências: governos de esquerda em busca de alternativas. In: CARLEIAL, Adelita Neto (org). **Projetos Nacionais e conflitos na América Latina.** Fortaleza: Ed. UFC, 2006.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. Tempos contemporâneos: trabalhadores supérfluos no fio da navalha da lógica do capital. Fortaleza, 2006 (Mimeografado)

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (org.). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997.

CEARENSE abre mão do Bolsa Família. **O POVO**, Fortaleza, 17 set. 2005. Caderno de Economia.

COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil.** Trabalho apresentado no Seminário especial Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea. Rio de Janeiro, set. 2004. (Manuscrito)

DAGNINO, Evelina. Para retomar a reinvenção democrática: qual cidadania, qual participação. In: FÓRUM NORDESTINO, 2004, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, nov. 2004.

FARR, Roberto M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília, Agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso: set. 2007.

IVO, Anete Brito Leal. As novas políticas sociais de combate à pobreza na América Latina: dilemas e paradoxos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL O PAPEL DO ESTADO NA LUTA CONTRA A POBREZA, 2003, Recife. **Anais...** Recife: CLACSO/CROP/FJN, mar. 2003.

- IVO, Anete Brito Leal. **As novas políticas de combate a pobreza na América Latina: dilemas e paradoxos** (versão preliminar). UFBA, 2006. (Mimeografado)
- JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. Paris: PUF, 1991. p. 31-61 (Mimeografado).
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002. (impresso em out. 2003)
- LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003.
- MARTINS, José de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acessado em: maio 2006
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acessado em: mar. 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Perfil das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acessado em: set. 2007.
- NASCIMENTO, Eliomar Pinheiro. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cad. CRH**, n. 21, p. 29-4, jul./dez. 1994.
- NÚMERO de pobres cai 5,61% no Ceará. **O POVO**, Fortaleza, p. 30, 23. set. 2006. Caderno de Economia.
- O DESAFIO do Bolsa Família. **O POVO**, Fortaleza, p. 21, 23. set. 2007. Caderno de Economia.
- PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004. (Questões da nossa época, v. 109.).
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acessado em: jan. 2007.

- ROCHA, Sonia. **A pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma cultura política.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente.** São Paulo: Cortez, 1997.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.** São Paulo: Augurium Editora, 2004.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Exclusão abaixo da linha do Equador.** São Paulo: Cortez, 1988. (Mimeografado).
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.
- SPOSATI, Aldaíza et al. **Os direitos dos (des)assistidos sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- SPRANDEL, Marcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.
- THERRIEN, Ângela T.S. **Trabalho docente: uma incursão no imaginário social brasileiro.** São Paulo: EDUC, 1998.
- UGA, Vivian Domingues. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista sociologia política**, Curitiba, n. 23, p. 55-62, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acessado em: dez. 2006
- VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acessado em: abr. 2007.